



Superintendência do  
Desenvolvimento  
do Nordeste



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas

**SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES PARA REGIONALIZAÇÃO  
DA POLÍTICA INDUSTRIAL**

**Recife, agosto de 2016.**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PRESIDENTE  
Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI  
MINISTRO  
Helder Zahluth Barbalho

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE  
SUPERINTENDENTE  
Marcelo José Almeida das Neves

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS  
Alexandre Henrique de Gusmão Gonçalves

COORDENAÇÃO-GERAL DE ESTUDOS E PESQUISAS, AVALIAÇÃO, TECNOLOGIA E  
INOVAÇÃO  
Frederico Augusto de Araújo Cavalcanti

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS, PESQUISAS, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO  
Albertina de Souza Leão Pereira

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE  
Av. Eng. Domingos Ferreira, 1967, Empresarial Souza Melo Tower, Boa Viagem  
Recife, PE, CEP: 51111-021

#### EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELO ESTUDO

Albertina de Souza Leão Pereira – Estatística  
José Luís Alonso da Silva – Economista  
Miguel Vieira de Araújo – Economista  
Marcus Vinícius Santos Coelho da Paz – Economista  
Tassia Germano de Oliveira – Economista

## INTRODUÇÃO

A concentração de investimentos públicos nas regiões hegemônicas no Brasil desempenhou relevante papel no agravamento das disparidades regionais, haja vista ter criado ou ampliado o leque de condições mais atrativas para os investimentos privados nessas regiões, pois a atividade econômica tende a se concentrar nos locais em que haja economias de aglomeração e de urbanização, com a consequente disponibilidade de infraestrutura de transporte, de energia, além de economia diversificada e articulada com circuitos econômicos dinâmicos, servida por sistemas logísticos mais eficientes e que contenha centros de pesquisa e melhores serviços de educação e saúde. Ademais, as regiões favorecidas acabam por atrair recursos não apenas econômicos daquelas menos favorecidas, uma vez que vários desses fatores também são preponderantes nas decisões locacionais dos indivíduos.

As desigualdades regionais que perduram por longos períodos tendem a ser nocivas não apenas para as regiões menos favorecidas, retardando seu desenvolvimento, mas também para as regiões mais desenvolvidas, ao limitar as potencialidades do mercado interno e do acesso ao mercado externo (AMARAL FILHO, 1995).

O atraso da economia nordestina, quando comparado com a economia do Sudeste, gera um círculo vicioso, causando obstáculos ao progresso econômico e repercutindo negativa e fortemente no campo social. Este efeito vai ao encontro do Princípio da Causação Circular Cumulativa em sua forma descendente ou negativa, de Myrdal (apud AMARAL FILHO, 1999), segundo o qual, em um sistema onde existe uma região mais favorecida do que outra, esta tende a continuar pobre e ainda a acentuar as suas dificuldades, pois não apresenta condições favoráveis à melhor rentabilidade ou de atratividade para investimento econômico privado, causando movimento de capital para a região mais abastada, incrementando seu crescimento e o empobrecimento daquela. É um comportamento inerente à dinâmica dos mercados e dos seus mecanismos de ajuste.

E como afirmou Celso Furtado (2012):

“Seria grave equívoco supor que esses problemas de disparidade regional se resolverão espontaneamente e que por isso não devem constituir preocupação central da política geral de desenvolvimento” (FURTADO, 2012).

A neutralização destes efeitos e a consequente promoção do desenvolvimento das regiões menos favorecidas dependem, fundamentalmente, da ação governamental – consistente articulada e continuada – no sentido de apoiar/incentivar/fomentar/alavancar a criação e o incremento de condições que possam torná-las atrativas para o investimento privado, colaborando fortemente para o crescimento econômico sustentável.

Com isso em mente, é preciso enxergar as regiões menos favorecidas como um celeiro de oportunidades para o desenvolvimento sustentável brasileiro.

A Constituição Federal reconhece as disparidades e exara, em seus Princípios Fundamentais, Título I, art. 3º:

Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:  
I – [...]  
II - garantir o desenvolvimento nacional;  
III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;  
IV – [...].

Neste sentido, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene foi instituída pela Lei Complementar nº 125, de 03/01/2007, com a finalidade de promover o desenvolvimento incluyente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional (art. 3º).

Este mesmo dispositivo legal, em seu art.4º, inciso III, preconiza que compete à Sudene **propor diretrizes para definir a regionalização da política industrial que considerem as potencialidades e especificidades de sua área de atuação.**

Apesar de não contar com simpatia da unanimidade, a adoção de políticas industriais como instrumento de promoção do desenvolvimento tem sido praxe nos países, até mesmo nos mais ricos, objetivando mais dinamismo e competitividade nacionais ou até mesmo como elemento indutor da redução de diferenciais de desenvolvimento inter-regional e intrarregional. Buscam motivar a desconcentração produtiva, quer pela atração de investimentos, quer pela modernização, diversificação e adensamento de cadeias produtivas. São mais comumente utilizadas sob as formas de desoneração tributária, de incentivos fiscais, de financiamentos diretos, de projetos estruturantes, de investimentos em infraestrutura física, em educação profissionalizante, em centros de P&D, de CT&I.

No Brasil, as experiências que mais se destacaram, ainda na chamada República Velha, ocorreram nas eras Vargas, Juscelino e Geisel. Nos governos Collor e Fernando Henrique, as políticas industriais cederam espaço às ações na estabilização monetária e fortalecimento dos fundamentos econômicos. Nos dois governos Lula, também lastreados nas condições de estabilidades política e econômica, bem como a consequente credibilidade internacional, foram criadas e implementadas a Política industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) e a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), visando à retomada da participação da indústria no PIB nacional. Já no primeiro Governo Dilma, foi instituído o Plano Brasil Maior (PBM).

Verificou-se que essas Políticas Industriais não trouxeram em seus compêndios o caráter regional como foco de ações, apesar de fazerem menção ao tema. Inclusive aprofundaram, e tendem a agravar, as diferenças de desenvolvimento entre as macrorregiões brasileiras.

Isto posto, e considerando a missão e os objetivos da Sudene, o presente trabalho objetiva apresentar subsídios para formulação de diretrizes para a regionalização da política industrial do Governo Federal, (com foco no Nordeste). É resultado da compilação de formulações e/ou proposições (aproximações de política industrial) das políticas industriais dos estados que compõem a área de atuação da Sudene, a saber: MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, MG e ES (nestes dois últimos estados, buscou-se centrar atenção – até mesmo seccionando a visão geral para cada um destes estados –, sempre que possível, nos municípios incluídos na referida área de atuação)<sup>1</sup> bem como pela análise dos principais indicadores industriais disponíveis.

---

<sup>1</sup> O art. 2º da Lei Complementar de nº 125, de 03 de janeiro de 2007, define que a área de atuação da Sudene abrange os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e as regiões e os Municípios do Estado de Minas Gerais de que tratam as [Leis nº 1.348, de 10 de fevereiro de 1951](#), [6.218, de 7 de julho de 1975](#), e [9.690, de 15 de julho de 1998](#), bem como os Municípios de Águas Formosas, Angelândia, Aricanduva, Arinos, Ataléia, Bertópolis, Campanário, Carlos Chagas, Catuji, Crisólita, Formoso, Franciscópolis, Frei Gaspar, Fronteira dos Vales, Itaipé, Itambacuri, Jenipapo de Minas, José Gonçalves de Minas, Ladainha, Leme do Prado, Maxacalis, Monte Formoso, Nanuque, Novo Oriente de Minas, Ouro Verde de Minas, Pavão, Pescador, Ponto dos Volantes, Poté, Riachinho, Santa Fé de Minas, Santa Helena de Minas, São Romão, Serra dos Aimorés, Setubinha, Teófilo Otoni, Umburatiba e Veredinha, todos em Minas Gerais, e ainda os Municípios do Estado do Espírito Santo relacionados na [Lei nº 9.690, de 15 de julho de 1998](#), bem como o Município de Governador Lindemberg. Parágrafo único: Quaisquer municípios criados, ou que venham a sê-lo, por desmembramento dos entes municipais integrantes da área de atuação da Sudene de que trata o caput deste artigo, serão igualmente considerados como integrantes de sua área de atuação.

Esse procedimento visa a conferir maior legitimidade aos resultados a serem obtidos, pois os estados e municípios são os principais atores no processo de seleção das ações, haja vista a sua proximidade às dinâmicas socioeconômicas em seus territórios. Vale ressaltar que se busca constituir uma convergência de interesses e de ações que visem ao desenvolvimento regional sustentável, por meio de investimentos em setores estratégicos que possam conduzir a um adensamento das cadeias produtivas e que confirmem à Região maior dinamismo e possibilidades de inserção num círculo virtuoso. Tais formulações e/ou proposições foram obtidas quase integralmente por meio virtual (considerando informações e documentos que versam sobre desenvolvimento socioeconômico listados nos sítios eletrônicos das Secretarias Estaduais de Desenvolvimento e nas Federações das Indústrias de cada estado), excetuando-se às dos estados de Sergipe, da Bahia e de Pernambuco. Nestes dois últimos, foram realizadas reuniões com representantes da Secretaria de Desenvolvimento da Bahia, das Agências Estaduais de Desenvolvimento e das unidades estaduais do Sebrae.

Este documento está estruturado em três capítulos. No primeiro, apresenta-se um resumo de cada uma das três últimas políticas industriais postas em prática no Brasil: Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), 2004-2008, Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), 2008-2010, e Plano Brasil Maior (PBM), 2011-2014. Além de uma breve análise dessas políticas, buscou-se identificar, em suas proposições, diretrizes com viés de regionalização. Também se fez uma contextualização da formulação e do emprego de cada uma, além de uma explanação sobre a adoção de políticas industriais como instrumentos de promoção do desenvolvimento. No segundo, são apresentados indicadores da indústria na referida área de atuação e de sua participação nos correlatos nacionais, contendo informações econômico-financeiras que permitem estimar as características estruturais básicas do segmento empresarial da atividade industrial no País e acompanhar a sua evolução ao longo do tempo<sup>2</sup>. No terceiro capítulo, apresentam-se os gargalos e as potencialidades do Nordeste como resultado da aglutinação e consolidação do que foi verificado em cada um dos onze estados considerados, entendidos como sinalizadores para implantação e implementação de políticas industriais, sob a visão do conjunto regional, entendido como área de atuação da Sudene.

---

<sup>2</sup> Fontes: IBGE, MTE e MDIC.

## CAP. 1: ANÁLISE DAS TRÊS ÚLTIMAS POLÍTICAS INDUSTRIAIS BRASILEIRAS

### 1. Introdução

Este capítulo faz uma breve análise das três últimas políticas industriais do Brasil à luz da regionalização: a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior - PITCE (2004-2008), a Política de Desenvolvimento Produtivo - PDP (2008-2010) e o Plano Brasil Maior (2011-2014).

Em que pese ser controverso o uso de políticas industriais como instrumento de promoção do desenvolvimento, em geral, os países têm utilizado as políticas industriais como ações e ferramentas para fomentar o setor industrial e elevar as taxas de crescimento econômico, por intermédio da alavancagem de setores avaliados como importantes para o crescimento econômico de cada país. Os governos desses países direcionam suas ações visando a uma estratégia de desenvolvimento com o objetivo de aumentar a geração de divisas, a difusão de tecnologias e a expansão dos níveis de emprego, almejando, desta forma, o aumento da competitividade industrial e impulsionando o uso mais eficaz dos recursos naturais.

O Brasil deu os primeiros sinais de ação coordenada com o objetivo de proteger o setor industrial no governo de Getúlio Vargas, fazendo uso do processo de substituição de importações ainda no início na década de 1930. No governo de Juscelino Kubitschek, a estratégia de fomentar o setor industrial ganhou corpo e peso econômico, passando a objetivo do governo o desenvolvimento do setor industrial, concentrando esforços na indústria de bens de consumo duráveis. O terceiro exemplo de ação coordenada deu-se no governo de Ernesto Geisel, com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que não conseguiu alcançar várias das metas e objetivos propostos, em função das crises do petróleo e do cenário internacional desfavorável, das altas taxas de inflação e da elevada dívida externa, o que fez o País não priorizar a política industrial.

Nos governos de Fernando Collor e de Fernando Henrique Cardoso, apesar de algumas medidas pontuais terem sido adotadas, predominava a concepção de que uma política econômica que promovesse a estabilidade era a mais eficaz forma de o governo fomentar o setor industrial. Ao assumir a Presidência da República, o governo Lula encontrou um país com estabilidade política e econômica e credibilidade no cenário internacional. Além disso, o governo tinha vários desafios, tais como diminuir o desemprego, o risco país, as dívidas, externa e interna, aumentar o crescimento econômico e fomentar o setor industrial, que já dava sinais de que o Brasil estava iniciando um processo de queda da participação desse setor na constituição do Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, verificava-se uma tendência à desindustrialização.

Com esse diagnóstico e como forma de fomentar o setor industrial, o governo Lula lançou, em 2004, a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), a qual, por falta de objetivos bem definidos e, ainda, deparar-se com conjuntura desfavorável, não atingiu os objetivos propostos. Em 2008, o Governo Federal lançou a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), que, *grosso modo*, tem como objetivos fomentar esse setor da economia por meio de incentivos creditícios, subsídios, isenção e redução de tributos e marcos regulatórios para algumas atividades setoriais.

A política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior do Governo Federal para o período 2011/2014 recebeu o nome de Plano Brasil Maior e tem como foco o

estímulo à inovação e à produção nacional, tomando como premissa que estes dois fatores seriam responsáveis por alavancar a competitividade da indústria nacional nos mercados interno e externo.

## **2. Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) – 2004-2008**

### **2.1. Apresentação**

A Política industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) foi lançada em 31 de março de 2004, com o objetivo de fortalecer e expandir a base industrial brasileira por meio da melhoria da capacidade inovadora das empresas.

Concebida a partir de uma visão estratégica de longo prazo, a PITCE teve como pilar central a inovação e a agregação de valor aos processos, produtos e serviços da indústria nacional.

Atuou em três eixos: linhas de ação horizontais (inovação e desenvolvimento tecnológico, inserção externa/exportações, modernização industrial e ambiente institucional), setores estratégicos (*software*, semicondutores, bens de capital, fármacos e medicamentos) e em atividades “portadoras de futuro” (biotecnologia, nanotecnologia e energias renováveis).

Foi formulada em 2003 e anunciada em março de 2004. Sua implementação ficou a cargo da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), subordinada ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), comandado pelo presidente da República.

Tinha como objetivo “*o aumento da eficiência econômica e do desenvolvimento e difusão de tecnologias com maior potencial de indução do nível de atividade e de competição no comércio internacional*”.

### **2.2. Implementação da PITCE**

À época, tinha-se o entendimento da necessidade de a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior ser discutida e negociada com o setor privado, responsável que é pelos investimentos produtivos e pela produção industrial. Além disso, a dinâmica competitiva e dos processos de inovação e difusão de tecnologias exigiam conhecimento permanentemente atualizado.

A Política seria viabilizada por um conjunto diferenciado de instrumentos de responsabilidade de diferentes agências do setor público, inclusive estaduais e municipais. Previa a adoção de mecanismos institucionais para a implementação da política e para a coordenação da ação dos órgãos públicos, facilitando a negociação do setor privado com o governo. As linhas de ação consideradas pelo Governo Federal foram a inovação e o desenvolvimento tecnológico, a inserção externa, a modernização industrial, a capacidade e escala produtiva e opções estratégicas definidas pelo governo.

Para as opções estratégicas, propôs-se a concentração de esforços em áreas intensivas em conhecimento nas atividades que: apresentassem dinamismo crescente e sustentável; fossem responsáveis por parcelas expressivas dos investimentos internacionais em Pesquisa e Desenvolvimento; abrissem novas oportunidades de negócios; se

relacionassem diretamente com a inovação de processos, produtos e formas de uso; promovessem o adensamento do tecido produtivo e que fossem importantes para o futuro do país e apresentassem potencial para o desenvolvimento de vantagens comparativas dinâmicas. Os setores que se encaixaram nesses requisitos foram semicondutores, *software*, fármacos e medicamentos e bens de capital.

Entre suas ações previstas não estava presente qualquer perspectiva de regionalização além do apoio articulado a arranjos produtivos locais (APLs) na linha de ação da modernização industrial.

### **2.3. Conclusão**

Em termos substantivos, os resultados da PITCE são de difícil mensuração dada a exiguidade de estudos e levantamentos que propiciem tal análise. No site da ABDI foi encontrado apenas um sumário executivo (ABDI, 2007) que aponta as realizações no âmbito da PITCE para o período até setembro de 2007. O documento expõe desde os aspectos mais gerais como, por exemplo: o aumento de 35,2% nos desembolsos do BNDES nos primeiros oito meses de 2007, com destaque para o setor de infraestrutura; e os bons resultados na balança comercial brasileira com destaque para as exportações recordes de bens manufaturados, básicos e semimanufaturados, até questões mais específicas, com ênfase para três pontos: o Profarma-BNDES, o Prosoft-BNDES e o lançamento do Projeto Inovar II pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) que contou com um aporte de US\$ 5 milhões em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), visando a continuação do apoio ao mercado de venture capital.

Em que pesem os resultados delineados no parágrafo anterior, existem poucos elementos disponíveis que permitam uma avaliação mais ampla dos resultados da PITCE. Ademais, tal análise é dificultada pela existência de falta de alinhamento entre os investimentos em P&D e seus resultados, os quais demoram mais a aparecer. De qualquer forma, cabe colocar que na visão de Kupfer, em matéria publicada no jornal Valor Econômico, em 5 de abril de 2006, os resultados observados na PITCE são pouco animadores, na medida em que foram encontradas grandes dificuldades durante a fase inicial de sua execução, em especial no que diz respeito à insuficiência do aparato institucional e às incompatibilidades entre os objetivos da política macroeconômica e o desenvolvimento industrial.

Segundo Mansueto Almeida, em seu trabalho “Desafios da Real Política Industrial Brasileira do Século XXI”, a Agência (ABDI) terminou sendo criada como um serviço social autônomo, ligado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), nos moldes do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex). Na visão do autor, o formato de funcionamento da ABDI como uma agência fora do governo comprometeu a capacidade desta de coordenar a política industrial.

Ressalta-se que desde a sua criação, a ABDI não tem poderes nem instrumentos de política para coordenar a complexa rede de relações com outros ministérios e instituições com relativa autonomia, como é o caso tanto do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) quanto da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

### **3. Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) – 2008-2010**

#### **3.1. Apresentação**

A Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) foi concebida como um aprofundamento da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE). Em sua formulação, considerou-se a então conjuntura econômica favorável ao crescimento econômico e que levava a supor que o país teria resolvido alguns dos seus maiores problemas estruturais e havia alcançado, definitivamente, as condições necessárias para o crescimento sustentável da sua economia. Focava em dar continuidade a este crescimento nas mais diversas áreas, com ênfase na inovação, na formação bruta de capital, na competitividade, no apoio ao empreendedorismo e no aumento das exportações, com vistas ao fortalecimento do Balanço de Pagamentos, visando à consolidação da confiança na capacidade de crescer, com uma maior integração dos instrumentos de política existentes, fortalecimento da coordenação entre instituições de governo e aprofundamento da articulação com o setor privado.

Os bons indicadores econômicos vinham acompanhados de substancial melhoria na situação externa brasileira, que, ao longo de décadas, representou restrição importante ao crescimento do País. Ademais, a dívida pública se encontrava em declínio e os níveis de desigualdade estavam se reduzindo de forma significativa. Contudo, a crise internacional iniciada em outubro de 2008 modificou abruptamente diversas das premissas que nortearam a elaboração da PDP. Devido ao novo e inesperado cenário, a questão mais relevante naquele momento, para a PDP, era identificar em que medida esta mudança da conjuntura macroeconômica afetaria o escopo, as metas, os desafios e as medidas implementadas pela Política. Várias das metas propostas pela PDP ficaram comprometidas, no curto prazo, em virtude da redução do nível de atividade em 2009 e 2010. Como se não bastasse, a redução na arrecadação federal acarretou entraves importantes a novas medidas de desoneração tributária para indústria, investimento e inovação. A necessidade de estimular o crescimento econômico durante a crise implicou em outras medidas fiscais na agenda da política econômica. Ou seja, a prioridade dos gastos públicos, em tempos de crise, tende a ficar mais concentrada sobre medidas de curto prazo de combate à crise do que de política industrial de longo prazo.

#### **3.2. Desafios da PDP**

À época da PDP o governo estabeleceu quatro desafios como essenciais para consolidar a confiança na capacidade de crescer e de conferir competitividade de longo prazo à economia brasileira.

Primeiro, o de ampliar firmemente a capacidade de oferta em face de uma demanda em expansão, evitando-se a formação de eventuais pressões inflacionárias ou de gargalos que, de forma indesejada, pudessem abreviar a trajetória verificada à época. Tornou-se imperioso expandir a participação da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) relativamente ao PIB.

Segundo, preservar a robustez do balanço de pagamentos brasileiro, condição que nos últimos anos contribuía de forma decisiva para o fortalecimento da economia, afastando o padrão observado no passado pelo qual o *front* externo foi, reiteradamente, origem de restrições ao crescimento. Nesse âmbito, procurava-se manter uma taxa elevada de expansão das exportações, estimulando os setores que já apresentavam bom desempenho e buscando uma maior diversificação da pauta exportadora, para fortalecer a contribuição dos mercados

externos como fonte de demanda. E, não menos importante, criar condições favoráveis à atração de um maior volume de investimentos externos diretos.

O terceiro desafio para a sustentabilidade do crescimento era elevar a capacidade de inovação das empresas brasileiras.

O quarto era abrir espaço para novos atores, alargando as condições de acesso a mercados para micro e pequenas empresas (MPEs), a fim de amplificar os efeitos competitivos e distributivos positivos do ciclo de expansão no longo prazo.

### 3.3. Objetivos estratégicos

Tendo em vista os objetivos globais da PDP e a diversidade da estrutura produtiva doméstica, foram estabelecidas cinco estratégias:

**Liderança mundial** – manter ou posicionar o sistema produtivo ou a empresa brasileira entre os cinco *players* mundiais em sua atividade, considerando que a liderança pode se expressar nas dimensões patrimonial, tecnológica e/ou produtiva. Os sistemas produtivos em destaque seriam os de mineração e siderurgia, assim como a indústria aeronáutica e o complexo produtivo do bioetanol;

**Conquista de mercados** – configura-se no objetivo de manter ou posicionar um determinado sistema produtivo entre os principais exportadores mundiais, combinando-se uma participação significativa nos fluxos de comércio internacional com a preservação de posição relevante no mercado doméstico. São sistemas representativos deste objetivo os de bens de consumo duráveis e de bens de capital;

**Focalização** – construir e consolidar a competitividade em áreas estratégicas, de alta densidade tecnológica, com base em vantagens comparativas dinâmicas ou vocações locais. Neste caso, sistemas representativos são segmentos do complexo de tecnologia da informação, do complexo industrial da saúde e da indústria de bens de capital sob encomenda;

**Diferenciação** – posicionar empresas e marcas brasileiras entre as cinco principais em seu mercado de atuação, desdobrando-se no objetivo de fortalecer marcas já reconhecidas, nacional e internacionalmente, e no objetivo de atrelar marcas locais a um ou mais atributos que lhes confirmam uma imagem única e exclusiva. Destacam-se os sistemas produtivos das indústrias de bens de consumo semiduráveis e não duráveis; e

**Ampliação do acesso** – ampliar o acesso da população a bens e serviços básicos, ou de interesse socioeconômico, que afetam diretamente a qualidade de vida.

### 3.4. Macrometas (ou Metas-País)

Para que lograsse êxito, a PDP dependia enormemente da mobilização do setor produtivo nas direções propostas. Portanto, tornou-se imprescindível a definição de metas quantitativas e explícitas. Dessa forma, foram estabelecidas, em primeiro plano, **macrometas** para o ano de 2010 e, em segundo plano, metas específicas para cada um dos programas contemplados pela PDP, apresentadas a seguir.

**Ampliação do investimento fixo** – elevar a participação de 17,6% em 2007 para 21% do PIB em 2010;

**Elevação do gasto privado em P&D** – elevar a participação de 0,51% em 2005 para 0,65% em 2010;

**Ampliação da participação das exportações brasileiras** – elevar a participação brasileira nas exportações mundiais de 1,18% em 2007 para 1,25% em 2010

**Dinamização das micro e pequenas empresas** – elevar em 10% o número de MPes exportadoras em 2010, relativamente ao de 2006, que totalizou 11.792 MPes.

### **3.5. Iniciativas, Instrumentos e Programas**

#### **3.5.1. Ações Sistêmicas**

Sob a coordenação do Ministério da Fazenda, no nível sistêmico, a PDP previa medidas com impacto direto sobre os objetivos da Política.

Com o objetivo de **ampliar recursos para investimento temos:**

a) expansão da base de *funding* do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES;

b) redução do *spread* médio do BNDES nas suas operações de financiamento, de cerca de 20% em relação a 2007. Destaque-se, nesta mudança, a redução expressiva do *spread* das linhas e programas FINAME, de 1,5% a.a. para 0,9% a.a.;

c) medidas para reduzir o custo tributário de novas inversões e que se somassem aos avanços do projeto de Reforma Tributária, tais como: a prorrogação da depreciação acelerada para novos investimentos e a redução, para 12 meses, do prazo de recuperação dos créditos acumulados de PIS-PASEP e Cofins na compra de máquinas e equipamentos.

Para **elevação do gasto privado em P&D, ou seja, fomentar a inovação**, somava-se aos instrumentos e programas já existentes:

a) O lançamento de novas linhas de financiamento pelo BNDES, para as quais se previa, até 2010, R\$ 6 bilhões em apoio a esforços inovativos das empresas (Linha Capital Inovador) e apoio a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (Linha Inovação Tecnológica).

b) No âmbito fiscal-tributário, estão a permissão à depreciação imediata de máquinas e equipamentos utilizados em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica (PD&I) e o aperfeiçoamento da legislação;

c) Ações voltadas à melhoria do ambiente para realização de negócios, que têm por objetivo aprimorar a segurança jurídica para investimentos e inovação.

Visando a **ampliação da participação das exportações brasileiras**, bem como a **Dinamização das micro e pequenas empresas**, em 2008 foi elaborada a Estratégia Nacional de Simplificação do Comércio Exterior, com foco na simplificação do processo de abertura e fechamento de empresas e na segurança jurídica dos mecanismos de incentivo à inovação.

Ainda no Nível Sistêmico, a PDP tinha como orientação central buscar uma maior integração com iniciativas de governo de caráter sistêmico já em curso, destacando-se as ações previstas no Plano de Aceleração do Crescimento - PAC, por meio de investimentos públicos e do estímulo ao investimento privado. O Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação, do Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT, por seu turno, articulava-se à PDP, ao prever uma vigorosa expansão dos investimentos públicos na infraestrutura de C&T no Brasil – R\$ 41 bilhões, entre 2007 e 2010.

### 3.5.2. Instrumentos

A PDP previa, no âmbito federal, quatro categorias de instrumentos de política:

- De incentivo – crédito, incentivos fiscais, subvenção econômica e capital de risco (ex.: BNDES, FINAME, Profarma);
- Poder de compra do Estado – compras da administração direta e de empresas estatais (ex.: Petrobrás);
- De regulação – técnica, econômica e concorrencial (ANS/MS – CMED, regulação, preço);
- De apoio técnico – certificação e metrologia, promoção comercial, propriedade intelectual, capacitação de recursos humanos, capacitação empresarial (INMETRO, Programas de Certificação).

### 3.5.3. Programas para Destaques Estratégicos

Os destaques estratégicos tratavam de questões fundamentais para desenvolver a indústria e o País, abrangendo diversos complexos produtivos. Na PDP foram estabelecidas iniciativas de grande relevância para as cinco dimensões de destaque, como segue.

**Ampliação das exportações** – entre as medidas previstas pela Política com esse objetivo, incluem-se o encaminhamento, ao Congresso Nacional, de Medida Provisória que regulamenta as Zonas de Processamento de Exportações – ZPEs, a ampliação do financiamento do BNDES às exportações dos setores intensivos em mão de obra, por meio do Novo Revitaliza, e o aperfeiçoamento dos Programas de Financiamento às Exportações (PROEX Equalização e PROEX Financiamento), sob coordenação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

**Fortalecimento das micro e pequenas empresas** – para fortalecer a inserção doméstica e internacional das micro e pequenas empresas (MPEs), foi desenhado um programa específico com metas e ações articuladas, que tem, entre suas principais iniciativas, a regulamentação da Lei Geral das MPEs, o fortalecimento de atividades coletivas e o fomento de atividades inovativas.

**Regionalização** – a importância atribuída à descentralização espacial da produção e do emprego qualificado resultou no programa de regionalização, que tinha por objetivo garantir que as ações no âmbito da PDP beneficiem as regiões menos desenvolvidas do País. O foco das ações que compõem este programa, que estava articulado à Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais, era a promoção de atividades produtivas no entorno de projetos industriais e de infraestrutura. Uma de suas metas era ampliar a participação dos financiamentos do BNDES à Região Nordeste até 2010.

**Integração produtiva com a América Latina e Caribe** – o objetivo do programa era aumentar a articulação das cadeias produtivas e elevar o comércio com essas regiões, buscando ampliar a escala e a produtividade da indústria doméstica. Neste contexto, a integração das infraestruturas logísticas e energéticas na América do Sul mostrava-se como grande desafio e oportunidade.

**Integração com a África** – o objetivo do programa era aprofundar as relações históricas do Brasil com o continente africano. O aumento da corrente de comércio, a presença de grandes empresas brasileiras em vários países africanos e a crescente participação de micro e pequenas empresas no comércio de bens indicavam oportunidades de integração de cadeias produtivas, de desenvolvimento de fornecedores africanos e de cooperação técnica para capacitar empresários e trabalhadores da África por meio de instituições e programas brasileiros.

**Produção Sustentável** - O pressuposto é que o desenvolvimento produtivo devia ser combinado com a redução de impactos ambientais e com a exploração de oportunidades criadas pelas tecnologias limpas.

#### **3.5.4. Programas Estruturantes para Sistemas produtivos**

Além destes, vale destacar que foram previstos os Programas Estruturantes para Sistemas Produtivos que eram os principais instrumentos para a consecução das Metas-País e recobriam uma grande diversidade de sistemas produtivos.

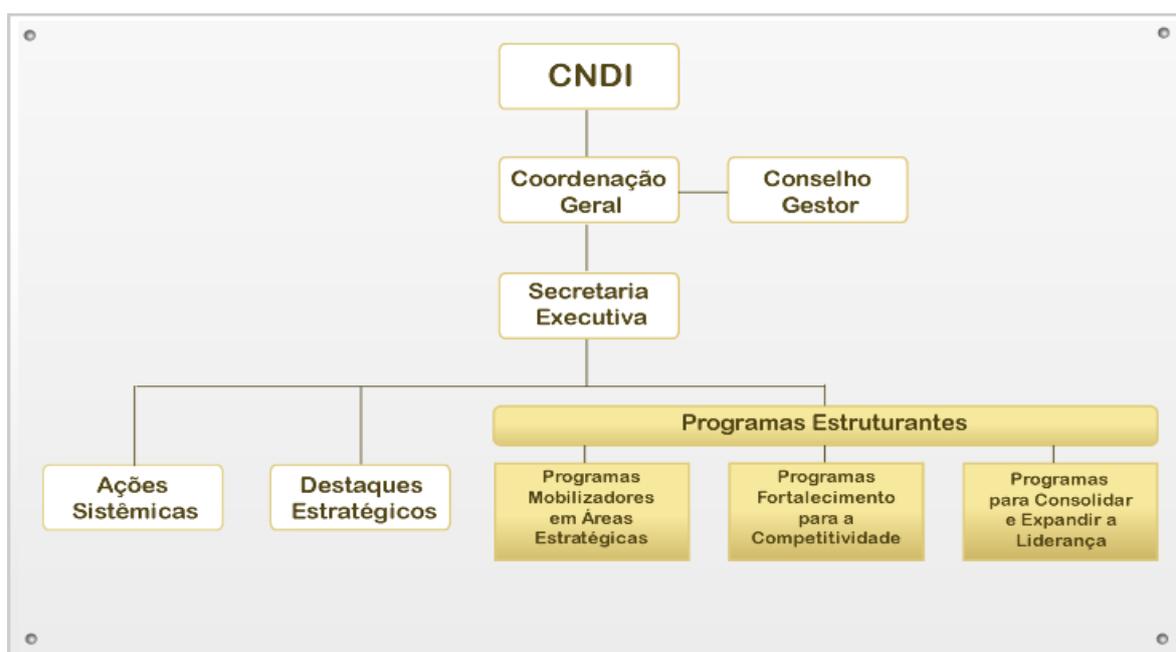
Cada um dos programas tinha objetivos específicos, refletindo as estratégias de médio/longo prazos aplicáveis a cada caso – liderança mundial, conquista de mercados, focalização, diferenciação e ampliação de acesso.

Espelhando essa diversidade, foram definidas três categorias de programas:

- **Programas Mobilizadores em Áreas Estratégicas** com foco em Tecnologias de Informação e Comunicação, Nanotecnologia, Biotecnologia, Complexo Industrial da Defesa, Complexo Industrial da Energia Nuclear e Complexo Industrial da Saúde;
- **Programas para Fortalecer Competitividade** com foco no Complexo Automotivo, na Indústria de Bens de Capital (sob encomenda e seriados), na Indústria Naval e de Cabotagem, na Indústria Têxtil e de Confecções, no Complexo de Couro, Calçados e Artefatos, no setor de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, no setor de Madeira e Móveis, Plásticos, no Complexo Produtivo do Biodiesel, na Agroindústria, na Construção Civil e no Complexo de Serviços;

- **Programas para Consolidar e Expandir Liderança**, contemplando o Complexo produtivo do Bioetanol, o Complexo industrial do Petróleo, Gás e Petroquímica, o Complexo Aeronáutico e os Complexos produtivos de *commodities*, como Mineração, Siderurgia, Celulose, e Carnes.

Quanto à governança, a Política de Desenvolvimento Produtivo obedecia o seguinte esquema:



Fonte: [http://www.pdp.gov.br/paginas/estrutura\\_governanca.aspx?path=Estrutura%20de%20Governan%C3%A7a](http://www.pdp.gov.br/paginas/estrutura_governanca.aspx?path=Estrutura%20de%20Governan%C3%A7a)

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial – CNDI cabia promover a articulação entre os setores público e privado como instância superior de debate, aperfeiçoamento, validação e monitoramento da Política de Desenvolvimento Produtivo, analisando a evolução dos programas, indicando possíveis realinhamentos, e identificando oportunidades para novos programas e iniciativas.

### 3.6. Conclusões

Não foram identificadas ações explícitas de regionalização na PDP, em que pese em seu bojo ser citada a descentralização espacial da produção e do emprego. O seu enfoque resume-se a incentivar os APLs no entorno de projetos industriais e de infraestrutura e à intenção de aumentar a participação relativa dos recursos do BNDES no Nordeste até 2010.

Ademais, *grosso modo*, as políticas industriais adotadas no Brasil, ao longo do tempo, têm apresentado um viés protecionista e exigido poucas contrapartidas de seus beneficiários. Os benefícios concedidos pela política industrial deveriam servir somente para estimular aqueles setores potencialmente competitivos internacionalmente e de modo

provisório. Para aumentar as suas chances de sucesso, deveriam ser coordenadas com uma política macroeconômica que buscasse o equilíbrio fiscal, taxas de juros relativamente baixas e, especialmente, uma taxa de câmbio competitiva. Em estimações, no estudo publicado pelo IPEA, Coronel *et al* chegaram à conclusão de que a PDP causou impactos diferentes sobre os setores produtivos. Naqueles em que havia o uso de tecnologia de baixa e média intensidades, os resultados poderiam ser considerados positivos para o aumento da produção e das exportações e da queda das importações, notadamente nos setores Automotivo e de Bens de Capital. Contudo, naqueles em que havia uso de tecnologias de alta intensidade, os resultados mostrariam-se bastante insatisfatórios.

Entre os grandes problemas que impactaram negativamente na implantação da Política, destacam-se:

- i) as consequências perversas da valorização do real, não apenas sobre as exportações, mas também sobre as importações, além dos efeitos negativos do processo de perda de espaços também no mercado interno;
- ii) a crise internacional que modificou abruptamente diversas das premissas que nortearam a elaboração da PDP; a definição dos setores que seriam beneficiados pela Política, visto que a decisão final dependia de maior credibilidade e embasamento para justificar tais escolhas;
- iii) alterações de alíquotas para vários setores, o que deveria ser feito por mudanças na estrutura tributária e não por renúncias específicas.

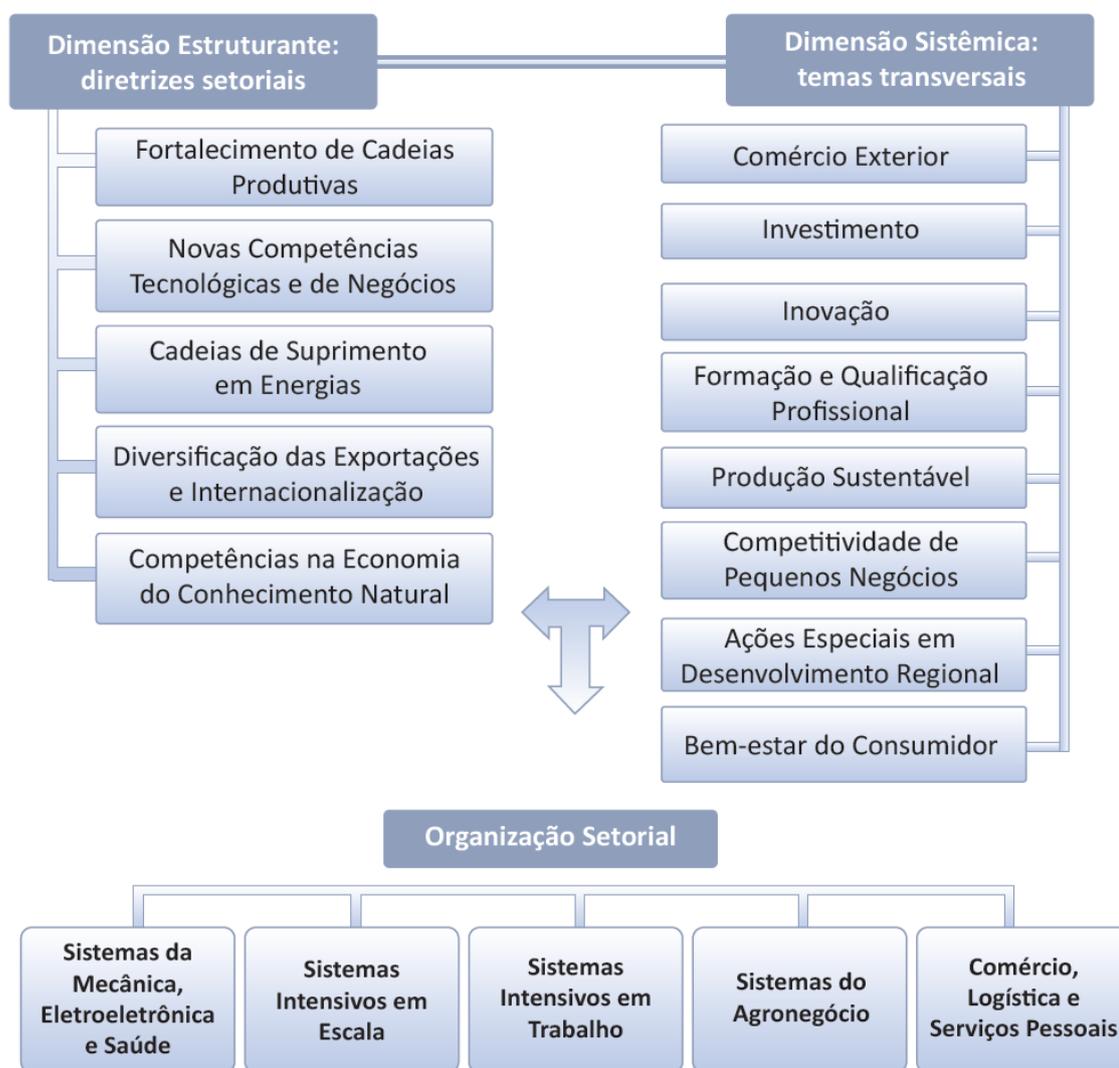
## 4. Plano Brasil Maior (PBM) – 2011/2014

### 4.1. Apresentação

A política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior do Governo Federal para o período 2011/2014 recebeu o nome de Plano Brasil Maior e tem como foco o estímulo à inovação e à produção nacional, tomando como premissa que o estímulo a estes dois fatores seria responsável por alavancar a competitividade da indústria nacional nos mercados interno e externo.

### 4.2. Dimensões do Plano

O Plano Brasil Maior divide-se em duas Dimensões e em uma Organização Setorial, a qual se divide em cinco blocos produtivos, como podemos ver na figura abaixo:



Fonte: Cartilha do Plano Brasil Maior

O Plano conta com cinco blocos de diretrizes setoriais que formam sua dimensão estruturante. A dimensão estruturante apresenta diretrizes setoriais, ou seja, ações verticalizadas. Compõem essa dimensão o fortalecimento das cadeias produtivas, a ampliação e criação de novas competências tecnológicas e de negócios e o desenvolvimento das cadeias

de suprimento em energias (abrangendo oportunidades identificadas em petróleo e gás e em energias renováveis, como etanol, eólica, solar e carvão vegetal).

Inclui também a diretriz de diversificação das exportações (mercados e produtos) e internacionalização corporativa, com foco na promoção de produtos manufaturados de tecnologias intermediárias e de fronteira, intensivos em conhecimento; no aprofundamento do esforço de internacionalização de empresas via diferenciação de produtos e agregação de valor e no enraizamento de empresas estrangeiras e estímulo à instalação de centros de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no país.

A quinta diretriz estruturante é a consolidação de competências na economia do conhecimento natural: a utilização dos avanços proporcionados pela economia do conhecimento para ampliar o conteúdo científico e tecnológico dos setores intensivos em recursos naturais, permitindo que o país aproveite as vantagens na produção de *commodities* para avançar na diferenciação de produtos.

A dimensão sistêmica do Plano apresenta uma natureza horizontal e outra transversal, ou seja, tem como alvo a economia, e suas ações buscam redução de custos, elevação da produtividade, promoção de isonomia para as empresas brasileiras em relação a seus concorrentes internacionais e a consolidação do sistema nacional de inovação por meio da ampliação das competências científicas e tecnológicas e sua inserção nas empresas. Esta dimensão articula-se com a dimensão estruturante.

São os seguintes os grandes temas que compõem esta dimensão: o comércio exterior; o incentivo ao investimento; o incentivo à inovação; a formação e qualificação profissional (que inclui o PRONATEC, o Plano Nacional Pró-Engenharia e o Programa Ciência Sem Fronteiras); a produção sustentável (que inclui o desenvolvimento regional sustentável a partir de competências e recursos disponíveis localmente); a competitividade de pequenos negócios; o bem-estar do consumidor e condições e relações de trabalho.

O tema de maior interesse deste trabalho é o tema sete: Ações Especiais em Desenvolvimento Regional. Tais ações visam a inserir o Plano Brasil Maior em todas as unidades da Federação por meio da articulação entre agentes públicos e privados:

- Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR – coordenada pelo Ministério da Integração Nacional – MI);
- Territórios da Cidadania (no âmbito do – à época – Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA);
- Grupo de trabalho permanente para arranjos produtivos locais (GTP-APL/MDIC);
- Rede Nacional de Informações sobre Investimentos (Renai/MDIC); e
- Rede Nacional de Política Industrial (RENAPI/ABDI).

### **4.3. As oportunidades e desafios**

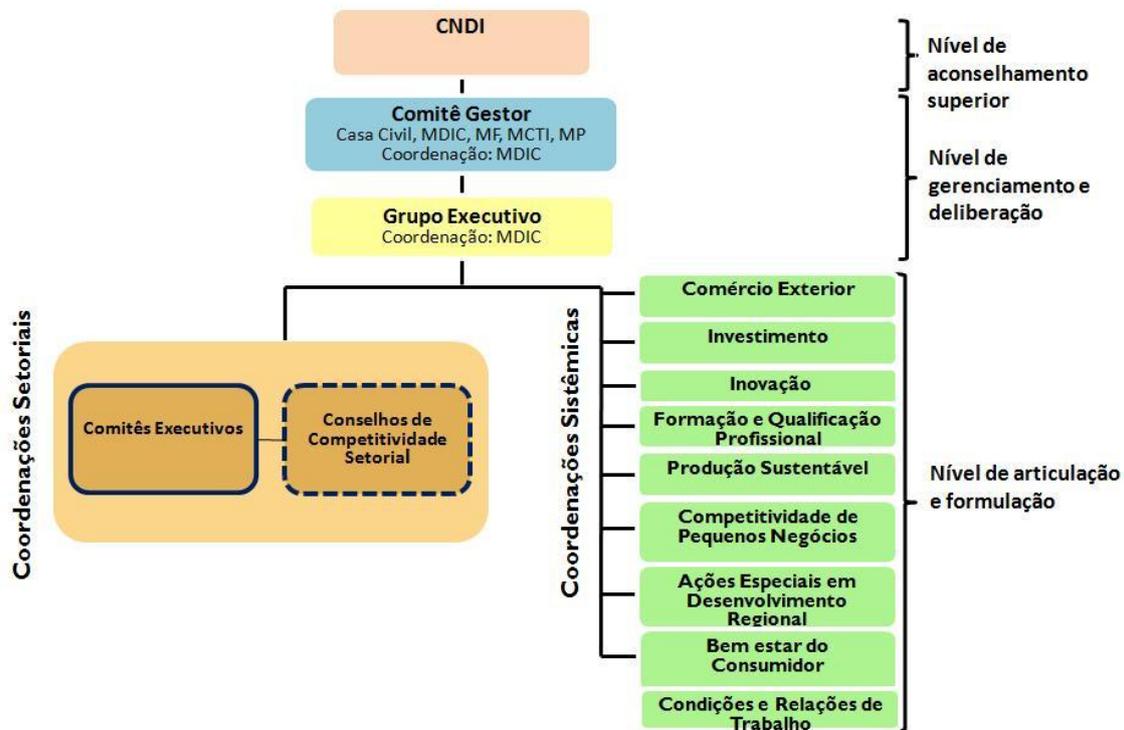
O Plano Brasil Maior tem como legado das políticas anteriores o diálogo entre o poder público, o empresariado e a sociedade; a coordenação e articulação institucional governamental; e estruturas de formulação, acompanhamento e avaliação de políticas de estímulo à produção. Suas oportunidades e desafios podem ser esquematizados como segue:

<b>Oportunidades</b>
Mercado interno grande e dinâmico, com capacidade de sustentar o crescimento mesmo no contexto de crise dos países desenvolvidos.
Condições do mercado de <i>commodities</i> no curto e médio prazos, que possibilitam a manutenção do superávit da balança comercial.
Núcleo existente de empresas inovadoras no Brasil com capacidade de liderar o processo de modernização produtiva.
Acúmulo de competências científicas com potencial para o desenvolvimento de produtos e serviços com alto conteúdo tecnológico.
Abundância de recursos naturais, domínio tecnológico e capacidade empresarial em energias renováveis e na cadeia de petróleo e gás.
Utilização das compras públicas e dos grandes eventos esportivos para alavancar novos negócios e tecnologias.

<b>Desafios</b>
Intensificar a progressão tecnológica da indústria de transformação.
Combater os efeitos da “guerra cambial” e das incertezas do cenário internacional.
Enfrentar o acirramento da concorrência internacional nos mercados doméstico e externo.
Acelerar o investimento em infraestrutura física.
Impulsionar a qualificação profissional de nível técnico e superior, particularmente em engenharias.

#### 4.4. Sistema de Gestão

O sistema de gestão do Plano Brasil Maior pode ser visto na imagem a seguir:



Fonte: Site do Plano Brasil Maior

## 4.5. Principais Medidas do Plano

### **Estímulos ao Investimento e à Inovação**

#### *(a) Desoneração tributária*

- Extensão por mais 12 meses da redução do IPI sobre bens de investimento (bens de capital, materiais de construção, caminhões e veículos comerciais leves).
- Redução gradual do prazo para devolução dos créditos do PIS/Cofins sobre bens de capital.

#### *(b) Financiamento ao Investimento*

- Extensão, até dezembro de 2012, do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) do BNDES, com a inclusão de outros setores e programas.
- Ampliação do programa de capital de giro (Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda - BNDES Progeren).
- Relançamento do Programa BNDES Revitaliza, com novas condições de financiamento ao investimento.
- Criação do Programa BNDES Qualificação, com apoio à expansão da capacidade de instituições privadas de ensino técnico e profissionalizante.
- Criação de Programa para Fundo do Clima do BNDES, com o objetivo de financiar projetos que reduzam a emissão de gases de efeito estufa.

#### *(c) Financiamento e Incentivo à Inovação*

- Novos recursos para o Finep, com aumento de crédito do BNDES para inovação.
- Crédito pré-aprovado dos planos de inovação de empresas.
- Ampliação de programas setoriais de inovação do BNDES (exemplo: Profarma, Proplástico, Proaeronáutica).

#### *(d) Marco Legal da Inovação*

- Permissão de contratos com cláusulas de risco tecnológico previstas na Lei de Inovação.
- Inclusão de projetos de entidades de ciência e tecnologia privadas sem fins lucrativos.
- Ampliação do atendimento das fundações de apoio às ICT.
- Modernização do marco legal do Inmetro, o que significou a ampliação do controle e fiscalização de produtos importados e do escopo de certificação.

### **Comércio Exterior**

#### *(a) Desoneração, Financiamento e Promoção das Exportações*

- Instituição do Reintegra: devolução ao exportador de bens industrializados de até 3% do valor exportado.
- Ampliação e maior agilização do ressarcimento de créditos aos exportadores.

#### *(b) Defesa Comercial*

- Intensificação do *antidumping*, salvaguardas e medidas compensatórias.
- Combate à *circunvenção*, falsa declaração de origem e subfaturamento.
- Aperfeiçoamento da estrutura tarifária do Imposto de Importação.
- Aumento da exigência de certificação compulsória.
- Fortalecimento do combate a importações ilegais.
- Acordo de cooperação MJ-MDIC para combater a violação de propriedade industrial e de certificação compulsória.
- Suspensão de *ex-tarifário* para máquinas e equipamentos usados.
- Criação de Fundo de Financiamento à Exportação de MPME (Proex Financiamento).
- Entrada em vigor do Ata-Carnet: facilitação da circulação dos bens em regime de admissão temporária, sem a incidência de tributos.

### **Defesa da Indústria e do Mercado Interno**

- Desoneração, até 2012, da folha de pagamento para os setores de Confecções, Calçados, Móveis e Software (projeto-piloto).
- Regime especial para o setor automotivo.
- Lei n. 12.349/2010: instituição de margem de preferência de até 25% nos processos de licitação para produtos manufaturados e serviços nacionais.
- Harmonização de políticas de financiamento dos bancos públicos com recursos da União (FAT, Fundos Constitucionais, recursos do Tesouro).

Fonte: Boletim de Economia/FUNDAP

O Boletim de Economia da FUNDAP aponta alguns méritos do Plano Brasil Maior. Dentre eles, a proposição de medidas para redução do custo tributário da indústria em um momento de dificuldades para o setor industrial; a instituição do REINTEGRA (compensa tributos que não podem ser recuperados quando se exporta); os programas de financiamento ao investimento do BNDES focando em áreas específicas e com uma data determinada para a extinção do incentivo; o aumento dos recursos financeiros disponibilizados à inovação, bem como a criação de programas relevantes por parte do BNDES.

Por outro lado, o mesmo Boletim aponta duas lacunas do Plano Brasil Maior, que são o horizonte temporal do Plano e a questão da competitividade. Segundo o Boletim, o Plano confere um horizonte muito curto, defensivo e limitado à política industrial brasileira. Tal limitado alcance talvez decorra de o PBM ater-se ao período de governo que vai até 2014, confinando a política de desenvolvimento – que deve ter uma necessária referência de longo prazo – a um horizonte curto.

Para Almeida e Cavalcanti (2011), o Plano Brasil Maior (PBM) tem como pontos positivos a disponibilização de mais recursos para inovação e a redução da carga tributária sobre a folha de salários e sobre exportações. Porém, na opinião dos autores, subsídios, proteção comercial e preocupação com “concorrência desleal”, “crise no mercado mundial”, “concorrência predatória” e “guerra cambial”, são menos importantes para o crescimento brasileiro que a incorporação de tecnologias existentes, de capital físico e de mão de obra, bem como o foco na economia e não apenas na indústria, além de maior investimento em infraestrutura.

Schapiro (2013) comenta que os programas do Plano Brasil Maior parecem apontar para a agenda do Custo Brasil, enquanto Delgado (2015) chama a atenção para o papel das compras públicas. Mattos (2013) destaca as desonerações tributárias e demonstra preocupação com o desequilíbrio do setor público.

#### **4.5 Conclusão**

O Plano Brasil Maior (PMB), diferentemente das duas políticas industriais anteriores, de certa forma especifica mais claramente as Ações Especiais em Desenvolvimento Regional. Contudo, não implementaram o caráter regional como foco de suas ações.

Tais ações, como apontado acima, visavam inserir o Plano Brasil Maior em todas as unidades da Federação por meio da articulação entre agentes públicos e privados por meio dos seguintes instrumentos:

- Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR – coordenada pelo Ministério da Integração Nacional – MI);
- Territórios da Cidadania (no âmbito do – à época –Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA);
- Grupo de trabalho permanente para arranjos produtivos locais (GTP-APL/MDIC);
- Rede Nacional de Informações sobre Investimentos (Renai/MDIC); e
- Rede Nacional de Política Industrial (RENAPI/ABDI).

Dentre essas ações, a PNDR, em sua segunda fase, é o principal instrumento por meio do qual a regionalização da política se faria possível. Porém, ainda não se pode avaliar sua atuação e os resultados do PBM, em 2015.

## CAP 2 – PRINCIPAIS INDICADORES INDUSTRIAIS – 2000-2014

Este capítulo pretende mostrar o estado recente da atividade industrial no Brasil e Regiões, com ênfase no Nordeste, mediante a análise de séries históricas (2000-2014) dos principais indicadores de comportamento do setor, compostos de informações sobre Produto Interno Bruto, Número de Unidades Locais Industriais, Pessoal Ocupado, Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI), Valor da Transformação Industrial (VTI), Emprego Formal Total e por Atividade Industrial e Comércio Exterior, disponibilizados pelo IBGE, MTE e MDIC.

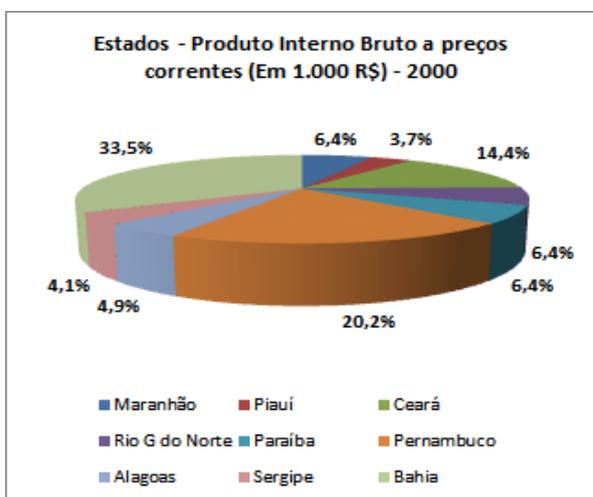
### 1. Produto Interno Bruto (PIB)

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período de 2000 a 2012, último ano disponível deste indicador, o Nordeste elevou em 0,5 pontos percentuais o ganho de participação no PIB nacional, passando de 13,1% para 13,6%. Somente em 2012, a Região, avançou sua participação em 0,2 pontos percentuais em relação a 2011.

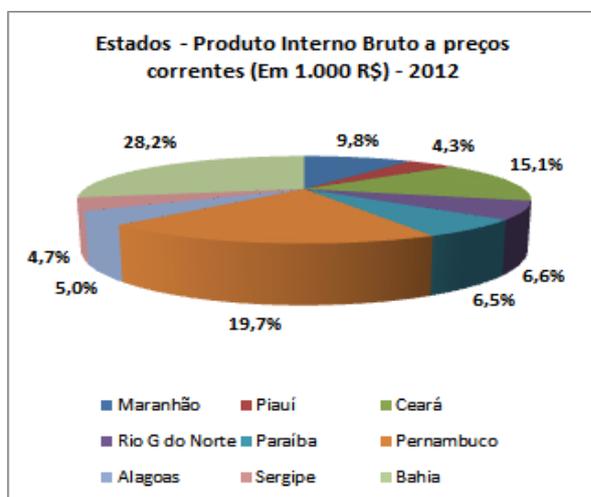
O Estado da Região que mais contribuiu para o aumento da participação relativa da região foi o Maranhão, com 3,4 pontos percentuais, passando de 6,4%, em 2000, para 9,8%, em 2012.

Os demais estados, exceto Pernambuco e Bahia, contribuíram menos, porém foi significativo para a Região, ou seja, o Ceará, com 0,7 pontos percentuais, passando de 14,4%, em 2000, para 15,1%, em 2012; Piauí e Sergipe, com 0,6 pontos percentuais, passando o primeiro de 3,7%, em 2000, para 4,3%, em 2012, e o segundo, de 6,4%, em 2000, para 4,7%, em 2012; o Rio Grande do Norte, com 0,2 pontos percentuais, passando de 6,4%, em 2000, para 6,6%, em 2012; Paraíba e Alagoas, passando o primeiro de 6,4%, em 2000, para 6,5%, em 2012, e o segundo, de 4,9%, em 2000, para 5,0%, em 2012.

Bahia, Pernambuco e Ceará, historicamente apresentam as maiores participações na composição da produção regional, conforme pode ser observado nos gráficos a seguir. Contudo, os dois primeiros cederam participação. Pernambuco reduziu sua participação em 0,5% passando de 20,2%, em 2000, para 19,7%, em 2012, e a Bahia, em 5,2%, passando de 33,4%, em 2000, para 28,2%, em 2012.



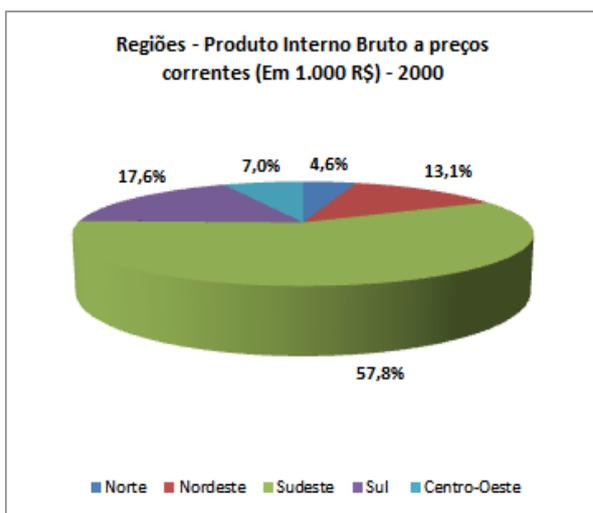
Fontes: IBGE; SUDENE/DPLAN/CGEP.



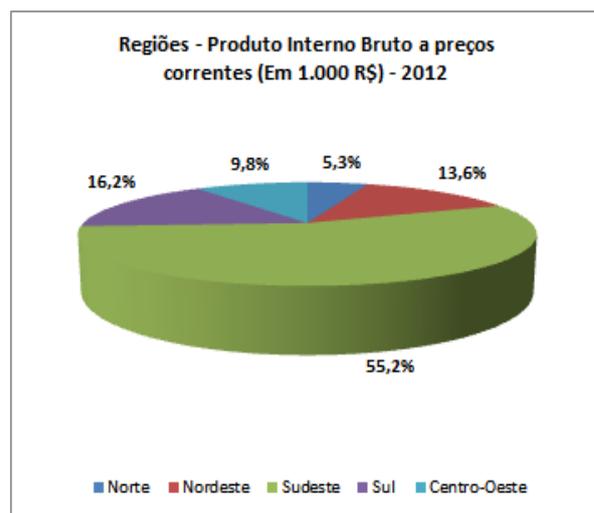
Fontes: IBGE; SUDENE/DPLAN/CGEP.

Quanto às regiões, o Sudeste e o Sul cederam participação, sendo que o primeiro continua contribuindo com mais da metade do PIB nacional, entretanto, no período considerado, teve redução de 2,6 pontos percentuais, passando de 57,8% em 2000 para 55,2% em 2012. O Sul, que se mantém em segundo lugar, diminuiu de 16,2% no mesmo ano para 13,6%, caindo também 2,6 pontos.

A região que mais se beneficiou foi o Centro-Oeste que aumentou sua participação em 2,8 pontos percentuais. A seguir o Norte e o Nordeste beneficiaram-se com ganhos de participação de 0,7 e 0,5 pontos percentuais, respectivamente.



Fontes: IBGE; SUDENE/DPLAN/CGEP.



Fontes: IBGE; SUDENE/DPLAN/CGEP.

Nos períodos de vigência de cada política industrial, os crescimentos médios anuais do PIB foram os seguintes:

- PITCE (2004 a 2008): Crescimento de 4,59% para o Brasil e 4,93% para a Região Nordeste;
- PDP (2008 a 2010): Crescimento de 3,53% para o Brasil e 4,02% para a Região Nordeste;
- PBM (2011 a 2014): Crescimento de 2,46% para o Brasil e 2,93% para a Região Nordeste.

Nos três períodos, a Região Nordeste cresceu mais do que o Brasil, porém continuou em terceiro lugar na participação nacional.

## 2. Indústria

As informações disponíveis nesta seção foram extraídas da publicação sobre o setor industrial brasileiro, a Pesquisa Industrial Anual – Empresa (PIA-Empresa) do IBGE.

Esta publicação reúne um conjunto de informações econômico-financeiras que permitem estimar as características estruturais básicas do segmento empresarial da atividade industrial no País e acompanhar a sua evolução ao longo do tempo. Apresenta, entre outros aspectos, dados sobre pessoal ocupado, salários, retiradas e outras remunerações, receitas, custos e despesas, valor da produção e valor da transformação industrial, tendo como referência a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 2.0.

## **2.1. Número de unidades locais industriais**

O primeiro aspecto a ser analisado é o número de unidades locais industriais. Este número é definido como o espaço físico, geralmente uma área contínua, na qual uma ou mais atividades econômicas são desenvolvidas, correspondendo a um endereço de atuação da empresa ou a um sufixo de CNPJ. Considerando-se a existência de empresas com múltiplas localizações e/ou múltiplas atividades econômicas, a investigação desta unidade permite análises na ótica espacial/geográfica e por atividade.

Em 2012, a Bahia detinha cerca de ¼ das unidades industriais da Região Nordeste (24,2%), ou 5.097 das 21.036 unidades da região. Em segundo lugar, está o Ceará com 4.722 ou 22,4%; em terceiro, Pernambuco com 4.562 ou 21,7% e em quarto, Rio Grande do Norte com 1.677, ou 8,0%.

Os demais estados se classificam em quinto, Paraíba com 1.443 ou 6,9%; em sexto, Piauí com 983 ou 4,7%; em sétimo, Maranhão com 964 ou 4,6%; em oitavo, Sergipe com 931 ou 4,4%; e, por último, Alagoas com 657 ou 3,1%.

Quanto ao país, também em 2012, o Sudeste possuía mais da metade das unidades industriais nacionais, ou seja, 97.426 unidades de um total de 192.200, correspondendo a 50,7%. Em seguida tem-se o Sul com 56.278 ou 29,3%; em terceiro, o Nordeste com 21.036 ou 10,9%; em quarto, o Centro-Oeste com 12.146 ou 6,3%; e, em quinto, o Norte com 5.315 ou 2,8%.

## **2.2. Pessoal ocupado em 31.12.12**

O pessoal ocupado representa o número de pessoas ocupadas nas unidades locais industriais, com ou sem vínculo empregatício, inclusive as pessoas afastadas em gozo de férias, licenças, seguros por acidentes, etc., mesmo que estes afastamentos sejam superiores a 15 dias. Incluí os membros do conselho administrativo, diretor ou fiscal que desenvolvem atividade nas unidades locais. Não inclui os autônomos, e, ainda, o pessoal que, apesar de trabalhar nas unidades locais industriais, é remunerado por outras empresas. As informações referem-se à data de 31/12 do ano de referência da pesquisa. O pessoal ocupado ao nível da empresa é desagregado em pessoal assalariado ligado e não ligado à produção industrial e pessoal não assalariado; ao nível das unidades locais apenas o total do pessoal ocupado é investigado. Sua apropriação decorre das informações prestadas diretamente nos questionários, assim especificada: a) para as unidades locais produtivas, as informações são apropriadas do questionário de unidade local das empresas que respondem ao modelo completo de questionário; no caso do modelo simplificado, as informações são as mesmas referentes à empresa, já que, por definição, essas empresas têm apenas uma unidade local; b) para as unidades administrativas das empresas industriais, os dados são apropriados no bloco de regionalização de informações de pessoal ocupado e salários relativos a essas unidades, no modelo de questionário completo.

Em 2012, o estado nordestino que empregava mais mão de obra nas unidades industriais era o Ceará, com 233.910 trabalhadores, ou seja, 22,5% dos trabalhadores nordestinos. Em segundo lugar, muito próximo do primeiro, estava a Bahia com 233.143, ou 22,4% e, em terceiro, Pernambuco com 215.520, ou 20,7%.

Com participações menos expressivas tem-se: em quarto lugar, Alagoas com 98.633, ou 9,5%; em quinto, Paraíba com 75.559, ou 7,3%; em sexto, Rio Grande do Norte

com 70.772, ou 6,8%; em sétimo, Sergipe com 47.992, ou 4,6%; em oitavo, Maranhão com 37.394, ou 3,6%; e, em nono, Piauí com 26.091, ou 2,5%.

No mesmo ano, o Brasil tinha perto de 8,2 milhões de pessoas ocupadas nas unidades locais industriais. Desse total, o Sudeste participava com 53,1%, ou 4.356.778 trabalhadores; o Sul com 25,1%, ou 2.057.225; o Nordeste com 12,7%, ou 1.039.014; o Centro-Oeste com 5,6%, ou 460.483; e o Norte com 3,5%, ou 285.343 pessoas.

### **2.3. Valor bruto da produção industrial – VBPI**

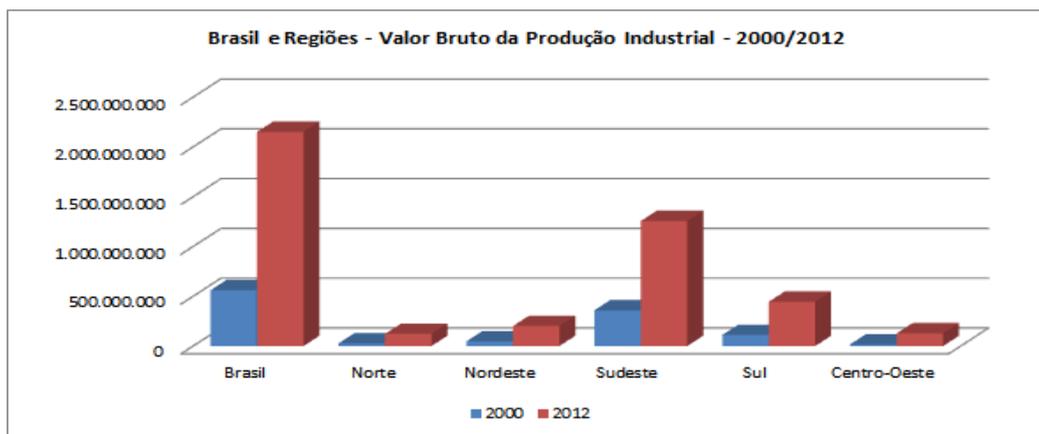
Ao nível das unidades locais produtivas industriais, o VBPI corresponde ao conceito de valor das expedições industriais, a saber: o valor das vendas de produtos fabricados e serviços industriais prestados pela unidade local, acrescido do valor das transferências dos produtos fabricados para venda em outras unidades locais. Variável derivada, estimada ao nível das unidades locais produtivas industriais das empresas com mais de uma unidade local, pela distribuição do valor bruto da produção industrial da empresa, segundo a estrutura do valor das expedições industriais, captado ao nível dessas unidades locais. Na empresa, é obtida pela soma da receita líquida industrial com a variação dos estoques de produtos acabados e em elaboração, mais a produção própria incorporada ao ativo imobilizado.

É o valor, na empresa, obtido pela soma das vendas de produtos e serviços industriais (receita líquida industrial) à variação dos estoques dos produtos acabados e em elaboração, e à produção própria realizada para o ativo imobilizado. Na unidade local, o valor bruto da produção industrial calculado para a empresa é distribuído entre as unidades locais produtivas, conforme o peso de cada uma destas unidades no total do valor das transferências e da receita líquida da venda de produtos e serviços industriais.

A Bahia produziu quase a metade do VBPI nordestino em 2012, ou 91.567 milhões de Reais de 200.598 milhões de Reais produzidos pela Região, representando 45,6%; em segundo, Pernambuco, com 35.392 milhões de Reais, ou 17,6%; em terceiro, Ceará com 24.669 milhões de Reais, ou 12,3%. Os demais estados em conjunto produziram 24,5% do VBPI regional.

Em 2012, o VBPI do país foi de 2.150.738 milhões de reais. Desse total, o Sudeste produziu 58,4%, ou seja, 5,4 pontos percentuais menos que em 2000, cedendo participação às outras regiões.

Inversamente, o Centro-Oeste, o Norte, o Nordeste e o Sul ganharam participação. O primeiro passou de 3,1%, em 2000, para 5,9%, em 2012, um ganho de 2,8 pontos percentuais; o segundo passou de 4,7%, em 2000, para 5,7%, em 2012, um ganho de 1,0 ponto percentual; o terceiro passou de 8,5%, em 2000, para 9,3%, em 2012, um ganho de 0,8 pontos percentuais; e o quarto, passou de 19,9%, em 2000, para 20,7%, em 2012, um ganho de 0,8 pontos percentuais.



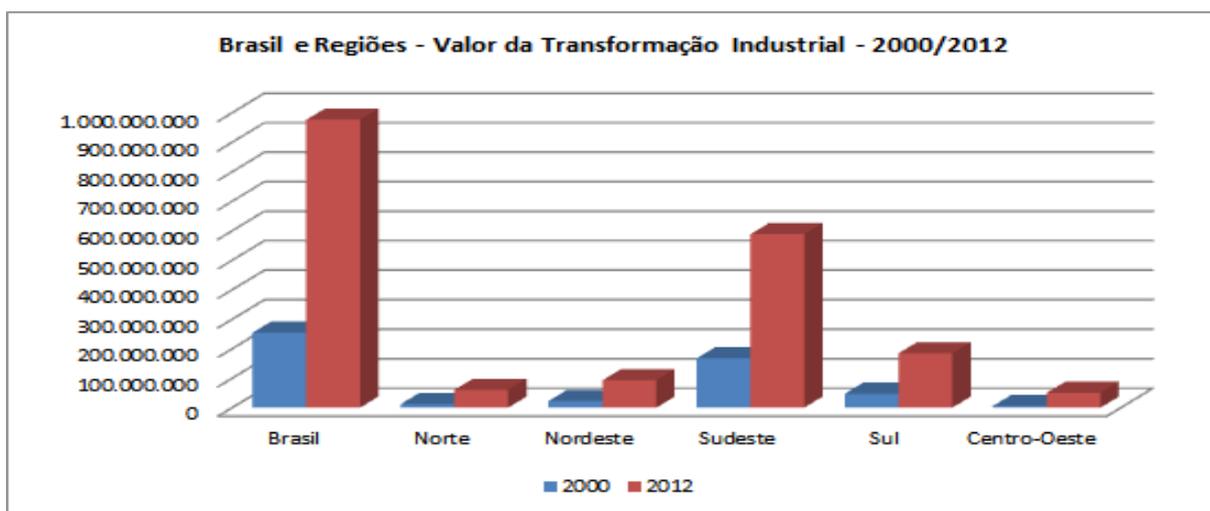
Fontes: IBGE; SUDENE/DPLAN/CGEP.

## 2.4. Valor da transformação industrial – VTI

O VTI representa o valor da diferença entre o valor bruto da produção industrial e os custos das operações industriais. Em 2012, o VTI do país foi de 976.116 milhões de reais. Desse total, o Sudeste produziu 60,3%, isto é, 5,5 pontos percentuais menos que em 2000; o Sul produziu 18,9%, 0,4 pontos percentuais menos que em 2000. Estas regiões cederam participação às demais.

Inversamente, o Centro-Oeste, o Norte e o Nordeste, ganharam participação. O primeiro passou de 2,2%, em 2000, para 5,1%, em 2012, um ganho de 2,9 pontos percentuais; o segundo passou de 4,6%, em 2000, para 6,2%, em 2012, um ganho de 1,6 pontos percentuais; e o terceiro passou de 8,9%, em 2000, para 9,5%, em 2012, um ganho de 0,6 pontos percentuais.

A Bahia produziu 39.557 milhões de Reais, equivalentes a 42,7% do VTI nordestino; em segundo, Pernambuco, com 16.928 milhões de Reais, ou 18,3%; em terceiro, Ceará com 11.823 milhões de Reais, ou 12,7%. Os demais estados em conjunto produziram 26,3% do VTI regional.



Fontes: IBGE; SUDENE/DPLAN/CGEP.

Considerando o VBTI e VTI, vale ressaltar que no período 2000-2012, o Sudeste e o Sul cederam participação às outras regiões, principalmente para o Centro Oeste que apresentou um ganho de 2,8 pontos percentuais no VBTI e 2,9 pontos percentuais no VTI.

No caso do Nordeste, os estados da Bahia, Ceará e Pernambuco se alternam nos primeiros lugares dos principais indicadores da indústria no Nordeste, bem como no PIB.

Vale também ressaltar que apesar do estado do Maranhão deter o oitavo lugar no ranking do indicador “pessoal ocupado” e apenas o quarto lugar no “Número de unidades locais” da região, foi o estado que mais contribuiu para o aumento da participação relativa do PIB regional.

O crescimento médio da indústria de transformação, tanto do Brasil como da Região Nordeste, apresentou queda constante. Entretanto, a média do Nordeste mostrou melhor desempenho que a média do Brasil, conforme mostram os indicadores destacados para os períodos de vigência de cada política industrial:

- PITCE (2004 a 2008): 3,60% para o Brasil e 2,90% para a Região Nordeste;
- PDP (2008 a 2010): 1,09% para o Brasil e 1,63% para a Região Nordeste;
- PBM (2011 a 2014): -1,91% para o Brasil e 0,90% para a Região Nordeste.

### 3. Emprego Formal

As informações referentes ao emprego formal foram extraídas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), instituído pela Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965, constitui fonte de informação de âmbito nacional e de periodicidade mensal. Foi criado como instrumento de acompanhamento e de fiscalização do processo de admissão e de dispensa de trabalhadores regidos pela CLT, com o objetivo de assistir os desempregados e de apoiar medidas contra o desemprego.

Em 2003, Alagoas, com 7.886; Bahia, com 5.491; Ceará, com 2.907; Rio Grande do Norte, com 387; Maranhão, com 343; e Sergipe, com 331, terminaram o ano apresentando saldos positivos no emprego industrial, puxados pela indústria de transformação que apresentava saldos maiores: 9.153, 6.877, 4.480, 1.360 e 499, respectivamente. Somente o Rio Grande do Norte teve o seu saldo puxado pela construção civil (324).

Em 2014, com exceção do Ceará, com 5.855, todos os estados nordestinos apresentaram saldos negativos no emprego industrial. Mesmo o único saldo positivo da região foi puxado pela construção civil (7.176 vagas).

Por outro lado, os saldos negativos no emprego, em 2014, nos estados nordestinos, foram influenciados muito mais por destruição de vagas na construção civil do que na indústria de transformação.

Emprego formal	Brasil	Nordeste	Maranhão	Brasil	Nordeste	Maranhão
	2003			2014		
<b>Emprego Total (saldo)</b>	821.704	128.031	9.977	396.993	99.522	871
<b>Emprego Industrial (saldo)</b>	90.388	11.778	343	-267.816	-52.580	-9.247
<b>Extrativa Mineral (saldo)</b>	6.605	1.427	281	-2.348	-1.302	-384
<b>Indústria de Transformação (saldo)</b>	128.971	25.627	1.360	-163.817	-19.600	-1.243
<b>Serviços Industriais de Utilidade Pública (saldo)</b>	3.147	453	-59	4.825	230	-954
<b>Construção Civil (saldo)</b>	-48.155	-15.729	-1.239	-106.476	-31.908	-6.666

Fontes: MTE; SUDENE/DPLAN/CGEP.

Emprego formal	Brasil	Nordeste	Piauí	Brasil	Nordeste	Piauí
	2003			2014		
<b>Emprego Total (saldo)</b>	821.704	128.031	4.051	396.993	99.522	11.001
<b>Emprego Industrial (saldo)</b>	90.388	11.778	-1.055	-267.816	-52.580	-1.351
Extrativa Mineral (saldo)	6.605	1.427	-12	-2.348	-1.302	-7
Indústria de Transformação (saldo)	128.971	25.627	1.234	-163.817	-19.600	-206
Serviços Industriais de Utilidade Pública (saldo)	3.147	453	77	4.825	230	-189
Construção Civil (saldo)	-48.155	-15.729	-2.354	-106.476	-31.908	-949

Fontes: MTE; SUDENE/DPLAN/CGEP.

Emprego formal	Brasil	Nordeste	Ceará	Brasil	Nordeste	Ceará
	2003			2014		
<b>Emprego Total (saldo)</b>	821.704	128.031	24.413	396.993	99.522	47.372
<b>Emprego Industrial (saldo)</b>	90.388	11.778	2.907	-267.816	-52.580	5.855
Extrativa Mineral (saldo)	6.605	1.427	-92	-2.348	-1.302	-131
Indústria de Transformação (saldo)	128.971	25.627	4.480	-163.817	-19.600	-1.789
Serviços Industriais de Utilidade Pública (saldo)	3.147	453	-79	4.825	230	599
Construção Civil (saldo)	-48.155	-15.729	-1.402	-106.476	-31.908	7.176

Fontes: MTE; SUDENE/DPLAN/CGEP.

Emprego formal	Brasil	Nordeste	Rio G. do Norte	Brasil	Nordeste	Rio G. do Norte
	2003			2014		
<b>Emprego Total (saldo)</b>	821.704	128.031	8.901	396.993	99.522	10.161
<b>Emprego Industrial (saldo)</b>	90.388	11.778	387	-267.816	-52.580	-4.784
Extrativa Mineral (saldo)	6.605	1.427	47	-2.348	-1.302	-406
Indústria de Transformação (saldo)	128.971	25.627	-29	-163.817	-19.600	-1.660
Serviços Industriais de Utilidade Pública (saldo)	3.147	453	45	4.825	230	391
Construção Civil (saldo)	-48.155	-15.729	324	-106.476	-31.908	-3.109

Fontes: MTE; SUDENE/DPLAN/CGEP.

Emprego formal	Brasil	Nordeste	Paraíba	Brasil	Nordeste	Paraíba
	2003			2014		
<b>Emprego Total (saldo)</b>	821.704	128.031	-866	396.993	99.522	16.326
<b>Emprego Industrial (saldo)</b>	90.388	11.778	-4.338	-267.816	-52.580	-56
Extrativa Mineral (saldo)	6.605	1.427	-25	-2.348	-1.302	36
Indústria de Transformação (saldo)	128.971	25.627	-2.082	-163.817	-19.600	-351
Serviços Industriais de Utilidade Pública (saldo)	3.147	453	130	4.825	230	67
Construção Civil (saldo)	-48.155	-15.729	-2.361	-106.476	-31.908	192

Fontes: MTE; SUDENE/DPLAN/CGEP.

Emprego formal	Brasil	Nordeste	Pernambuco	Brasil	Nordeste	Pernambuco
	2003			2014		
<b>Emprego Total (saldo)</b>	821.704	128.031	21.489	396.993	99.522	-13.793
<b>Emprego Industrial (saldo)</b>	90.388	11.778	-174	-267.816	-52.580	-32.872
Extrativa Mineral (saldo)	6.605	1.427	-48	-2.348	-1.302	6
Indústria de Transformação (saldo)	128.971	25.627	4.135	-163.817	-19.600	-6.971
Serviços Industriais de Utilidade Pública (saldo)	3.147	453	94	4.825	230	437
Construção Civil (saldo)	-48.155	-15.729	-4.355	-106.476	-31.908	-26.344

Fontes: MTE; SUDENE/DPLAN/CGEP.

Emprego formal	Brasil	Nordeste	Alagoas	Brasil	Nordeste	Alagoas
	2003			2014		
<b>Emprego Total (saldo)</b>	821.704	128.031	14.359	396.993	99.522	-3.337
<b>Emprego Industrial (saldo)</b>	90.388	11.778	7.886	-267.816	-52.580	-12.091
Extrativa Mineral (saldo)	6.605	1.427	6	-2.348	-1.302	-96
Indústria de Transformação (saldo)	128.971	25.627	9.153	-163.817	-19.600	-11.491
Serviços Industriais de Utilidade Pública (saldo)	3.147	453	-69	4.825	230	-99
Construção Civil (saldo)	-48.155	-15.729	-1.204	-106.476	-31.908	-405

Fontes: MTE; SUDENE/DPLAN/CGEP.

Emprego formal	Brasil	Nordeste	Sergipe	Brasil	Nordeste	Sergipe
	2003			2014		
<b>Emprego Total (saldo)</b>	821.704	128.031	4.971	396.993	99.522	8.913
<b>Emprego Industrial (saldo)</b>	90.388	11.778	331	-267.816	-52.580	-485
Extrativa Mineral (saldo)	6.605	1.427	-40	-2.348	-1.302	-140
Indústria de Transformação (saldo)	128.971	25.627	499	-163.817	-19.600	-297
Serviços Industriais de Utilidade Pública (saldo)	3.147	453	-57	4.825	230	-87
Construção Civil (saldo)	-48.155	-15.729	-71	-106.476	-31.908	39

Fontes: MTE; SUDENE/DPLAN/CGEP.

Emprego formal	Brasil	Nordeste	Bahia	Brasil	Nordeste	Bahia
	2003			2014		
<b>Emprego Total (saldo)</b>	821.704	128.031	40.736	396.993	99.522	22.008
<b>Emprego Industrial (saldo)</b>	90.388	11.778	5.491	-267.816	-52.580	-13.501
Extrativa Mineral (saldo)	6.605	1.427	1.310	-2.348	-1.302	-410
Indústria de Transformação (saldo)	128.971	25.627	6.877	-163.817	-19.600	-3.149
Serviços Industriais de Utilidade Pública (saldo)	3.147	453	371	4.825	230	-146
Construção Civil (saldo)	-48.155	-15.729	-3.067	-106.476	-31.908	-9.796

Fontes: MTE; SUDENE/DPLAN/CGEP.

Em 2003, o Brasil obteve um saldo de emprego de 821.704 vagas. Desse total, o Sudeste produziu 388.787 vagas, ou 47,3%; o Sul produziu 174.937 vagas, ou 21,3%; o Nordeste produziu 128.031 vagas, ou 15,6%; o Centro-Oeste produziu 80.435 vagas, ou 9,8%; e o Norte produziu 49.514 vagas, ou 6,0%. O saldo de emprego do Brasil foi alavancado pela indústria de transformação, em seguida pela indústria geral, depois pela indústria extrativa mineral, e, por último, pelos Serviços Industriais de Utilidade Pública. As regiões acompanharam essa tendência.

Em 2014, o Brasil obteve um saldo de emprego de 396.993 vagas, ou 424.711 vagas a menos que em 2003. Desse total, o Sudeste produziu 121.689 vagas, ou 267.098 vagas a menos que em 2003; o Sul produziu 118.795 vagas, ou 56.142 vagas a menos que em 2003; o Nordeste produziu 99.522 vagas, ou 28.509 vagas a menos que em 2003; o Centro-Oeste produziu 39.335 vagas, ou 41.100 vagas a menos que em 2003; e o Norte produziu 17.652 vagas, ou 31.862 vagas a menos que em 2003. Em termos gerais, as regiões apresentaram saldos negativos em todos os setores.

Regiões - emprego formal	Brasil	Norte	Brasil	Norte
	2003		2014	
<b>Emprego Total (saldo)</b>	821.704	49.514	396.993	17.652
<b>Emprego Industrial (saldo)</b>	90.388	3.116	-267.816	-10.081
<b>Extrativa Mineral (saldo)</b>	6.605	444	-2.348	-3.551
<b>Indústria de Transformação (saldo)</b>	128.971	9.029	-163.817	-86
<b>Serviços Industriais de Utilidade Pública (saldo)</b>	3.147	152	4.825	-6.889
<b>Construção Civil (saldo)</b>	-48.155	-6.509	-106.476	

Fontes: MTE; SUDENE/DPLAN/CGEP.

Regiões - emprego formal	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste
	2003		2014	
<b>Emprego Total (saldo)</b>	821.704	128.031	396.993	99.522
<b>Emprego Industrial (saldo)</b>	90.388	11.778	-267.816	-52.580
<b>Extrativa Mineral (saldo)</b>	6.605	1.427	-2.348	-1.302
<b>Indústria de Transformação (saldo)</b>	128.971	25.627	-163.817	-19.600
<b>Serviços Industriais de Utilidade Pública (saldo)</b>	3.147	453	4.825	230
<b>Construção Civil (saldo)</b>	-48.155	-15.729	-106.476	-31.908

Fontes: MTE; SUDENE/DPLAN/CGEP.

Regiões - emprego formal	Brasil	Sudeste	Brasil	Sudeste
	2003		2014	
<b>Emprego Total (saldo)</b>	821.704	388.787	396.993	121.689
<b>Emprego Industrial (saldo)</b>	90.388	28.302	-267.816	-171.000
<b>Extrativa Mineral (saldo)</b>	6.605	3.640	-2.348	-1.524
<b>Indústria de Transformação (saldo)</b>	128.971	44.254	-163.817	-118.308
<b>Serviços Industriais de Utilidade Pública (saldo)</b>	3.147	474	4.825	2.209
<b>Construção Civil (saldo)</b>	-48.155	-20.066	-106.476	-53.377

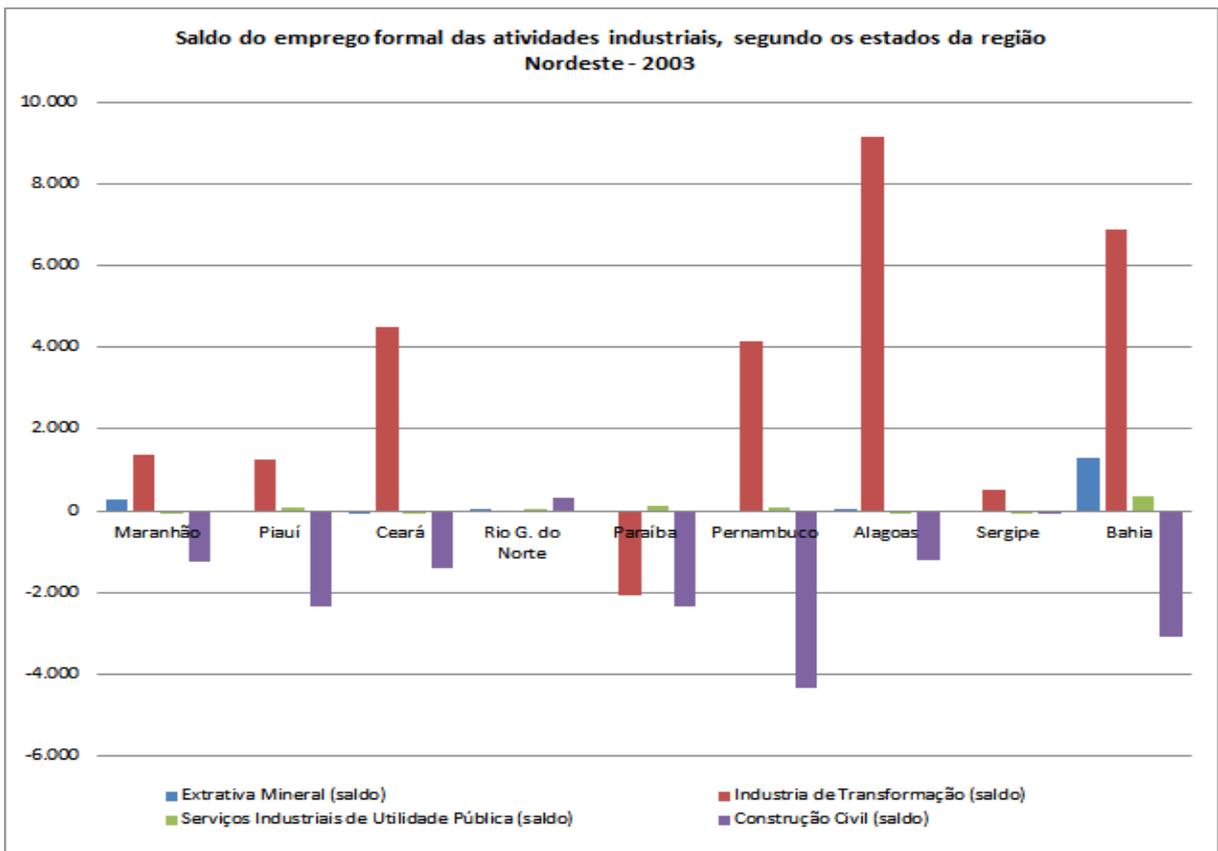
Fontes: MTE; SUDENE/DPLAN/CGEP.

Regiões - emprego formal	Brasil	Sul	Brasil	Sul
	2003		2014	
<b>Emprego Total (saldo)</b>	821.704	174.937	396.993	118.795
<b>Emprego Industrial (saldo)</b>	90.388	39.634	-267.816	-11.249
<b>Extrativa Mineral (saldo)</b>	6.605	272	-2.348	534
<b>Indústria de Transformação (saldo)</b>	128.971	42.091	-163.817	-20.489
<b>Serviços Industriais de Utilidade Pública (saldo)</b>	3.147	1.165	4.825	1.541
<b>Construção Civil (saldo)</b>	-48.155	-3.894	-106.476	7.165

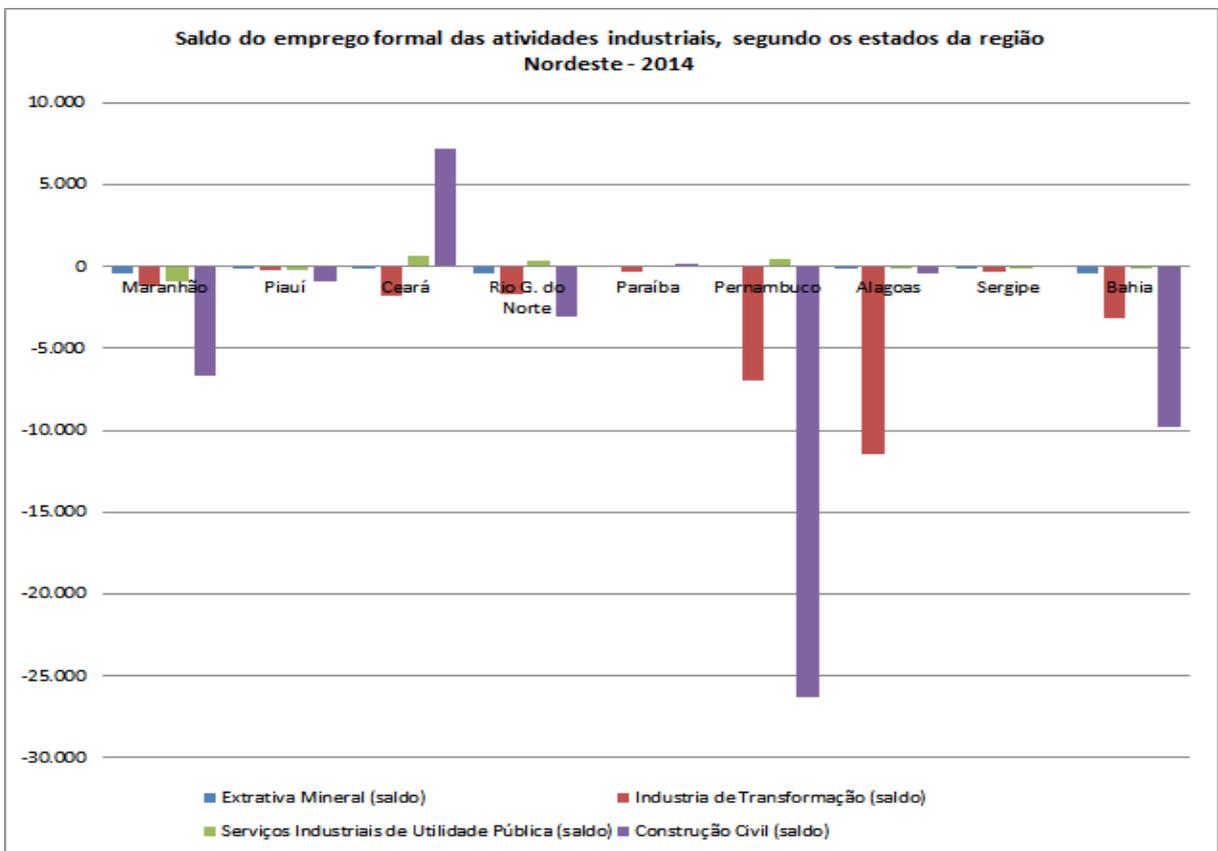
Fontes: MTE; SUDENE/DPLAN/CGEP.

Regiões - emprego formal	Brasil	Centro-Oeste	Brasil	Centro-Oeste
	2003		2014	
<b>Emprego Total (saldo)</b>	821.704	80.435	396.993	39.335
<b>Emprego Industrial (saldo)</b>	90.388	7.558	-267.816	-22.906
<b>Extrativa Mineral (saldo)</b>	6.605	822	-2.348	-501
<b>Indústria de Transformação (saldo)</b>	128.971	7.790	-163.817	-1.869
<b>Serviços Industriais de Utilidade Pública (saldo)</b>	3.147	903	4.825	931
<b>Construção Civil (saldo)</b>	-48.155	-1.957	-106.476	-21.467

Fontes: MTE; SUDENE/DPLAN/CGEP.



Fontes: MTE; SUDENE/DPLAN/CGEP.



Fontes: MTE; SUDENE/DPLAN/CGEP.

## **4. Comércio Exterior**

Esta seção faz referência aos diversos estágios de transformação industrial, conforme a classificação por fator agregado, pelos quais passam as mercadorias transacionadas no comércio internacional pelo Brasil. Os dados foram extraídos da base de dados de comércio exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

A classificação por fator agregado é adotada no Brasil para o acompanhamento das exportações e importações brasileiras por grau de elaboração do produto. Nesse conceito, as mercadorias são classificadas como produtos básicos e industrializados, sendo este último grupo subdividido em semimanufaturados e manufaturados.

Essa classificação é utilizada no comércio exterior brasileiro desde meados dos anos 1960, e tem sido adotada para mensurar o grau de elaboração da pauta do País. A metodologia por fator agregado foi elaborada pelo Setor de Nomenclatura da área de estatística da antiga CACEX (Carteira de Comércio Exterior), do Banco do Brasil, órgão responsável à época pela administração do comércio exterior brasileiro. Teve por referência classificação baseada na fusão dos critérios do INTAL – Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe (1966-67) e da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento-1965), com adaptações.

Em 2014, a participação do Nordeste nas exportações nacionais foi de 7,1% e nas importações, de 12,5%. Do lado das exportações, a Bahia colaborou com mais da metade (58,5%) do fluxo nordestino; o Maranhão com 17,6%; o Ceará com 9,2%; Pernambuco com 5,9%; e Alagoas com 4,0%. Os demais estados exportaram 4,8%. Do lado das importações, novamente a Bahia, com 32,4%; Pernambuco, com 25,5%; Maranhão, com 24,6%; e o Ceará, com 10,4%. Os demais estados importaram em conjunto, 4,8%.

No mesmo ano, o Sudeste foi responsável por 51,6% das exportações nacionais. O Sul, por 19,6%; o Centro-Oeste, por 12,2%; o Norte, por 7,8%, ficando o Nordeste em último lugar com 7,1%. Quanto às importações, novamente o Sudeste deteve a supremacia, com 54,3%; o Sul, 21,1%; o Nordeste, 12,5%; o Norte, 6,5%; e o Centro-Oeste, 5,5%.

### **4.1. Produtos básicos**

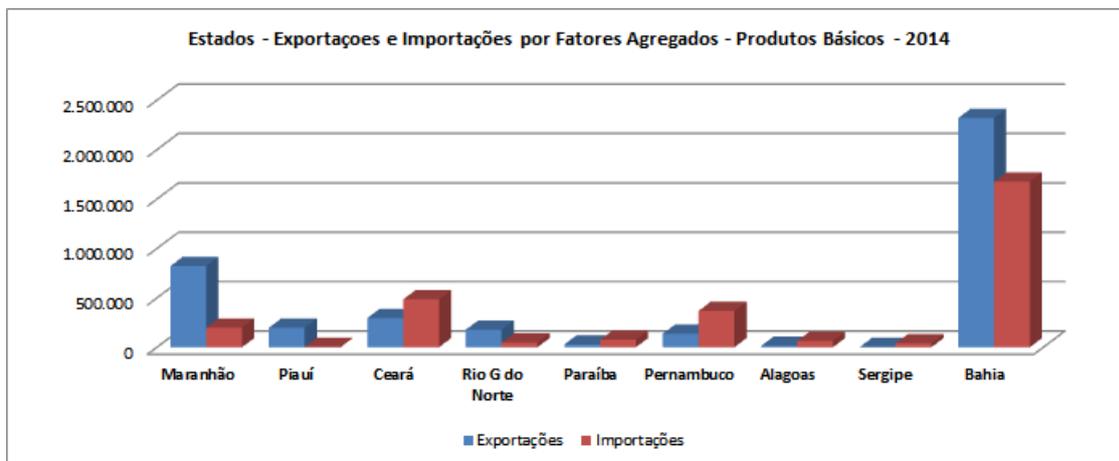
Segundo o MDIC, os produtos básicos são aqueles que guardam suas características próximas ao estado em que são encontrados na natureza, ou seja, com um baixo grau de elaboração. São exemplos desse grupo minérios e produtos agrícolas (café em grão, soja em grão, carne in natura, milho em grão, trigo em grão, etc.).

A Bahia exportou 58,1% dos produtos básicos nordestinos; o Maranhão, 20,6%; o Ceará, 7,4%; o Piauí, 4,9%; o Rio Grande do Norte, 4,5%; e Pernambuco, 3,4%. Os demais estados exportaram os restantes 1,1%.

Do lado das importações, novamente a Bahia participou com 56,8%; o Ceará, com 16,4%; Pernambuco, com 12,5%; e Maranhão, com 6,7%. Os demais estados importaram 7,6% dos produtos básicos.

Para o Brasil, o Sudeste foi responsável por 42,7% das exportações de produtos básicos; o Centro-Oeste, 21,0%; o Sul, 20,3%; o Norte, 11,9%; e o Nordeste, 3,6%. Quanto às

importações, o Sudeste participou com 54,7%; o Sul, com 22,3%; o Centro-Oeste, com 12,9%; o Nordeste, com 9,3%; e o Norte, com 0,6%.



Fontes: MDIC; SUDENE/DPLAN/CGEP.

## 4.2. Produtos semimanufaturados

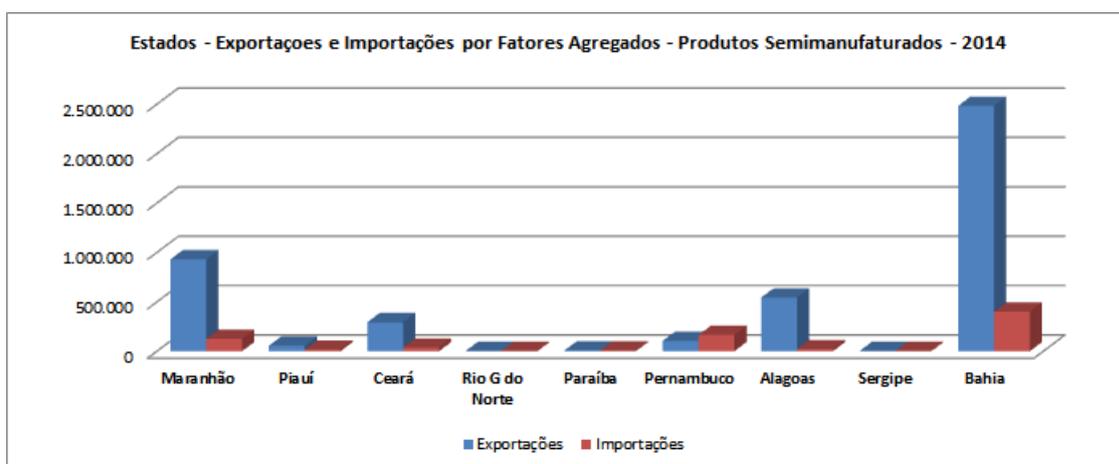
Pelo critério da entidade, produtos semimanufaturados são produtos que passaram por alguma transformação. Ex.: suco de laranja congelado, couro etc.

A Bahia exportou 56,1% dos produtos semimanufaturados; o Maranhão, 21,0%; Alagoas, 12,3%; e Ceará, 6,6%. Os demais estados exportaram os restantes 4,0%.

Do lado das importações, a Bahia, com 51,5%; Pernambuco, com 21,2%; Maranhão, com 15,9%. Os demais estados importaram 11,4% dos produtos semimanufaturados.

O Sudeste exportou 54,0% dos produtos semimanufaturados; o Nordeste, 15,2%; o Centro-Oeste, 12,7%; o Sul, 12,0%; e o Norte, 6,2%.

O Sul importou 36,6%; o Sudeste, 34,4%; o Centro-Oeste, 13,9%; o Nordeste, 9,3%; e o Norte, 5,2%.



Fontes: MDIC; SUDENE/DPLAN/CGEP.

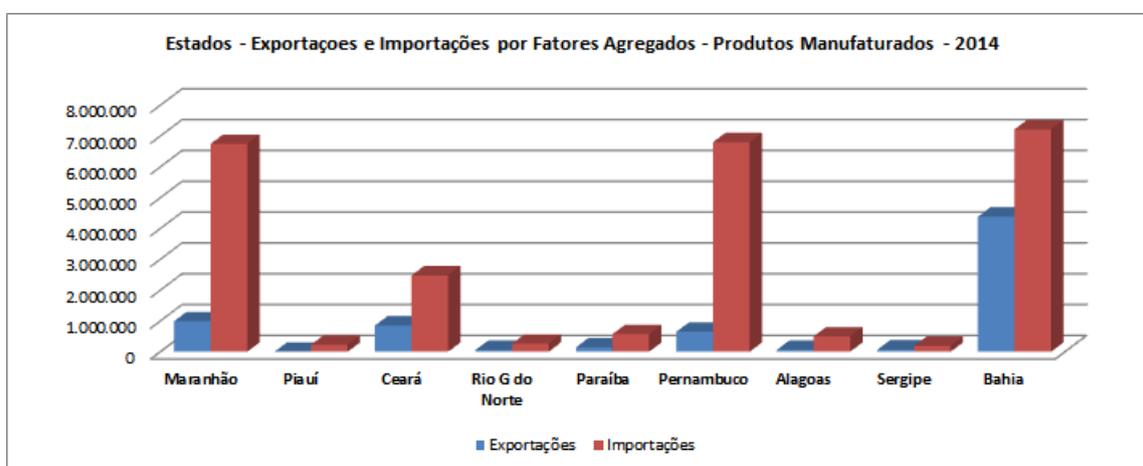
### 4.3. Produtos manufaturados

Ainda segundo o critério, produtos manufaturados são produtos normalmente de maior tecnologia, com alto valor agregado. Ex.: televisor, *chip* de computador, automóvel, CD com programa de computador, etc.

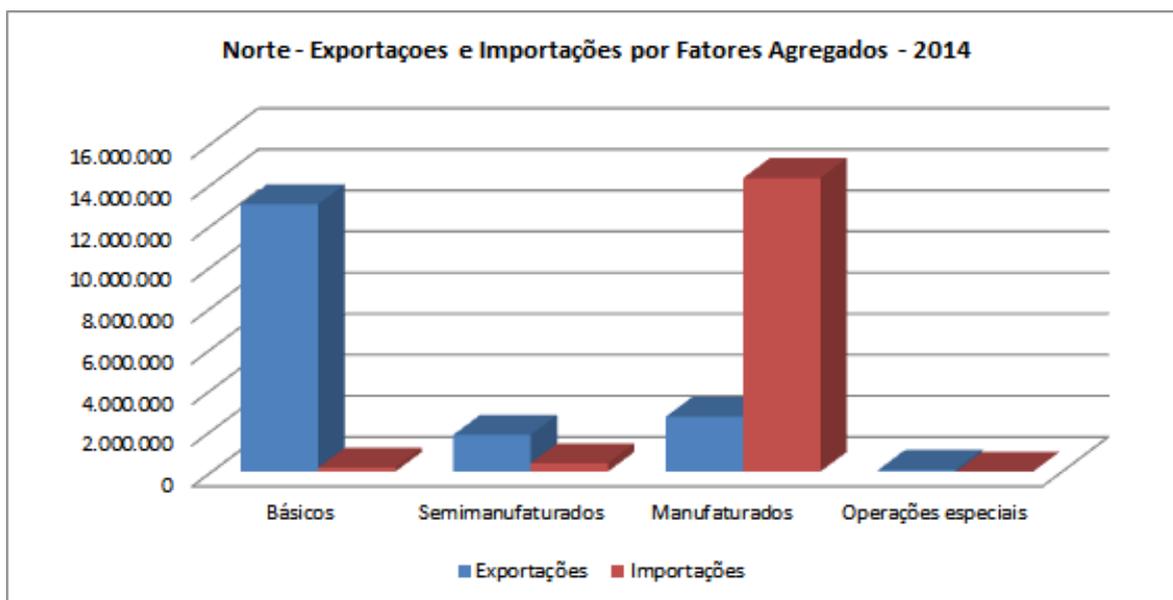
A Bahia exportou 60,6% dos produtos manufaturados; o Maranhão, 13,7%; o Ceará, 11,8%; e Pernambuco, 9,0%. Os demais estados exportaram os restantes 4,9%.

A Bahia importou 28,9% dos produtos manufaturados; Pernambuco, 27,2%; Maranhão, 27,0%; e o Ceará, 9,9%. Os demais estados importaram 7,0%.

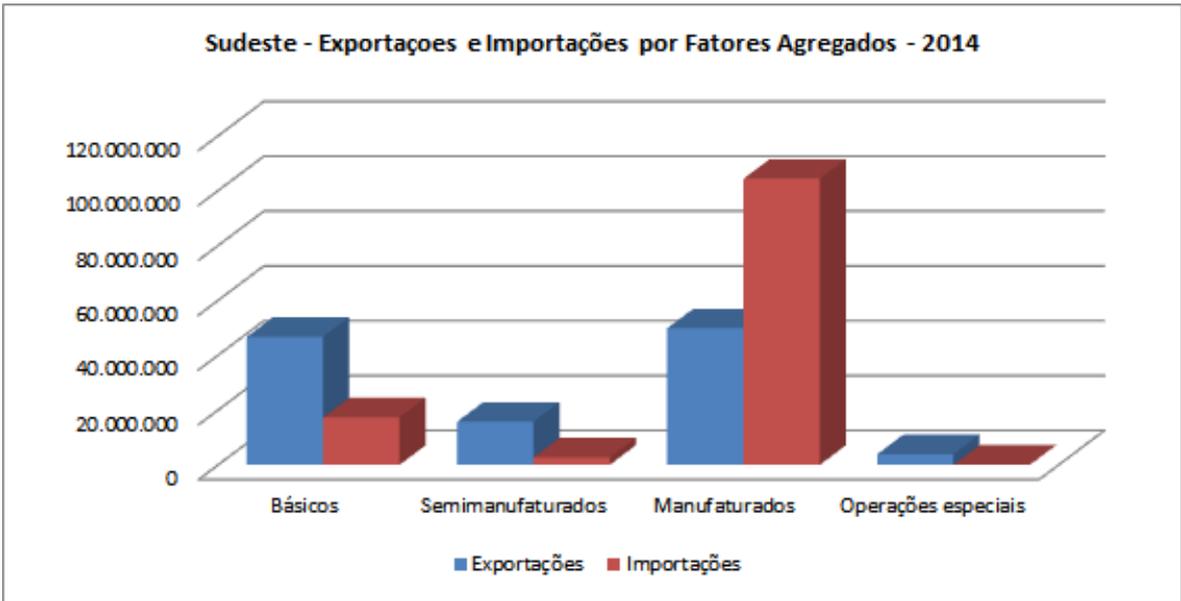
O Sudeste exportou 61,0% e importou 55,0% dos produtos manufaturados brasileiros. O Sul exportou 21,7% e importou 20,2%; o Nordeste exportou 8,9% e importou 13,2; o Norte exportou 3,3% e importou 7,5%; e o Centro-Oeste exportou 0,7% e importou 4,0%.



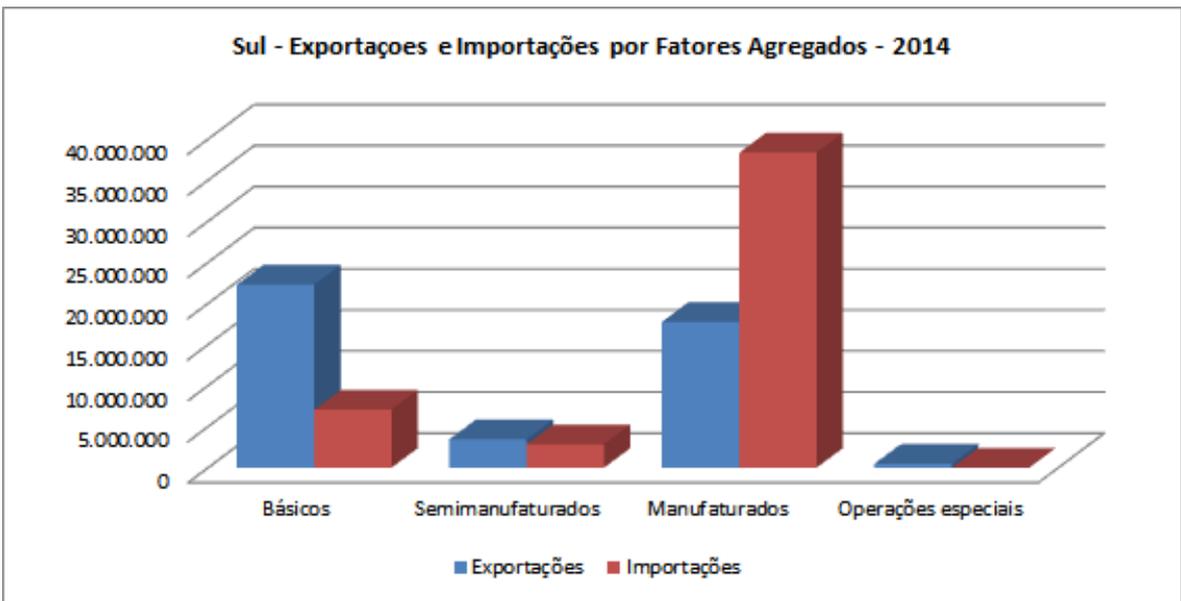
Fontes: MDIC; SUDENE/DPLAN/CGEP.



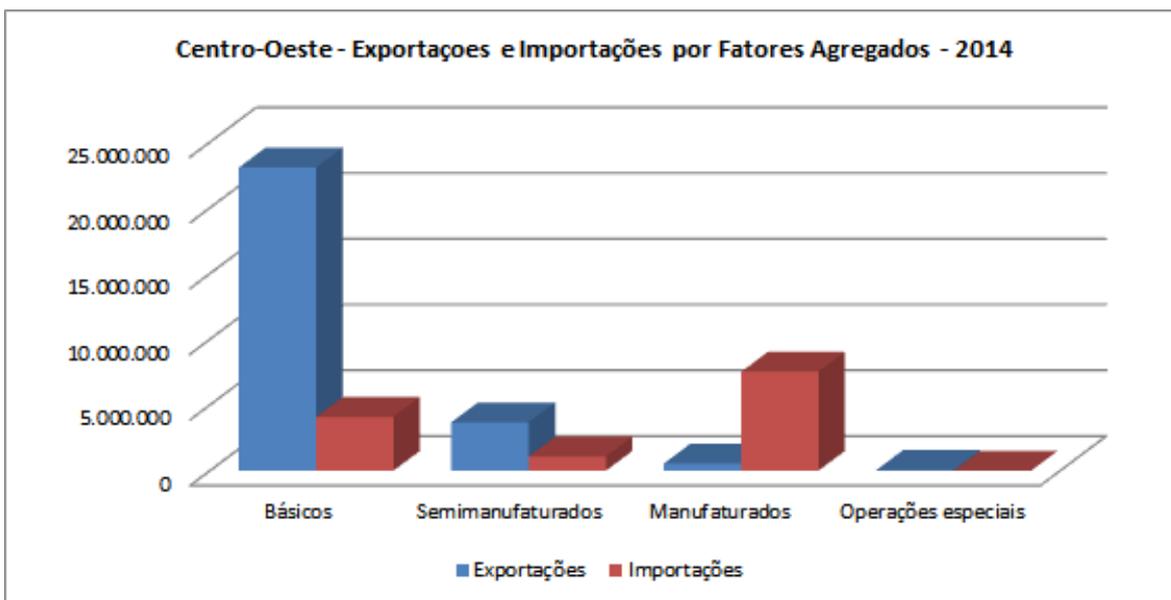
Fontes: MDIC; SUDENE/DPLAN/CGEP.



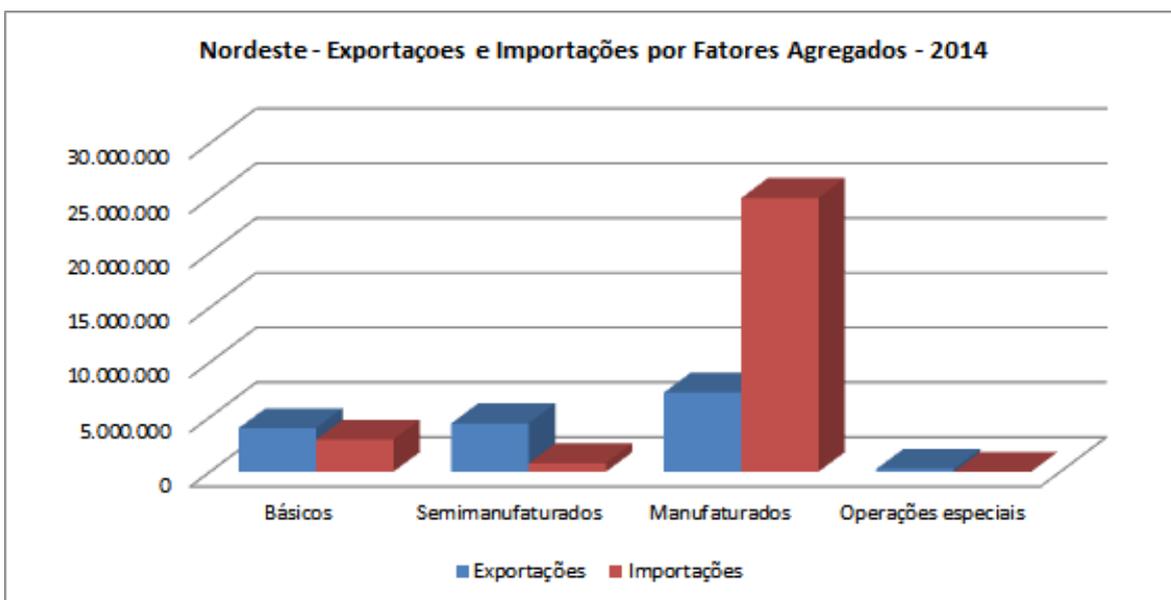
Fontes: MDIC; SUDENE/DPLAN/CGEP.



Fontes: MDIC; SUDENE/DPLAN/CGEP.



Fontes: MDIC; SUDENE/DPLAN/CGEP.



Fontes: MDIC; SUDENE/DPLAN/CGEP.

## 5. Conclusão

A Região Nordeste ocupa uma área de cerca de 1/5 do território nacional, equivalente ao tamanho da Europa ocidental, e tem uma população correspondente a 1/3 da população brasileira.

Entretanto, os demais indicadores não são tão vistosos. Em 2014, a Região contribuiu somente com 13,6% da produção nacional; tem instaladas em seu território, 11,0% das unidades industriais; empregou 12,7% da mão de obra nas unidades locais industriais. A fragilidade industrial fica ainda mais destacada nos valores da produção e da transformação industrial: o Nordeste produziu 9,3% do VBPI nacional e 9,5% do VTI.

Vale ressaltar que nos períodos de vigência de cada política industrial, os crescimentos médios anuais do PIB do Nordeste foram de 4,93% para 2004 a 2008 (PITCE), de 4,02% para 2008 a 2010 (PDP) e de 2,93% para 2011 a 2014 (PBM), crescendo mais do que o Brasil nos três períodos. Entretanto, este fato não foi suficiente para ampliar sua participação no PIB nacional, permanecendo na terceira posição.

No caso da indústria de transformação, tanto para o Brasil como para a Região Nordeste, o crescimento médio apresentou queda nos períodos de vigência de cada política industrial, ou seja, no período de 2004 a 2008 (PITCE) obteve-se 3,60% para o País e 2,90% para a Região Nordeste; no período de 2008 a 2010 (PDP), 1,09% para o Brasil e 1,63% para o Nordeste; e para o período 2011 a 2014 (PBM), -1,91% para o Brasil e 0,90% para a Região. Entretanto, destaca-se que apesar do declínio constante, observou-se que a média do Nordeste mostrou melhor desempenho que a média do País.

Também em 2014, o Brasil perdeu 267.816 empregos formais na indústria, composta pela atividade extrativa mineral, transformação, serviços de utilidade pública e construção civil. Desse total, o Nordeste perdeu 20% dos postos de trabalho na indústria. Quanto às atividades, no Brasil as maiores perdas foram na transformação, enquanto no Nordeste, foram na construção civil.

Nas transações com o resto do mundo, em 2014, o Nordeste participou com 7,1% das exportações nacionais e 12,5% das importações. Por fatores agregados, a Região exportou 3,6% e importou 9,3% dos produtos básicos, exportou 15,2 e importou 9,3% dos semimanufaturados e exportou 8,9% e importou 13,2% dos manufaturados.

## **CAPÍTULO III – ENTRAVES E POTENCIALIDADES DA INDÚSTRIA NO NORDESTE**

### **1. Introdução**

Apesar dos esforços governamentais nos últimos anos, sejam na esfera federal, estadual ou ainda municipal, com ações de incentivos fiscais – via reduções de impostos, por exemplo – e com investimentos em infraestrutura e em educação, estes não se mostraram suficientes para impulsionar e consagrar a indústria da Região Nordeste em patamares competitivos nacional e internacionalmente.

O capítulo II retratou os principais indicadores relacionados à indústria, e como pôde ser observado, para grande parte dos indicadores, o Nordeste se encontra na terceira posição entre as cinco regiões do país.

Para ilustrar a discussão, destaca-se que a indústria da Região, com um valor adicionado bruto (VAB) de R\$ 121.685 milhões, em 2012, obteve uma participação de 12,6% no VAB da indústria nacional. A Região teve um ganho de participação de 0,57 pontos percentuais (p.p.) em relação a 2002. Porém, a indústria sofreu redução de 0,93 p.p na participação (24,46% em 2002 e 23,53% em 2012), frente aos demais setores, no VAB total da região.

Atendo-se à própria Região Nordeste, o desenvolvimento industrial concentra-se principalmente nas capitais, nas cidades litorâneas e nas localidades, majoritariamente, mais próximas dos centros consumidores. Com efeito, ressalta-se, ainda, que a atividade industrial é fortemente concentrada em apenas três dos nove estados do Nordeste e dentro dos estados se concentra principalmente nas regiões metropolitanas. Especificamente, os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, em 2012, concentraram juntos 65,6% do VAB industrial da Região.

Diante do exposto, a regionalização da Política Industrial é imperativa para dotar o Nordeste de instalações industriais voltadas para as especificidades e potencialidades, bem como, as necessidades locais, o que contribui para o desenvolvimento regional.

Neste sentido, frisando o exposto no início deste documento, a elaboração de um texto-base para discussão de diretrizes para a referida regionalização justifica-se pela necessidade de abordar regionalmente o desenvolvimento industrial do Brasil, com foco na área de atuação da SUDENE, para minimizar os efeitos das disparidades produtivas e socioeconômicas do país que se configuram tanto sob as desigualdades inter-regionais quanto intrarregionais.

O presente capítulo apresenta uma síntese das oportunidades econômicas atreladas à área industrial e dos entraves ao desenvolvimento desse setor na área de atuação da SUDENE, no texto muitas vezes descrita como Nordeste.

O levantamento de tais informações se fez possível a partir da análise de documentos embasados por estudos relativos ao desenvolvimento socioeconômico dos 11 estados do território de atuação desta Superintendência e, principalmente àqueles direcionados ao desenvolvimento industrial, executados, ora pela iniciativa privada na figura das Federações das Indústrias, ora pela iniciativa pública figurada pelas Secretarias Estaduais de Desenvolvimento e Infraestrutura, ou ainda, documentos produzidos conjuntamente pela

iniciativa pública e privada, como a Política Industrial da Bahia (2011). Bem como, foram analisados documentos sobre a Região, como por exemplo, o Projeto Nordeste Executivo, realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em parceria com as federações das indústrias dos estados do Nordeste. Por fim, além dos documentos, utilizaram-se informações listadas nos sítios eletrônicos dessas entidades.

A percepção geral sobre o panorama da Região Nordeste, ou ainda da área de atuação da SUDENE, foi construída a partir de elaboração de sub-relatórios e, para melhor explanação dos resultados obtidos, foram elaboradas matrizes<sup>3</sup> estaduais expondo as principais potencialidades para indústria, além dos principais gargalos ao desenvolvimento industrial nos estados ou sub-regiões de interesse, nos casos dos estados de Espírito Santo e Minas Gerais.

## 2. Fatores-Chave de Competitividade da Indústria

Em documento produzido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) para o período de 2013-2020, foram selecionados alguns fatores-chave considerados como capazes de garantir a competitividade – com sustentabilidade – da indústria brasileira.

Essa seleção respeitou dois critérios principais: (i) impacto relevante e direto na competitividade da indústria; e (ii) abrangência e durabilidade do impacto do, em termos de ganhos de produtividade. A proposição e seleção dos seus focos de atuação levam em consideração as oportunidades e ameaças decorrentes das mudanças em curso no Brasil e no mundo, com maior impacto na atividade industrial.

Os fatores-chave podem ser classificados em quatro grupos:

- I. Na base de tudo tem-se a **educação**. Uma sociedade educada é essencial na construção de instituições e de um ambiente favoráveis aos negócios. A educação também é o principal insumo para a inovação;
- II. Em seguida, têm-se os relacionados ao **ambiente de atuação da indústria**, que criam as condições favoráveis para que os demais fatores estejam presentes e sejam influentes. São eles o ambiente macroeconômico, a eficiência do Estado, a segurança jurídica e o desenvolvimento de mercados;
- III. O terceiro grupo impacta diretamente nos **custos de produção e dos investimentos**, influenciando as condições de oferta. São gargalos a serem superados pela ação direta das políticas públicas e por meio da atuação empresarial. São eles a tributação, o financiamento, as relações de trabalho e a infraestrutura;
- IV. Por fim, tem-se o fator-chave **inovação e produtividade**, ligado às competências da empresa industrial.

A educação tem destaque como base para os demais fatores, pois sem educação de qualidade um país dificilmente será capaz de se desenvolver de forma sustentável. Por sua vez, a inovação e produtividade está na parte superior do diagrama abaixo por ser, em grande medida, resultante da criação de um ambiente competitivo e do protagonismo e ação no nível da empresa.

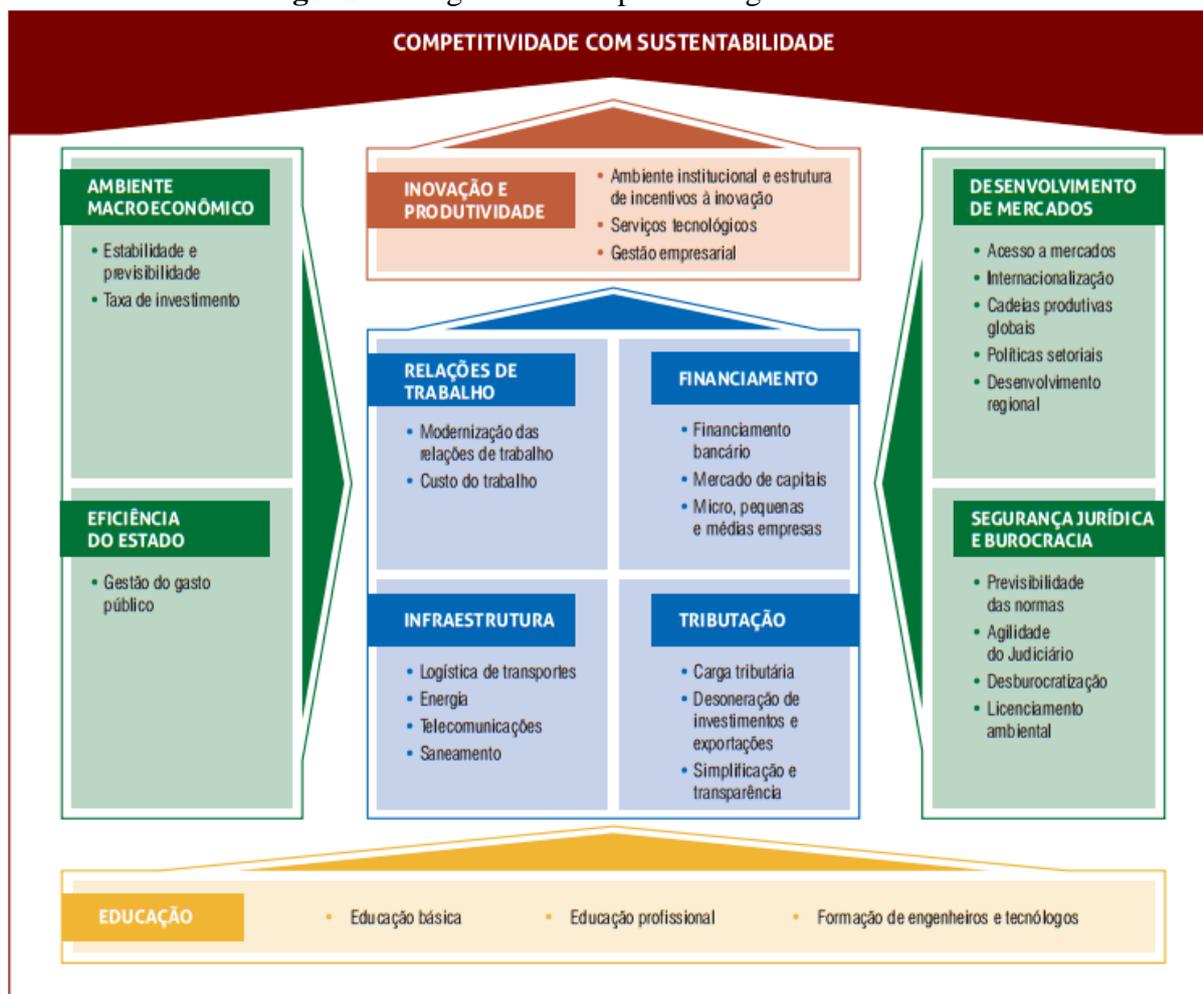
Considerando estes fatores-chave, mais adiante neste documento será possível observar que alguns são justamente considerados entraves à industrialização na Região Nordeste. Aspectos como transporte, energia, educação, CT&I, ações de fomento e aspectos

---

<sup>3</sup> As matrizes estaduais que expõem as potencialidades e gargalos à industrialização nos estados encontram-se no anexo deste documento.

tributários podem ser considerados gargalos da Região e precisam receber atenção especial das políticas públicas.

**Figura 1:** Diagrama do Mapa Estratégico da Indústria



Fonte: Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022 (CNI)

### 3. Potencialidades da Região Nordeste

Após a leitura de diversos documentos e planos regionais, estaduais ou sub-regionais que versam sobre desenvolvimento econômico, foi possível elencar as principais potencialidades atreladas ao setor industrial na área de atuação da SUDENE, ou ainda, na Região Nordeste, quais sejam:

1. Agroindústria
2. Alimentos e bebidas
3. Têxtil, Vestuário e Calçados
4. Metal mecânico
5. Celulose e cadeia da madeira
6. Construção Civil
7. Intensivos em tecnologia
8. Mineração, Cimento e Cerâmica
9. Geração de Energia
10. Petróleo e Gás
11. Química e petroquímica
12. Automotivo
13. Naval e Offshore

### 3.1. Agroindústria

A Região Nordeste tem tradição na agricultura, principalmente no cultivo da cana-de-açúcar. Com o passar do tempo e o avanço da tecnologia a agroindústria tem se mostrado forte na Região. Exemplo disso é o potencial de conversão do perfil predominante de beneficiamento de produtos (soja, algodão, cacau, frutas) para exportação e beneficiamento de trigo para consumo regional, para um ambiente de ampla diversificação, que incorpore as cadeias de carnes, laticínios e alimentos de maior valor agregado no estado da Bahia e a fruticultura na Paraíba.

No Rio Grande do Norte, a transposição do Rio São Francisco tem o potencial para melhorar a agroindústria na região, mais que dobrando a oferta de água nas áreas mais secas, estimulando assim sua capacidade produtiva. Tem-se também a existência da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN que é uma empresa pública vinculada à Secretaria de Agricultura, da Pecuária e da Pesca – SAPE, constituída de uma sociedade entre o estado do Rio Grande do Norte e o Governo Federal, através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa. Sua missão é “Gerar, adaptar e transferir conhecimento e tecnologias para o agronegócio”. Conta-se também com a atuação do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, uma autarquia com o objetivo de planejar e executar os serviços de assistência técnica e extensão rural no estado do Rio Grande do Norte, por meio de atividades voltadas para a agricultura, pecuária, agroindústria e atividades não agrícolas, bem como na orientação, acompanhamento e avaliação dos projetos de crédito rural, preservação e recuperação do meio ambiente, e capacitação técnica dos agricultores familiares.

No Piauí, há o cultivo de grãos e oleaginosas e das cadeias produtivas: soja, arroz, milho, feijão, algodão; beneficiamento de soja e outras oleaginosas; produção de óleo bruto e refinado, além de outros subprodutos da soja. Destaca-se também a Pecuária (5º maior rebanho bovino do Nordeste com 1.688.027 milhões de cabeças) corte e beneficiamento de carnes para exportação e mercado interno; beneficiamento de couro; implantação de indústria de calçados e demais artefatos de couro; avicultura (produção de ovos, criação, abate e processamento de aves). Álcool e açúcar (disponibilidade de área, e clima favorável para o cultivo de cana-de-açúcar, altos índices de produtividade): implantação de usinas de álcool e açúcar; geração de energia renovável; produção de cachaça artesanal<sup>4</sup>.

Participante da área de atuação da Sudene, no Espírito Santo<sup>4</sup>, há a produção de cafés especiais, ovos, coco anão e mamão e, em Minas Gerais, o Alto Jequitinhonha é especializado na produção florestal, mais especificamente na produção de eucalipto, e na agricultura, na pecuária e serviços relacionados. No Vale do Mucuri, predominam agricultura, pecuária e serviços relacionados, bem como no Alto Jequitinhonha e outras regiões. A região do norte de Minas possui aeródromos públicos e linha férrea para escoamento da produção, o que facilita o desenvolvimento da indústria<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, 2002. Disponível em: <http://www.incaper.es.gov.br/pedeag/diagnostico02.htm>

<sup>5</sup> Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Subsecretaria do Agronegócio. Perfil do Agronegócio Mineiro (2013). Disponível em: [http://www.agricultura.mg.gov.br/images/files/perfil/perfil\\_minas1.pdf](http://www.agricultura.mg.gov.br/images/files/perfil/perfil_minas1.pdf)

### 3.2. Alimentos e bebidas

Entre 2001 e 2010, o setor de alimentos foi responsável por um dos maiores superávits da indústria brasileira, com US\$ 201,2 bilhões. Das portas das indústrias de alimentos e bebidas saem produtos que equivalem a 9% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, que, além de criar um número crescente de empregos, geram um saldo comercial superior àquele criado por todo o restante da economia. O faturamento das empresas do setor somou R\$ 431,9 bilhões em 2012, sendo R\$ 353,9 bilhões em alimentos e R\$ 78 bilhões em bebidas<sup>5</sup>. Esse desempenho coloca o setor como o primeiro maior em valor bruto de produção da indústria de transformação<sup>6</sup>.

Em Sergipe, o setor de alimentos e bebidas é impactado pelo desenvolvimento agroindustrial, com ênfase na produção de derivados de milho, de leite e de carne e na produção de fertilizantes e de produtos nitrogenados.

Em Alagoas, recentemente está em movimento ação de indicação geográfica da própolis vermelha junto ao INPI. Este registro é de grande importância para reconhecimento do produto, agregando valor ao uso da própolis para pomadas cicatrizantes, cremes, além do uso alimentício. O estado destaca-se também na produção de leites e derivados. O setor é formado por 3.500 produtores rurais e gera 40.000 empregos, sua produção diária está estimada em pouco mais de 350.000 litros de leite por dia e conta com indústrias processadoras e beneficentes do leite, com pasteurização e engarrafamento do produto e produção de derivados como manteiga, queijos, iogurtes e bebidas lácteas, entre outras<sup>7</sup>.

### 3.3. Têxtil, Vestuário e Calçados

No Espírito Santo, a indústria de vestuário e acessórios tem cerca de 967 empresas no estado, com destaque para o município de Colatina<sup>8</sup>. Na Bahia, a indústria de calçados e outras indústrias intensivas em *design* (como o setor moveleiro) apresentam uma das potencialidades do estado. Apesar de apresentarem dinâmicas de concorrência semelhantes, possuem graus diferenciados, notadamente o calçadista, fortemente influenciado pela demanda externa e suas exigências, o que lhe conferiu uma cadeia mais bem estruturada de fornecedores de matérias-primas, de bens intermediários e de *design*. O setor calçadista tem 82 empresas instaladas no estado, entre grandes e médias, e seus principais produtos são calçados masculinos e femininos, esportivos, sandálias e botas. O setor de confecções é responsável pela produção de 43 milhões de peças, com empresas categorizadas entre médias e pequenas e produz vestuário e outras confecções, como fardamento<sup>9</sup>.

Em Alagoas, as empresas do setor têxtil encontram-se pulverizadas por todo o estado. Os municípios de Delmiro Gouveia, Arapiraca, São Miguel dos Campos, Marechal Deodoro e Maceió, mais precisamente no bairro de Fernão Velho, são os locais de maior destaque nesse segmento<sup>10</sup>.

<sup>6</sup> Informações da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA), 2010. Disponível em: [http://www.abia.org.br/vsn/tmp\\_2.aspx?id=23](http://www.abia.org.br/vsn/tmp_2.aspx?id=23)

<sup>7</sup> Oportunidades de Investimentos, Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico (2010). Disponível em: <http://investimentos.mdic.gov.br/public/arquivo/arq1316528802.pdf>

<sup>8</sup> Informações do Sindicato das Indústrias de Vestuário de Colatina e Região. Disponível em: <http://www.sinvesco.com/#!/sindicato/c11c5>

<sup>9</sup> Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Bahia. Disponível em: <http://www.sde.ba.gov.br/pagina.aspx?pagina=calcadosecuro>

<sup>10</sup> Oportunidades de Investimentos, Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico (2010). Disponível em: <http://investimentos.mdic.gov.br/public/arquivo/arq1316528802.pdf>

O governo do estado de Alagoas vai implantar a Cadeia Produtiva do Algodão, Têxtil e Confecções (CPA), no sertão alagoano, incentivando a cotonicultura na região, garantindo a cadeia, cultivando, produzindo e processando o algodão em Delmiro Gouveia. Com uma área de 30 hectares, o Polo Têxtil de Delmiro Gouveia terá 40 galpões disponíveis, com 300 m<sup>2</sup> cada um, espaço este que reunirá 25 trabalhadores, gerando o total de mil postos de trabalho somente nestes locais<sup>11</sup>.

Na Paraíba, se destacam o polo coureiro-calçadista e a indústria de tecidos para revestimentos de automóveis. No Ceará, o setor de couro e calçados é estratégico: o estado é o 2º maior exportador do Brasil, respondendo por 21% do total exportado, além de possuir 670 empresas ligadas ao setor e 15 mil empregos diretos e indiretos<sup>11</sup>.

### **3.4. Metalomecânico**

A indústria metalomecânica incorpora todos os segmentos responsáveis pela transformação de metais nos produtos desejados, desde a produção de bens, até serviços intermediários, incluindo máquinas, equipamentos, veículos e materiais de transporte.

A região norte de Minas Gerais destaca-se na produção de ferro-liga, metalurgia, e minerais não metálicos. O setor também é potencialidade para os estados do Ceará e de Sergipe.

O setor Metal Mecânico em Alagoas é formado por 258 empresas com atividades direcionadas a bens de capital e intermediários. Essas empresas atuam nos segmentos de fabricação de produtos de metal; máquinas e equipamentos; veículos automotores; e outros equipamentos de transporte e metalurgia<sup>12</sup>.

Atualmente, as empresas que atuam nesse setor, em Alagoas, estão distribuídas em 50 municípios. Sendo: 90 em Maceió e 168 instaladas no interior. A metalurgia é o alicerce da indústria de bens de produção do setor Metal Mecânico e em Alagoas o segmento de metalurgia é composto por empresas que atuam na fabricação de peças fundidas de ferro e de aços e na produção de tubos de aço com costura, que, por sua vez, utilizam como matérias-primas: aço, ferro, cobre, bronze e materiais reciclados. A posição geográfica de Alagoas é privilegiada em relação aos demais estados nordestinos.

A localização central de seu território possibilita a formação de centros de distribuição, ou de polos de produção. Esse quesito é visto como um ponto estratégico para empresas que desejam investir no Estado, por levar em conta fatores como: redução de custos, otimização do tempo, tanto para receber como para enviar mercadorias, menores despesas com frete, entre outros.

### **3.5. Celulose e cadeia da madeira**

Os produtos finais da indústria de celulose e cadeia de madeira têm ampla e relevante aplicação desde a indústria editorial e gráfica às embalagens, aos materiais de construção, à geração de energia e à movelaria.

---

<sup>11</sup> Oportunidades de Investimentos, Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico (2010). Disponível em: <http://investimentos.mdic.gov.br/public/arquivo/arq1316528802.pdf>.

<sup>12</sup> Oportunidades de Investimentos, Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico (2010). Disponível em: <http://investimentos.mdic.gov.br/public/arquivo/arq1316528802.pdf>

Este setor tem destaque no estado da Bahia. Por exemplo, a planta de celulose da Veracel, nos limites dos municípios de Eunápolis e Belmonte, com capacidade de 900 mil t/ano é uma das plantas mais eficientes do mundo, em função da alta produtividade das florestas da região<sup>13</sup>.

A base florestal baiana é geograficamente bastante concentrada e engloba uma grande variedade de cadeias, desde a das fibras de madeira (com desdobramentos na indústria de papel, de embalagens, de filtros industriais e na produção de plásticos), até a da madeira (que compreende artefatos de madeira maciça e de madeira reconstituída).

Há também um potencial inexplorado para indústria madeireira no estado e este será viabilizado pela implantação da Ferrovia Oeste-Leste e do Porto Sul. Estes fatores em conjunto propiciam a abertura de oportunidades decorrentes do melhor aproveitamento dos fluxos de matéria-prima industrializadas em outros estados, além de expandir as possibilidades de fomento de novos polos de plantio e da base florestal existente.

No norte de Minas Gerais, encontram-se os Arranjos Produtivos Locais de Madeira e Móveis. No Espírito Santo, tem-se a presença do polo moveleiro especializado na fabricação de móveis seriados, com destaque para os municípios de Linhares e Colatina.

### **3.6. Construção Civil**

O Nordeste é a segunda região do país com maior peso na construção nacional. A região responde por 14,2% do valor total de incorporações, obras e serviços (IBGE, 2012)<sup>14</sup>.

O estado da Bahia possui condições favoráveis para o desenvolvimento do polo de construção, devido, principalmente, à interiorização do desenvolvimento econômico, aos grandes investimentos em curso, à época do estudo-base, à maturidade das empresas líderes do setor no estado.

Em Sergipe, esta indústria é impulsionada por projetos governamentais de infraestrutura e de habitação. No Ceará, a construção civil representa 27,5% da economia do estado, com 88 mil empregados, e no, Rio Grande do Norte, tem-se observado o aumento da demanda devido aos grandes investimentos em obras de infraestrutura<sup>15</sup>.

### **3.7. Intensivos em tecnologia**

A região do norte de Minas Gerais é alimentada por 58 instituições de ensino superior (IE's), sendo: 33 privadas, 12 IE's estaduais, 13 IE's federais. Destaque é dado para a previsão de expansão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG) – criado em 2008. A rede de Ciência, Tecnologia e Inovação está diretamente ligada ao Ensino Superior da Região<sup>16</sup>.

Para o estado da Bahia, entre suas potencialidades para as indústrias intensivas em tecnologia, podem ser mencionados: a existência do Polo de Informática de Ilhéus, apesar das necessidades de recuperação da infraestrutura e da inexistência de área alfandegada; o reconhecimento, por parte do Governo do Estado da Bahia, do setor de TI como estratégico

<sup>13</sup> BNDES – A Indústria de Papel e Celulose

<sup>14</sup> IBGE. Pesquisa Anual da Indústria da Construção, v.22, 2012. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/54/paic\\_2012\\_v22.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/54/paic_2012_v22.pdf)

<sup>15</sup> UNIEMPRES. Relatório final de trabalho, Programa Apóstolos da Inovação, Grupo Delmiro Gouveia, Setor Construção Civil, 2014. Disponível em: <http://www.uniempre.org.br/user-files/files/Relatorio%20Final%20Setor%20Construcao%20Civil.pdf>

<sup>16</sup> SUDENE/Governo do Estado de Minas Gerais. Plano Estratégico de Desenvolvimento Integrado do Norte e do Nordeste de MG.

para o desenvolvimento econômico do estado e; a reabertura da Bahiafarma. A Bahiafarma – Fundação Baiana de Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico, Fornecimento e Distribuição de Medicamentos – é um laboratório farmacêutico público e sua produção é realizada com base na implementação de parcerias de desenvolvimento produtivo, envolvendo incorporação de tecnologia.

Em Sergipe, observa-se a implantação e consolidação do parque tecnológico, concentrando investimentos em ações com perfil inovador, principalmente na produção de energias renováveis, em *hardware* e *software*, em biotecnologia e em ciência e tecnologia.

Na Paraíba, foi montado o CITTA – Centro de Inovação e Tecnologia Telmo de Araújo, em Campina Grande, com área para 52 empreendimentos de base tecnológica e o Projeto Infovia – REPAD (Rede Paraibana de Alto Desempenho), que deverá permitir a conexão em alta velocidade entre os órgãos de governo e instituições de pesquisa e ensino em todo o estado além da oferta pela CODATA de serviços a empresas privadas<sup>17</sup>.

A Base Tecnológica atual do Rio Grande do Norte conta com o projeto Metrôpole Digital, uma parceria entre o Ministério da Ciência e Tecnologia, o governo do estado e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte que atua nas áreas de ensino, pesquisa, inovação tecnológica, inclusão digital e social, além de incubar empreendimentos de base tecnológica na área de Tecnologia da Informação (TI).

Ainda no Rio Grande do Norte, a criação do Centro de Tecnologias do Gás e Energia Renovável – CTGAS-ER – centro de pesquisas criado pela Petrobrás em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI para atuar diretamente na capacitação profissional para o setor de energias renováveis, diagnosticando suas principais necessidades e orientando suas atividades de capacitação e suporte técnico e tecnológico.

### 3.8. Mineração, Cimento e Cerâmica

Em Minas Gerais, no Médio Jequitinhonha, avança a especialização na produção de minerais não metálicos, principalmente na extração de grafite, granito, pedras preciosas e semipreciosas. Já Pirapora, segundo maior polo industrial do norte de Minas Gerais e um dos vinte maiores municípios exportadores do estado, destaca-se por suas indústrias de ferro silício, silício metálico, ferro-ligas, ligas de alumínio e tecidos que são os principais produtos exportados pelo município.

O Espírito Santo é referência mundial no setor de granito e mármore e apresenta enorme potencial geológico, com investimentos em pesquisas e tecnologias de extração e beneficiamento. Os municípios de Nova Venécia e Barra de São Francisco são destaques<sup>18</sup>.

Indústria mineral baiana é a quinta maior produtora mineral do país. A indústria possui: grande diversidade de substâncias; concentração empresarial adequada para competitividade; e predominância da região semiárida em termos de distribuição espacial da atividade. À exceção da disponibilidade de areia para a Região Metropolitana de Salvador, os empreendimentos de base mineral no estado não estão perto da exaustão, destacando-se a exploração de novas jazidas de cobre.

---

<sup>17</sup> Fundação Parque Tecnológico da Paraíba. Disponível em: [http://www.paqtc.org.br/portal\\_novo/3versao/html\\_paqtc/o\\_que\\_citta.jsp;jsessionid=32C9DED79421A725CEB66F79FD3555A4](http://www.paqtc.org.br/portal_novo/3versao/html_paqtc/o_que_citta.jsp;jsessionid=32C9DED79421A725CEB66F79FD3555A4)

<sup>18</sup> Portal do Governo do Espírito Santo. Disponível em: [http://www.es.gov.br/EspiritoSanto/paginas/rota\\_marmore\\_granito.aspx](http://www.es.gov.br/EspiritoSanto/paginas/rota_marmore_granito.aspx). Dados para o ano de 2013.

Em Sergipe, há a ampliação da produção extrativo-mineral, notadamente pela elevação da produção de jazidas experimentais, bem como pela expansão das unidades projetadas.

A Paraíba é o maior produtor de cimento no Nordeste, possui metade das reservas nacionais de bentonita (sua produção representa 90% da nacional) e 20% das reservas nacionais de ilmenita (minério do titânio) se encontram em seu território<sup>19</sup>.

O Rio Grande do Norte também destaca-se nacionalmente pelo seu potencial no setor mineral. Segundo dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), o estado possui cerca de 2.000 jazimentos minerais. Segundo a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico - SEDEC, até 2014 eram explorados economicamente cerca de 60 recursos minerais no estado e com áreas requeridas para exploração aproximadamente em 150 dos 167 municípios do Rio Grande do Norte. Os municípios do interior são inseridos no cenário nacional de exploração mineral na produção de cimento, cal siderúrgico, ferro, rochas ornamentais, ouro, scheelita, feldspato, caulim cerâmica branca, cerâmica vermelha, sal marinho etc. Na região do Seridó, há a exploração do minério de ferro com exportação da produção para a China. Na região também foram reativadas as minas de scheelita. Concentra a maior produção de sal do país e abastece todo o mercado nacional. O RN é um tradicional fornecedor de matérias-primas da cerâmica branca. A existência de matéria-prima de qualidade e grandes fornecedores somados aos incentivos concedidos pelo governo do estado e a localização estratégica do RN na Região Nordeste garantem competitividade e atração de grupos empresariais.

No Piauí, encontra-se grande oferta de alumínio, alumina, minério de ferro e ferro gusa. O estado tem proximidade com o Complexo de Carajás (uma das maiores reservas minerais do mundo). Em seu território encontra-se extração: de ouro, gipsita, pedra brita e areia, calcário marinho; e; beneficiamento: de ouro, gipsita, alumínio, minério de ferro, calcinação, cadeia da cerâmica vermelha.

### **3.9. Geração de Energia**

O Brasil é dotado de uma gama de recursos naturais renováveis apropriados para o aproveitamento energético. Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), os recursos hídricos são responsáveis pela maior parte da geração de eletricidade no país (as usinas hidrelétricas são responsáveis por 62,4% da potência instalada, as usinas termelétricas respondem por 28,1%, a energia eólica com 4,2% e a solar com 0,01%). A biomassa também desempenha um papel importante, não somente no setor elétrico, mas também na oferta de combustíveis como o Etanol.

Estes elementos permitem ao Brasil possuir uma matriz energética limpa em comparação com outros países. Segundo o Plano Nacional de Energia 2030, elaborado em 2007 pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) do Ministério de Minas e Energia (MME), a participação dessas fontes na produção mundial de energia primária é de 13,5% (incluindo a energia hidráulica). No Brasil, corresponde a 47,8%. Na geração de energia elétrica, a participação das fontes renováveis é ainda maior, 87%, sendo a hidroeletricidade 82,8%. No mundo, as renováveis representam 18,2% da produção de energia elétrica, sendo 16,3% de hidrelétricas (MME/EPE, 2005).

---

<sup>19</sup> Companhia de desenvolvimento da Paraíba. Disponível em: <http://cinep.pb.gov.br/site/pagina.php?m=4&sm=16>. Dados para o ano de 2015.

Entretanto, para garantir o crescente aumento da demanda energética no Brasil, é preciso diversificar a matriz energética nacional, e, nesse sentido, tem-se projetado um aumento de participação das energias renováveis, como a biomassa, eólica e solar, o que trará novas oportunidades de investimentos.

Nesse cenário, a exploração energética das fontes eólica e solar tem como principal fonte os recursos relativamente bem distribuídos na Região Nordeste do país, que fomentarão não só o campo energético do país, mas, com o seu desenvolvimento, trará maior dinamismo econômico para a Região.

### **3.9.1. Energia Eólica**

O aproveitamento eólico está em crescente expansão no Brasil, sendo este dotado de condições naturais para exploração dessa fonte não apenas para a geração de energia mas também para outras finalidades, como a navegação marítima e aeronáutica, bombeamento de água, agricultura etc. Entre os anos de 2009 e de 2014, nos onze leilões de energia no país dos quais a fonte eólica participou, foram contratados mais de 12 GW em novos projetos. Estima-se que estes projetos elevarão o volume de instalações de energia eólica no país para mais de 14,3GW até 2018, triplicando a capacidade atual (ANEEL, 2014).

O Nordeste figura-se uma região com grande potencial para geração de energia elétrica com uso da força dos ventos. A Região detém a maior parte dos empreendimentos em geração de energia eólica no país, com 74,8% da capacidade total instalada no Brasil e conta com 190 usinas eólicas dentre as 260 distribuídas no território nacional, segundo dados para abril de 2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A figura 1 ilustra o potencial eólico do país, evidenciando a grande vantagem natural do Nordeste. Ademais, há uma forte complementaridade entre a geração de energia eólica e a hidrelétrica – a principal fonte energética do país e da Região –, como pode ser observado na figura 2.

De acordo com o BNDES, em 2013 foram contratados 4.150 MW em 169 novos empreendimentos de energia eólica no Nordeste, equivalentes a 88% da capacidade contratada dessa fonte renovável e a 58% de toda a contratação em leilões no ano de 2013, que foi o ano com o maior número de contratações de energia eólica em processos licitatórios no país.

No Nordeste, os estados com maior capacidade energética são o Rio Grande do Norte, com 43,4% da potência instalada na Região gerada por 73 usinas, seguido do Ceará, com 27,9% da capacidade e da Bahia, com 21,9% da potência instalada do Nordeste.

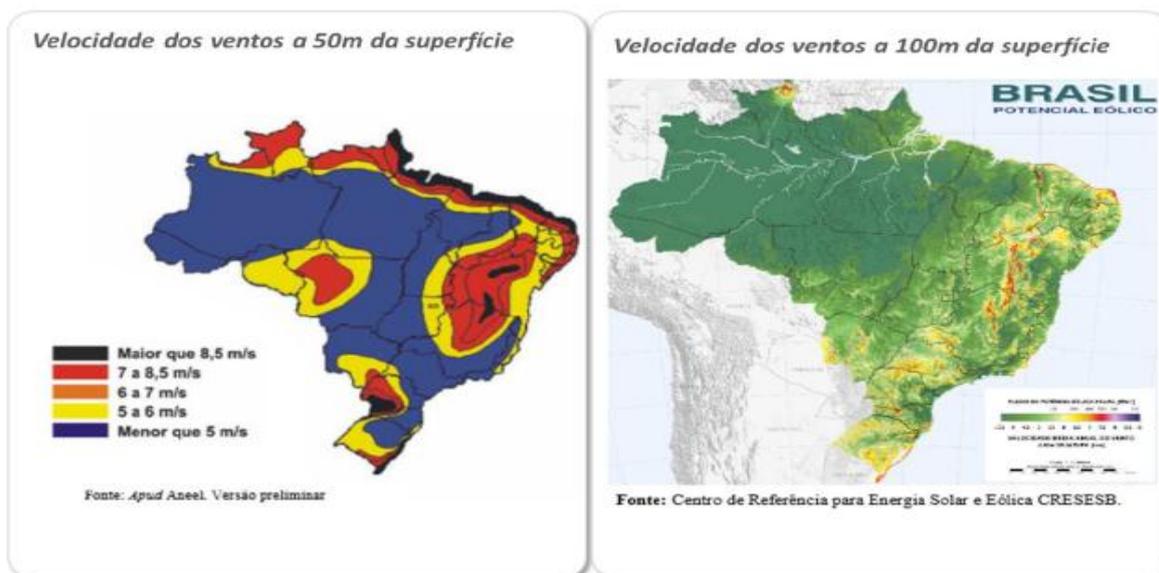
A exploração de energia eólica no país tem um grande potencial expansionista. Segundo a ANEEL, nos próximos anos serão inseridos 430 novos empreendimentos na matriz energética do país, com 10.323.774 kW gerados. O Nordeste destaca-se na produção de energia sendo responsável por 81,4 % do total de novas instalações e por 94,7% da capacidade energética prevista.

Especificamente, para a Região serão acrescidos 9.775.314 kW de potência instalada alocados em 96 empreendimentos em construção com capacidade de 2.653.110 kW e outros 254 novos empreendimentos aguardando construção com potencial de geração de 7.122.204 kW.

É importante salientar as vantagens econômicas atreladas à expansão da produção de energia elétrica a partir da energia eólica. Isto é, aumento de demanda de insumos

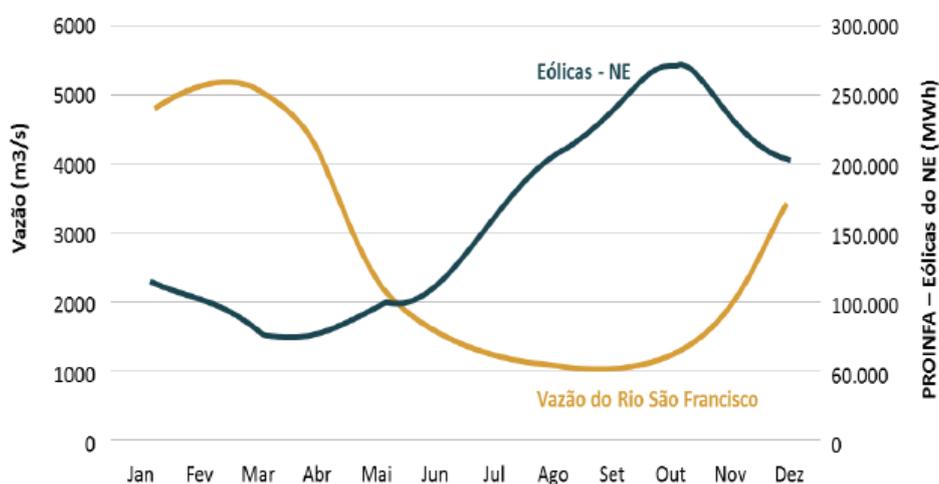
necessários para geração de energia, como a produção e instalação das pás e torres eólicas. O que impulsiona novas empresas a se instalarem na Região e, também, favorece o crescimento do mercado voltado para produção de energia eólica com aumento do número de empregos, por exemplo.

**Figura 1:** Potencial eólico do Brasil.



Fonte: Fonte: Aneel e Centro de Referência para Energia Solar e Eólica – CRESESB

**Figura 2:** Complementaridade das energias eólica e hidrelétrica



Fonte: Eletrobrás

### 3.9.2. Energia Solar

A energia solar no Brasil ainda é um campo relativamente pouco explorado. Entretanto, assim como para a energia eólica, o país é dotado de um grande potencial para a fonte energia fotovoltaica. O País possui um dos maiores índices de radiação do mundo, superior, por exemplo, ao da Alemanha – grande produtora de energia a partir desta fonte. Neste cenário, a Região Nordeste tem papel de destaque em função de suas condições climáticas favoráveis.

Segundo dados da ANEEL, até março de 2015 o país possuía 317 usinas solares fotovoltaicas responsáveis pela geração de 15.180 kW de energia elétrica. Tal volume gerado representa apenas 0,01% da capacidade energética do país. Em 2014, o Governo Federal realizou o primeiro leilão nacional de energia solar fotovoltaica, que contratou 1.048 MW em 31 projetos com investimentos totais estimados em R\$ 5 bilhões.

A Região Nordeste, de longe, é a mais representativa no montante de potência instalada do país, participando com 44,5% do total nacional, com 70 usinas gerando juntas 6.754 kW. Apesar disso, mesmo no Nordeste, a participação dessa fonte na matriz energética é muito pequena, isto é, representa apenas 0,03% da potência instalada total.

### **3.10. Petróleo e Gás**

A cadeia produtiva da indústria de petróleo e gás envolve um conjunto de atividades que pode ser dividido em três segmentos: prospecção, exploração, perfuração e completção; produção propriamente dita; transporte, refino e distribuição.

O estado da Bahia apresenta uma série de razões para que se considere esta indústria uma potencialidade em seu território:

- Contrato firmado em 2000 entre Petrobrás e Petroreconcavo para operação de 12 campos marginais na Bacia do Recôncavo;
- 13 campos arrematados por empresas nacionais no leilão de campos maduros e marginais realizado pela ANP em 2001;
- Outras áreas, incluindo campos maduros e marginais, foram licitadas pela ANP;
- Grande campo de gás descoberto pela Petrobrás na bacia marítima de Camamu-Almada (Manati), próximo à terra, com pouca profundidade e a pouca distância da Região Metropolitana de Salvador
- Indícios da existência de reservas na bacia marítima de Cumuruxatiba;
- Gasene e outro gasoduto marítimo/terrestre, com 125 km de extensão, para transportar o gás de Manati, passando pelos municípios de Cairu, Valença, Jaguaripe, Maragogipe, Salinas da Margarida e São Francisco do Conde;
- Descoberta de novo campo comercialmente viável na Bacia do Recôncavo, pela empresa brasileira Marítima;
- Boas perspectivas quanto à existência de gás na Bacia de Tucano e na Bacia de Jequitinhonha, e;
- Crescimento do número de operadoras petrolíferas atuando na Bahia nas atividades de exploração e produção.

No estado de Sergipe, atualmente ocorre a ampliação dos investimentos da Petrobrás e dos serviços *offshore*, o adensamento da indústria gás-química e a Produção de metanol e derivados (para fabricação de tintas, solventes, combustíveis), de eteno e derivados (insumos para fabricação de polietileno, PVC e EVA)<sup>20</sup>.

Dados de 2012 da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), apontam o Rio Grande do Norte na quarta posição entre os estados do Nordeste com maior número de poços exploratórios em atividade, bem como, com o 4º maior número de poços concluídos. Dentre os estados produtores de óleo e gás do Nordeste, o Rio Grande do Norte é o que possui o maior número de Unidades Estacionárias de Produção, as UEP. Ao

<sup>20</sup> Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia. Oportunidades de Investimentos no Estado de Sergipe, 2012. Disponível em: <http://investimentos.mdic.gov.br/public/arquivo/arq1272994132.pdf>

todo eram 29 UEP, no ano de 2013. A Refinaria de Petróleo Clara Camarão, em Guamaré, já tem capacidade para processar 50.000 barris de petróleo/dia, enquanto o gás natural é processado e distribuído através de gasoduto para abastecer o RN, CE, PB e PE.

### **3.11. Química e petroquímica**

O setor químico/petroquímico da Bahia engloba uma variedade muito grande de produtos, da química básica, orgânica e inorgânica, às resinas sintéticas, química fina e especialidades. As potencialidades da região incluem: proximidade com uma estrutura portuária de porte e com uma refinaria; amortização de boa parte do capital investido; sistema coletivo-integrado de segurança industrial (atendimento emergencial) e cuidados ambientais (anel florestal e tratamento de efluentes e de resíduos industriais, referência no país e no exterior).

Em Minas Gerais, no Vale do Mucuri, tem-se a presença importante do setor de fabricação de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis.

Alagoas possui uma estruturada Cadeia Produtiva da Química e do Plástico (CPQP). Para seu êxito podem ser destacados: ações do governo para melhoria das atividades do setor nos Polos Industriais da capital, Maceió, e no município de Marechal Deodoro; os polos Multissetorial Governador Luiz Cavalcante e Multifábrica José Aprígio Vilela são totalmente abastecidos de água, gás natural e rede de energia elétrica com tarifas diferenciadas; baixos custos com a utilização do gás natural; a posição geográfica do estado, situado no centro do país; concessão de tratamento diferenciado na legislação fiscal e grande integração entre o setor produtivo e o governo.

O Rio Grande do Norte conta com a pesquisa da UFRN, que, em parceria com o CENPES (Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello) da UFRJ, mantém pesquisas sobre petróleo e gás em seu Departamento de Engenharia do Petróleo, em áreas complementares como Geologia, Química, Física, entre outras.

Ainda não existiam dados sobre o potencial petroquímico para o estado de Pernambuco, mas se acredita que dotará a região de maior leque de potencialidades e de atratividade.

### **3.12. Automotivo**

A indústria automotiva da Região tem dois destaques: a Bahia e o Espírito Santo, sendo complementada pelo Ceará e Pernambuco.

No Espírito Santo as potencialidades são o empreendimento da CN Auto para produção de utilitários leves no município de Linhares e o empreendimento da Marcopolo, uma das maiores fabricantes de ônibus do mundo, através de uma unidade de negócios de sua marca Volare no município de São Mateus.

Na Bahia, encontra-se indústria automotiva baseada na montadora Ford já instalada na Região Metropolitana de Salvador e aproveitamento dos investimentos logísticos para dinamizar e expandir o setor automotivo na região.

No Ceará, há uma montadora de veículo utilitário, também da Ford, voltado, principalmente, para o *offroad*.

Em Pernambuco, já se encontra instalada, e produzindo, a fábrica da Fiat-Chrysler, que deverá expandir sua linha de produção no início de 2016.

### **3.13. Naval e *Offshore***

A indústria naval e *offshore* encontra-se principalmente nos estados da Bahia e de Pernambuco. Pode ser dividida em quatro segmentos: estaleiros para construção de navios convencionais de grande porte; estaleiros para construção de plataformas, sondas e outras unidades *offshore*; estaleiros para construção de embarcações de apoio *offshore*; canteiros para produção de módulos de plataformas e navios.

Em Pernambuco destaca-se o Estaleiro Atlântico Sul – EAS. Na Bahia, existem instalações para construção de embarcações de turismo, esporte e lazer de pequeno porte. O estado possui longa tradição histórica na construção de embarcações de pequeno porte em madeira e atualmente tem alguns pontos a serem destacados, considerando-se os dados para o ano de 2011:

- Existência da Base Naval de Aratu, dispondo de dique seco, e do Estaleiro Corema;
- Contrato do consórcio Odebrecht-Queiroz Galvão-UTC para a construção de duas plataformas auto-elevatórias, que incluiu um significativo investimento na recuperação da área e instalação de infraestrutura industrial;
- Proposta governamental para a construção de um polo náutico no estado da Bahia, incluindo construção de marinas, centros de formação profissional e mecanismos de incubação de empresas;
- Projeto do Estaleiro Enseada de Paraguaçu, para implantar uma planta dedicada à construção *offshore*;
- Projeto da Corema de construir um novo estaleiro na Baía de Aratu, voltado para o grande mercado de embarcações de apoio *offshore*; e
- Previsão de implantação de estaleiro do grupo TWB para produção de embarcações especiais e módulos de acomodações.

## **4. Entraves à Industrialização**

Na etapa de análise dos documentos sobre desenvolvimento econômico dos estados e da Região Nordeste identificou-se os principais gargalos dando-se ênfase aos que constituem entraves ao desenvolvimento industrial. Tais informações em nível estadual ou para sub-regiões específicas são apresentadas em quadros sínteses no anexo deste documento.

Efetivamente, o foco dessa análise é tratar de questões para a área de atuação da Sudene. Entre os fatores que dificultam o desenvolvimento industrial na Região destacam-se:

1. Transporte;
2. Energia;
3. Educação;
4. CT&I;
5. Ações de fomento; e,

O quadro 3, resume as principais potencialidades econômicas da área de estudo relacionadas ao setor industrial, bem como elenca as principais barreiras ao desenvolvimento dessas potencialidades. A seguir, discute-se sobre os seis gargalos enumerados acima.

### **4.1. Transporte**

Em termos de infraestrutura, a questão logística é, talvez, o ponto mais crítico. É um entrave ao desenvolvimento econômico relatado em todos os documentos analisados. De maneira geral, a qualidade da infraestrutura existente é bastante contestada tanto nos modais rodoviário quanto nos ferroviário e marítimo.

Muito embora seja preciso considerar que nos últimos anos foram viabilizados diversos investimentos em infraestrutura com a implantação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007, marcando a retomada do planejamento e execução de grandes obras de estruturação social, urbana, logística e energética do país, principalmente em sua segunda fase, iniciada em 2011. Apesar dos vultosos investimentos em infraestrutura de transportes realizados pelo PAC 2, é necessária a conclusão de muitas obras, como, por exemplo, a finalização das obras da ferrovia Transnordestina, um empreendimento estratégico para o desenvolvimento do Nordeste.

A deterioração das rodovias federais e estaduais é um ponto crítico que traz sérios custos de transporte para o escoamento de matérias-primas e produtos, o que torna o preço do produto final mais caro, e, por sua vez, contribui, em linhas gerais, para a manutenção da baixa competitividade da Região frente ao Sudeste e ao Sul. Setores estratégicos como o da agroindústria e de alimentos e bebidas, dada a alta dependência desse modal, são extremamente afetados com os entraves logísticos.

Os gargalos logísticos da Região afetam negativamente todos os setores econômicos de destaque apresentados na seção anterior. O que evidencia o problema logístico e demonstra a necessidade de ações efetivas de investimento em infraestrutura de transporte na Região.

Por exemplo, o setor têxtil, de vestuário e de calçados, uma importante vocação regional, sofre com o alto custo de transporte para aquisição de insumos do Sul e Sudeste do país, bem como com a distribuição dos seus produtos finais.

Por sua vez, o setor metal-mecânico em expansão na Região carece de melhores instalações e operação nos modais marítimo, ferroviário e dutoviário.

Na mesma linha, a ausência ou precariedade de sistema de navegação de cabotagem entre terminais privativos e portos públicos é um ponto nevrálgico para a indústria de celulose e cadeia de madeira.

A conclusão dos investimentos da ferrovia Transnordestina, bem como de recuperação de outras ferrovias na Região, são mais do que necessários, principalmente para os setores de mineração, cimento e cerâmica, que produzem importantes insumos para a indústria da construção civil, além de setores estratégicos como o de geração de energia, que usa intensamente o modal rodoviário para o transporte de componentes de geração de energia eólica – um grande potencial econômico regional –, haja vista o grande desperdício de tempo com este transporte, seja pelas más condições das vias, ou por engarrafamentos em decorrência das obras de recuperação.

Por fim, os setores de petróleo e gás, de química e petroquímica, automotivo e de naval e *offshore* são fortemente afetados com os gargalos logísticos, principalmente pela necessidade de adequações e ampliações de dutovias, de portos e conexão direta, ou mais próximo possível, com ferrovias.

Apreciando os resultados do Projeto Nordeste Competitivo (2012), é possível identificar os principais gargalos logísticos da Região Nordeste em 2010 e, o mais interessante, conhecer os possíveis pontos críticos em 2020 nos modais de transporte rodoviário, ferroviário e marítimo. Tais análises de projeção estão resumidas nas figuras 3 e 4, a seguir.

Ademais, o referido projeto traz informações importantes para serem consideradas na elaboração de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico, principalmente, naquelas que busquem um enfoque regional em suas ações, a exemplo da Política Industrial.

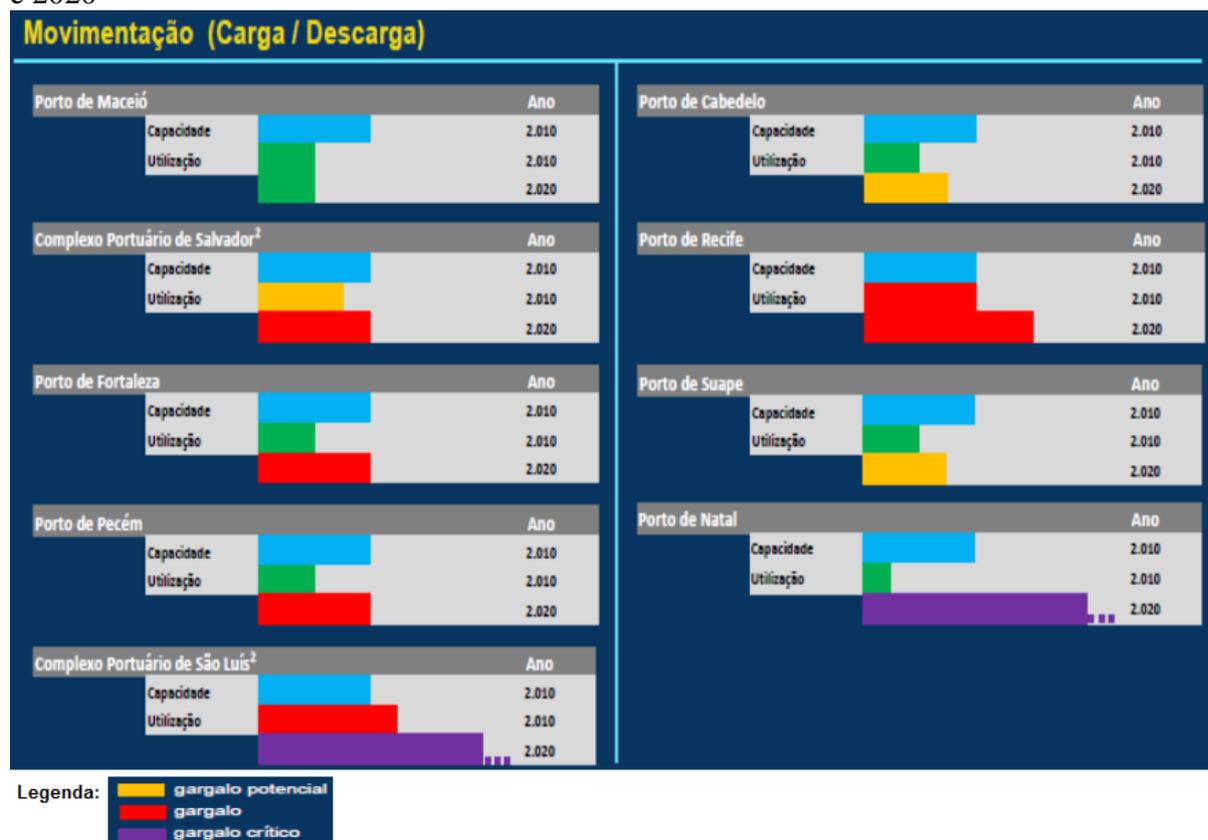
**Figura 3:** Resumo dos potenciais gargalos logísticos em 2020 nos modais de transporte da Região Nordeste.

Origem	Destino	Via Principal	Modal	Capacidade <sup>1</sup> (mil tons/dia)	Uso <sup>2</sup> (mil tons/dia)	% Uso/ cap
Minas Gerais	Salvador	FCA	ferrovia	4,7	71,7	1522,7%
Açailândia	Marabá	EFC	ferrovia	311,4	877,0	281,7%
São Luís	Açailândia	EFC	ferrovia	311,4	874,1	280,7%
Vitória da Conquista	Feira de Santana	BR116	rodovia	51,3	128,8	251,1%
Maceió	Xexéu	BR101	rodovia	51,3	105,0	204,7%
Xexéu	Recife	BR101	rodovia	51,3	98,2	191,6%
Itabaiana	Arrojado	TNL	ferrovia	1,9	3,0	161,9%
Própria	Maceió	BR101	rodovia	51,3	78,5	153,2%
Divisa Alegre	Vitória da Conquista	BR116	rodovia	51,3	74,5	145,2%
Salvador	Feira de Santana	BR324	rodovia	102,5	136,5	133,1%
Vitória da Conquista	Brumado	BR030	rodovia	51,3	66,6	129,9%
Feira de Santana	Tucano	BR116	rodovia	51,3	62,7	122,3%
Cristianópolis	Aracajú	BR101	rodovia	51,3	60,8	118,6%
Aracajú	Própria	BR101	rodovia	51,3	58,9	114,8%
Tucano	Canudos	BR116	rodovia	51,3	51,0	99,5%
BR304	Fortaleza	BR116	rodovia	51,3	50,1	97,7%

Legenda:   gargalo potencial  
  gargalo crítico  
  gargalo crítico

Fonte: CNI - Projeto Nordeste Competitivo (2012).

**Figura 4:** Resumo dos principais gargalos nos portos organizados da Região Nordeste – 2010 e 2020



Fonte: CNI - Projeto Nordeste Competitivo (2012).

## 4.2. Energia

A segurança energética no Brasil para os próximos anos vem sendo amplamente discutida pelas entidades do setor energético/elétrico do país. O Ministério de Minas e Energia tem garantido que o país não enfrentará uma crise energética, afirmando que o sistema energético nacional é robusto, confiável e eficiente, a despeito da crise hídrica que acomete a região Sudeste desde o ano de 2014.

Especificamente para a Região Nordeste, projeta-se que a demanda energética está garantida. Mas, o setor produtivo industrial relata algumas dificuldades que precisam ser consideradas no planejamento público.

Nesse sentido, no setor de geração de energia a partir da exploração de gás natural, alguns estados, a exemplo de Sergipe e Bahia, relatam o limite da oferta energética em razão de entraves na rede de distribuição. Sendo necessária expansão das dutovias para expansão da distribuição e estímulo à demanda.

Além disso, para um melhor aproveitamento do potencial energético da Região e fomento econômico *vis-à-vis* redução das desigualdades intrarregionais, é imperativa a melhor distribuição espacial de projetos de investimentos energéticos, principalmente no Semiárido nordestino, com condições favoráveis para o aproveitamento energético por meio das eólicas e dos painéis solares fotovoltaicos.

Atendo-se aos investimentos projetados para energia eólica, estes estão amplamente concentrados nos estados da Bahia e Rio Grande do Norte, muito embora verifique-se potencial de geração em todo o litoral nordestino.

Efetivamente, segundo projeções da ANEEL, os novos empreendimentos distribuem-se em seis estados do Nordeste. A maior expansão é direcionada para o estado do Rio Grande do Norte, com 96 novas usinas totalizando 3.133.800 kW. Para a Bahia, estão previstos 107 novos empreendimentos com potência de 2.421.710 kW. O Ceará será contemplado com 63 novos empreendimentos com potencial de 1.737.600 kW. Na sequência, destaca-se o Piauí, com 43 usinas previstas gerando 1.243.804 kW, isto é, quase quatorze vezes a potência instalada atualmente no estado. Além de Pernambuco com 26 empreendimentos com potencial gerador de 805.900 kW e o Maranhão com 15 usinas previstas com 432.500 kW, aumentando sua participação de 0,001% para 3,2% da capacidade total de energia eólica da região após a expansão prevista.

Ademais, o setor eólico carece de redes de transmissão e as subestações existentes são insuficientes para transmitir a energia e conectá-las ao Sistema Interligado Nacional – SIN. Outrossim, há críticas nos diversos documentos analisados invocando atenção para os obstáculos, os processos de licenciamento ambiental para instalação e as operações de novas usina eólicas, isto é, o setor demanda revisão do processo burocrático.

### **4.3. Educação**

A formação profissional é insumo básico para a inserção da população no mercado de trabalho e garantia de dinamismo econômico via aumento de produtividade decorrente de atividades inovadoras, sendo estas decorrentes de ganhos de capital humano e de pesquisas.

Para o alcance do desenvolvimento em P&D e ganhos educacionais no ensino superior no Brasil, é necessário, antes, investimento em formação educacional básica, como demonstram as diretrizes gerais para Educação Básica do novo Plano Plurianual (PPA 2016-2019): aumentar a escolaridade; elevar níveis de aprendizagem; ampliar e adequar a formação profissional; aumentar a eficácia na capacidade de produzir concluintes em cada etapa de escolarização na idade própria; e, ampliar a oferta, sobretudo na educação infantil e no ensino médio.

Tais diretrizes devem ser perseguidas para o Brasil, mais especificamente na Região Nordeste. Apesar dos ganhos educacionais, como a redução da taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade no Brasil de 56%, em 1940, para 9,6% em 2010, dos 1300 municípios no país com taxa de analfabetismo acima de 25% da população, 70% desses estão no Nordeste. Isto é, há muitos municípios que mantêm 30 anos de atraso em relação à média educacional.

Ademais, a situação educacional da Região é ainda mais delicada ao se observar a taxa de analfabetismo por faixa etária, segundo dados do Censo Demográfico 2010. Isto é, como mostra o quadro 1, o Nordeste apresenta as maiores taxas por faixa de idade dentre todas regiões e a média nacional: 4,4% da população na faixa de 15 a 24 anos é analfabeta, enquanto no Brasil, apenas 2,2%.

Mas as discrepâncias não param por aí: entre a população de 25 a 39 anos, pico de produtividade no trabalho, 12,4% é analfabeta, ao passo que essa taxa atinge 5,4% no contexto nacional. Por fim, destaca-se que 25% da população de 40 a 59 anos do Nordeste é dita analfabeta. Ressalta-se que se está considerando como analfabeto o indivíduo que não

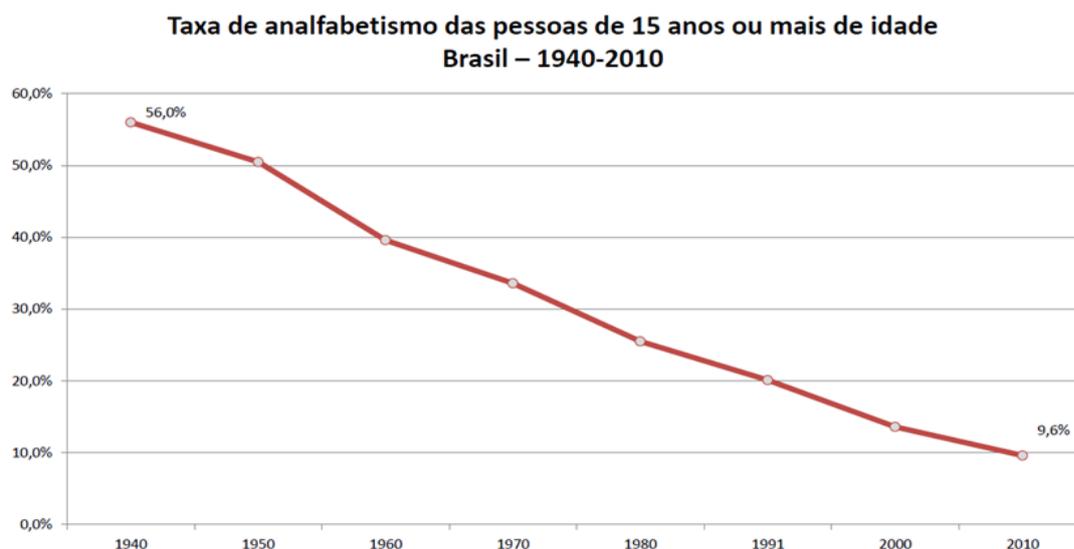
sabe ler ou escrever, caso o critério fosse o analfabetismo funcional, a situação seria ainda mais crítica.

As desigualdades revelam-se também dentro da Região, isto é, os estados com piores indicadores de analfabetismo em 2010 são: Alagoas, Maranhão, Piauí e Paraíba. Além disso, para as três faixas etárias consideradas, todos os estados apresentam taxa de analfabetismo superior à nacional.

Do levantamento realizado, alguns pontos críticos sobre educação foram percebidos. Para todos os setores apontados como estratégicos potenciais na Região, há relatos de gargalos educacionais. Demanda-se formação de profissionais de nível mais elevado e que estejam comprometidos com a inovação para a indústria de intensivos em tecnologia. Ou ainda, para a indústria automotiva com polos instalados nos estados da Bahia e Pernambuco, são requeridas especialização e expansão dos centros de formação profissional técnica e gestão.

De certa forma, há um descasamento entre oferta de mão de obra especializada e demanda, por exemplo, para os setores de petróleo e gás, de química e petroquímica e de naval e *offshore*.

**Figura 5:** Redução da taxa de analfabetismo no Brasil



Fonte: Elaboração própria com dados Censo Demográfico/IBGE

**Quadro 1:** Taxa de analfabetismo por faixa etária e Região - 2010.

Unidade Geográfica	População (faixa de idade)		
	15 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos
Norte	3,5	7	15,9
<b>Nordeste</b>	<b>4,4</b>	<b>12,4</b>	<b>25,1</b>
Sudeste	1	2,3	5,8
Sul	0,8	1,9	5,3
Centro-Oeste	1,1	3	8,9
<b>Brasil</b>	<b>2,2</b>	<b>5,4</b>	<b>11,3</b>

Fonte: Elaboração própria com dados Censo Demográfico/IBGE

**Quadro 2:** Taxa de analfabetismo por UF e Faixa etária - 2010

Unidade da Federação	População (faixa de idade)		
	15 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos
<b>Maranhão</b>	<b>5,3</b>	<b>14,6</b>	<b>29,5</b>
<b>Piauí</b>	<b>4,9</b>	<b>15,3</b>	<b>30,1</b>
Ceará	3,6	12,1	25,1
Rio Grande do Norte	4,3	11,7	23,3
<b>Paraíba</b>	4,7	<b>15,3</b>	27,7
Pernambuco	4,6	11,7	23
<b>Alagoas</b>	<b>7,1</b>	<b>18,6</b>	<b>32,7</b>
Sergipe	4,5	13	25
Bahia	3,3	9,6	21,7
Brasil	2,2	5,4	11,3

Fonte: Elaboração própria com dados Censo Demográfico/IBGE

Para a área de atuação da Sudene, os indicadores também não são muito diferentes. De uma maneira geral, houve uma melhora nos indicadores educacionais e expansão da rede de ensino técnico e superior. Contudo, os segmentos industriais demandam uma melhor qualificação técnica na região, para que os postos de trabalho sejam ocupados pela população local, incorrendo assim em menos custos de produção e aumento de competitividade.

Desta forma, é impreterível mapear a demanda por trabalho estratificada por setor industrial e por nível de qualificação exigido e a oferta de cursos de formação em toda área de atuação da Sudene para se analisar a adequação da oferta de mão de obra. Mas, além disso, é prioritário que os programas de educação básica atuem incisivamente nas regiões com piores indicadores e sobre as faixas etárias produtivas, bem como, que o indicador utilizado não vise apenas à cobertura, mas sim, à qualidade do ensino.

#### 4.4. CT&I

Acerca do desenvolvimento científico na Região, mesmo com o crescimento do número de polos das universidades e institutos federais e a interiorização destes, o Nordeste ainda possui baixos indicadores no plano de inovação.

A principal crítica que se faz é que há uma baixa integração entre universidades, instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e empresas industriais, que, em última instância, utilizam tecnologia nos seus processos produtivos.

Deve-se, portanto, buscar tornar efetiva a pesquisa científica no país para possibilitar a integração dos seus resultados nas funções de produção das indústrias, impulsionando uma maior e melhor volume produzido com ganhos de competitividade.

Um ponto negativo é que a área de atuação da Sudene sofre, ainda, com desvantagem técnico-produtiva pela persistência de técnicas ultrapassadas. Ademais, é necessária a adequação da mão de obra da Região, não apenas em educação formal, mas educação qualificada voltada para o mercado de trabalho.

Alguns setores industriais de destaque na Região relatam alguns entraves ao seu melhor desempenho, advindos de inadequações tecnológicas de processos produtivos, ou ainda, de incipiência de programas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, PD&I,

direcionados. Entre eles, destacam-se os setores de: mineração, cimento e cerâmica; petróleo e gás, petroquímica e automotivo.

Como efeito, apresentam-se dados da Pesquisa de Inovação Tecnológica (PINTEC) elaborada pelo IBGE, que descreve uma série de informações que podem ser utilizadas como *proxies* para inovação, como o número e a receita líquida de vendas (RLV) das empresas das indústrias extrativa e de transformação e o total de empresas que realizaram inovações com gastos e os valores dos dispêndios com inovações.

O panorama apresentado a partir dos dados descreve uma forte concentração regional das empresas no Sudeste, da geração da receita líquida de vendas e dos gastos com inovação. A Região Sul é a segunda com o maior número de empresas desse setor industrial, de RLV gerada no país e de gastos com inovação, porém a disparidade em relação ao Sudeste ainda é bastante considerável. O período de análise contempla os anos de 2006 a 2011, entretanto, é expresso como corte temporal para as publicações da PINTEC de 2008 (2006 a 2008) e de 2011 (2009 a 2011).

Em 2008, das 100.496 empresas dessas indústrias, 54% concentravam-se no Sudeste, 26% no Sul, 10,6% no Nordeste, 5,8% no Centro Oeste e a Região Norte detinha a menor participação com 3,4%. Em 2011, o Brasil contava com 116.632 empresas desses segmentos industriais, o Sudeste reduz um pouco a concentração de empresas com 52,5%, o Sul, por sua vez aumenta a sua participação para 27% seguido do Nordeste com 11,7%. As Regiões Norte e Centro-Oeste reduzem suas participações respectivamente para 3,1% e 5,7%. A Região Nordeste, a segunda maior população do país, tem uma participação pequena no total de empresas, RLV e gastos com inovação.

A concentração revela-se também no acúmulo da RLV, 69,1% da receita dessas indústrias é gerada no Sudeste, em 2011 (ante a 70,4%, em 2008). Em 2011, as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste responderam conjuntamente por 13,7% da RLV nacional gerada por essas empresas. Especificamente, o Nordeste apresentou uma variação de 0,5p.p. na proporção da receita do país entre os anos de 2008 e 2011.

Não obstante, novamente as Regiões Sudeste e Sul destacam-se ao apresentarem a maior proporção das empresas que realizaram dispêndios em atividades inovativas do país, concentrando respectivamente, em 2011, 70,3% e 16% das empresas que inovaram no país. O Nordeste reduz sua participação no total de dispêndios com inovação de 4,8%, em 2008, para 4,2%, em 2011.

#### **4.5. Ações de fomento**

Retomando o objetivo deste trabalho, busca-se, em última instância, criar uma base de discussão para criar políticas que visem o aumento de competitividade do Nordeste, fundamentadas nas potencialidades e gargalos ao desenvolvimento industrial na Região. Neste sentido, a oferta de financiamento ao setor produtivo, seja para investimentos em máquinas e equipamento seja em P&D, é crucial para o alcance deste objetivo.

O exame dos documentos de planejamento para os estados permitiu elencar alguns entraves ao desenvolvimento industrial relacionado a ações de fomento que persistem em grande parte da área de estudo. Como, por exemplo, o relatado para o setor de mineração, a ausência de programas de apoio aos municípios e às empresas na estruturação de planos de diversificação econômica e geração de renda local nos polos de mineração.

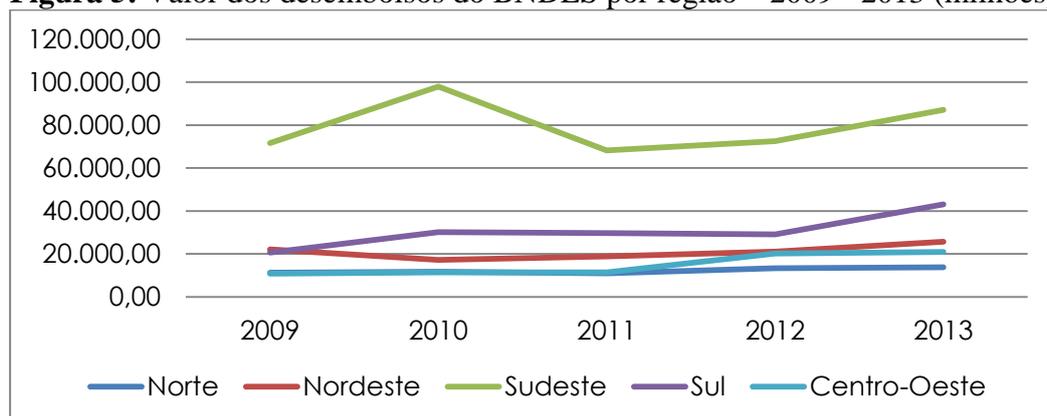
Por sua vez, para no setor de petróleo e gás há a inadequação da estrutura de financiamento e pessoal técnico especializado, a fim de não encarecer ou inviabilizar projetos. O setor petroquímico ao usar como insumos derivados de petróleo e gás e, tendo esses preços elevados, necessitam de ações de fomento específicas para aquisição desses produtos.

O setor agroindustrial, ao seu modo, aponta para uma carência de fomento voltado às cadeias atacadistas multiproduto e especializadas, com capacidade de penetração em mercados de alto valor e padrão de exigência.

Percebem-se algumas ações de fomento específicas. Verifica-se nos últimos anos um crescimento das linhas de financiamento, com destaque para as do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Sustentável (BNDES), inclusive na Região Nordeste. Contudo, tal crescimento não foi suficiente para modificar a trajetória de crescimento econômico da Região, que mantém a participação em torno de 13% do PIB nacional há, ao menos, uma década.

É sabido que a ampliação do acesso às linhas de financiamento de bens de capital contribui para a modernização do parque produtivo. Uma ação bastante utilizada é a linha de financiamento do BNDES. A figura 5 exhibe os desembolsos de financiamento de máquinas e equipamentos do BNDES por Região para retratar como tem sido realizada a distribuição dos recursos.

**Figura 5:** Valor dos desembolsos do BNDES por região – 2009 - 2013 (milhões)



Fonte: elaboração a partir de dados do BNDES

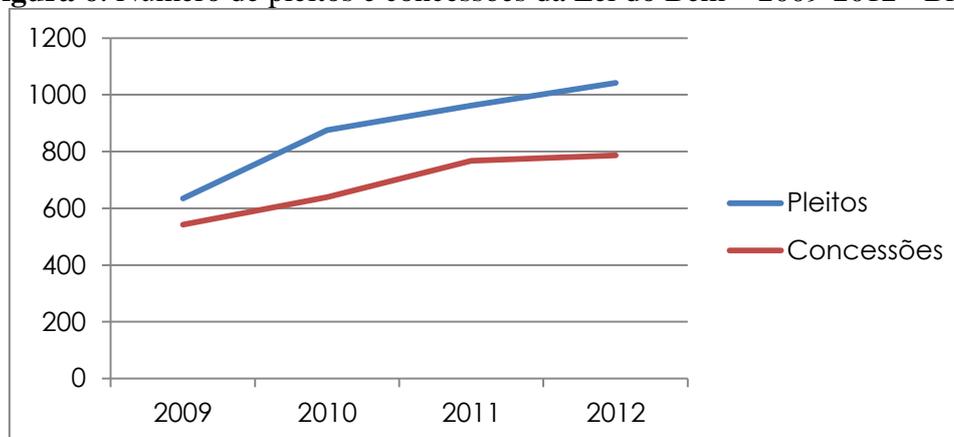
O Nordeste teve crescimento de 16,3% nos desembolsos, menor taxa de crescimento de todas as Regiões, estampada na queda de sua participação em 3 p.p., totalizando pouco mais de 13% dos desembolsos totais. Apenas o Sul e o Centro-Oeste tiveram crescimento na participação total, reflexo do crescimento expressivo observado no período (108% e 94%, respectivamente). O Norte também teve queda de 1 p.p. na participação, ao passo que o Sudeste teve a queda mais expressiva, com 7 p.p.

Dessa forma, observa-se que a desconcentração dos recursos privilegiou regiões que apresentam melhores índices socioeconômicos. O crescimento expressivo dos desembolsos para o setor agrícola acentua a especialização produtiva. A baixa participação de projetos de infraestrutura reforça um gargalo estrutural ao crescimento, ao passo que o baixo crescimento do fomento para a indústria constitui-se em um dos fatores que contribuem para o desmantelamento observado no período recente.

Além disso, é importante destacar que o financiamento não requer nenhuma contrapartida de investimento em P&D pelas empresas. Assim, ainda que contribuam para a incorporação de novas tecnologias, não se traduzem em esforços para a geração endógena de progresso técnico.

Em se tratando de questões de financiamento à inovação, destaca-se um importante instrumento: a Lei do Bem, a Lei 11.196/05, que concede incentivos fiscais às pessoas jurídicas que realizarem pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica. As figuras 6, 7 e 8, descrevem, em linhas gerais, o perfil inovador das empresas brasileiras no período de 2009 a 2012.

**Figura 6:** Número de pleitos e concessões da Lei do Bem – 2009-2012 - Brasil



Fonte: Relatório de Incentivos Fiscais do MCTI – Lei do Bem – 2012

O primeiro gráfico mostra os pleitos e concessões da Lei do Bem entre 2009 e 2012. O número de pleitos avançou 64% no período enquanto as concessões cresceram 45%. Como resultado, a taxa de aprovação, dada pela razão entre concessões e pleitos caiu de 85% em 2009 para 75,5% em 2012. Isso mostra a existência de dificuldades das empresas para aprovar seus projetos. A tabela abaixo mostra o número de empresas cadastradas e habilitadas para receber o benefício entre 2009 e 2012.

**Figura 5:** Lei do Bem – empresas cadastradas x empresas habilitadas entre 2009 e 2012

Número de empresas cadastradas vs habilitadas por região - 2009-2012								
	2009		2010		2011		2012	
	Cadastrada	Habilitada	Cadastrada	Habilitada	Cadastrada	Habilitada	Cadastrada	Habilitada
Sudeste	366	312	502	383	567	464	634	484
Sul	230	198	326	224	324	245	332	245
Centro-Oeste	8	7	8	4	18	13	17	12
Norte	7	6	9	9	16	13	18	12
Nordeste	24	19	30	19	37	32	41	34
Total	635	542	875	639	962	767	1042	787

Fonte: Relatório de incentivos fiscais MCTI - 2012

Em primeiro lugar, nota-se a dominância das Regiões Sudeste e Sul, que respondem por mais de 92% do total de empresas habilitadas, enquanto o Nordeste participa com 4,3%. O crescimento das empresas habilitadas foi de 45% entre 2009 e 2012, sendo que a Região Nordeste cresceu 79%, passando de 19 para 34 empresas. O Nordeste conseguiu aumentar a taxa de aprovação (dada pela razão entre empresas habilitadas e cadastradas), passando de 79% para 82%. Todas as outras Regiões tiveram queda.

Ainda que o avanço seja positivo, observa-se que o número de aprovações dentro do universo de empresas no Nordeste é ínfimo, reforçando a necessidade de auxílio para a obtenção dos benefícios da Lei do Bem. Essa percepção fica ainda mais clara ao analisarmos o dispêndio total dessas empresas, como mostra a tabela abaixo.

**Figura 6:** Investimentos em P&D realizadas pelas empresas no Brasil entre 2009 e 2012

Investimento realizados pelas empresas em P&D - 2009 e 2012 (mil reais)								
Regiões	Despesas de Capital		Despesas de Custeio		Total		Variação	% do total
	2009	2012	2009	2012	2009	2012		
Sudeste	201127,3	110.599,6	7.075.544,9	4.046.785,0	7.276.672,3	4.157.384,7	-42,9%	77,9%
Sul	8820,4	9.103,2	793.401,1	877.996,5	802.221,5	887.099,5	10,6%	16,6%
Centro-Oeste	6429,6	-	39.229,1	30.538,4	45.658,7	30.538,4	-33,1%	0,6%
Norte	0	-	90.205,7	158.420,6	90.205,7	158.420,6	75,6%	3,0%
Nordeste	1405,7	2.981,6	115.070,7	99.189,5	116.476,5	102.170,6	-12,3%	1,9%
Total	217789,1	122.684,2	81.113.451,7	5.212.929,7	8.331.234,9	5.335.614,0	-36,0%	100,0%

Fonte: Relatório de incentivos fiscais MCTI - 2012

Alguns pontos se destacam. Em primeiro lugar, o gasto do benefício é predominantemente direcionado para custeio, com 97% do total de despesas. Em seguida, nota-se que a concentração de desembolsos é ainda maior do que a do número de empresas, com as Regiões Sudeste e Sul respondendo por 94,5% do total. Por fim, observa-se que os investimentos realizados caíram 36%. Assim, ainda que o número de empresas tenha aumentado, o investimento total teve queda expressiva. Nesse quesito, Nordeste teve queda de 12% investimento total, respondendo por menos de 2% de todos os investimentos realizados. Por fim, apresentamos as empresas por setores produtivos.

**Quadro 3:** Potencialidades econômicas da área de atuação da Sudene *versus* gargalos ao desenvolvimento das potencialidades

POTENCIALIDADES X GARGALOS		GARGALOS					
		Educação	Energia	Transporte	CT&I	Fomento	Tributação
POTENCIALIDADES	Agroindústria	Sim	Sim	Escoamento da produção é um dos grandes problemas da agroindústria (alta dependência do modal rodoviário). Além disso, tem-se deficiente disponibilidade hídrica e de logística para atividades agroindustriais.	Sim	Carência de fomento de cadeias atacadistas multiproduto e especializadas, com capacidade de penetração em mercados de alto valor e padrão de exigência.	Sim
	Alimentos e Bebidas	Sim	Sim	Escoamento da produção é um dos grandes problemas da agroindústria (alta dependência do modal rodoviário).	Sim	1) Baixa articulação entre as grandes e PMEs. 2) Baixo adensamento na cadeia produtiva.	Sim
	Têxtil, Vestuário e Calçados	Sim	Sim	1) Alto custo de transporte para aquisição de insumos do Sul e do Sudeste e distribuição do produto final para as empresas nordestinas. 2) Alta dependência de incentivos fiscais para permanências de empresas.	Sim	Sim	Sim
	Metal-mecânico	Sim	Insegurança no suprimento de energia elétrica	Infraestrutura logística deteriorada, especialmente nos modais marítimo, ferroviário e dutoviário.	Sim	Sim	Sim
	Celulose e cadeia da madeira	Sim	Sim	Ausência sistema de navegação de cabotagem entre terminais privados e Portos Públicos.	Sim	Ausência de uma oferta elástica de terras para o plantio de florestas em bases sustentáveis.	Sim
	Construção Civil	Desvantagem técnico-produtiva pela persistência de técnicas de produção artesanais suportada por mão de obra de baixa qualificação.	Sim	Atrasos em importantes investimentos em infraestrutura, especialmente hídrica e de transporte.	Desvantagem técnico-produtiva pela persistência de técnicas de produção artesanal suportada por mão de obra de baixa qualificação.	Sim	Sim
	Intensivos em tecnologia	Necessidade de formação de profissionais de elevado nível, comprometidos com a inovação.	Sim	Sim	1) Incipiência dos centros de geração de conhecimento locais e baixo nível de investimentos em P&D (produção de <i>software</i> ). 2) Baixa integração entre universidades, instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e empresas industriais.	Sim	Sim

<b>Mineração, Cimento e Cerâmica</b>	Ausência de uma rede de qualificação de recursos humanos	Insegurança no suprimento de energia elétrica	1) Além de pequena, comparativamente à extensão do território nacional, a malha ferroviária é também mal distribuída e em grande parte obsoleta ou sucateada. Sua quase totalidade concentra-se nas regiões Sul e Sudeste. 2) Ausência de Plano do Sistema de infraestrutura de suporte aos empreendimentos de base mineral (pequenos aeroportos, estradas, vias fluviais e complementares aos projetos estruturais de logística).	Ausência de um programa de fomento à PD&I e de capacitação de mão de obra e de serviços tecnológicos.	1) Ausência de programas de apoio aos municípios e às empresas na estruturação de planos de diversificação econômica e geração de renda local nos polos de mineração. 2) Ausência de Plano para a indústria de cerâmica (disponibilidade de matéria-prima, suprimento de gás natural com incentivos, financiamento, assessoria técnica e de mercado).	Sim
<b>Geração de Energia</b>	Sim	Rede de transmissão e de subestações insuficientes para transmitir a energia e conectá-la ao SIN - Sistema Integrado Nacional (energia eólica).	1) Gás natural: limites de oferta por causa da rede de distribuição (dutos). 2) Transporte de componentes de geração de energia eólica realizado por rodovias.	Sim	Existência de obstáculos nos processos de licenciamento ambiental e no transporte – exclusivamente rodoviário – dos componentes até os locais de implantação das usinas eólicas.	Sim
<b>Petróleo e Gás</b>	Ausência de mão de obra especializada eleva custos de produção e reduz competitividade.	Sim	Inexistência/inadequação de estradas, portos e ferrovias, comprometendo o escoamento de matérias-primas e equipamentos.	Ausência de instituições que supram a demanda por capacitação tecnológica para a produção de petróleo em pequena escala em campos maduros ou marginais, o que é dificultado pela acanhada interação com instituições de pesquisa, pelo elevado montante inicial do investimento, pela falta de incentivos fiscais e garantias exigidas pelos bancos nos financiamentos.	Inadequação da estrutura de financiamento e pessoal técnico especializado para julgar os financiamentos solicitados, a fim de não encarecer ou inviabilizar projetos.	Sim
<b>Química e petroquímica</b>	Dificuldades com a qualificação de mão de obra	Insegurança no suprimento de energia elétrica	Infraestrutura logística deteriorada, especialmente nos modais marítimo, ferroviário e dutoviário.	Defasagem tecnológica de alguns processos produtivos e algumas plantas com escala de produção fora do padrão internacional	Baixa disponibilidade e preços elevados de derivados de petróleo e gás natural.	Sim
<b>Automotivo</b>	Especialização e expansão dos centros de formação profissional técnica e gestão.	Sim	Baixa intermodalidade de transportes (elevação de custos).	Incipiência de programa de desenvolvimento de PD&I e de capacitação de mão de obra e de serviços tecnológicos.	Carência de expansão de toda a pirâmide dos parques produtivos, atraindo novos investimentos e aumento dos existentes, conjugada com uma maior articulação intercomplexos da Região, em especial o petroquímico, eletrônico, têxtil, de design e de biocombustíveis.	Sim
<b>Naval e Offshore</b>	Investimentos insuficientes em qualificação dos recursos humanos.	Sim	Ausência de investimentos em infraestrutura de transporte.	Sim	1) Carência de pré-qualificação de sítios para a indústria naval. 2) Carência de programa de incentivos e investimentos em infraestrutura.	Sim

Fonte: SUDENE/DPLAN. Elaboração própria.

## 5. Conclusão

O capital tende a se concentrar e desfrutar das externalidades positivas dos grandes aglomerados econômicos, que, por sua vez, provocam impactos positivos nestes territórios aumentando a aglomeração e as externalidades. E esse processo autoalimentado tende a deixar as regiões periféricas a mercê de suas, em geral, parcas condições de atratividade, ficando à margem do desenvolvimento. Neste contexto, diferentemente dos resultados positivos que desfrutaram as regiões mais favorecidas, esse movimento econômico, social e espacialmente excludente tende a agravar as desigualdades.

O uso de políticas industriais para combater as desigualdades não é consensualmente indicado para tal fim. Contudo, constata-se o largo uso desse instrumento em vários países e em diversos níveis de desenvolvimento como forma de intervenção na reestruturação produtiva, na sua espacialização e na sua integração, buscando sempre o fortalecimento das economias nacionais por meio do fortalecimento e da integração das economias regionais, visando até mesmo mercados mundiais. Muitos países selecionam setores avaliados como importantes para o seu crescimento econômico e direcionam suas ações visando a uma estratégia de desenvolvimento com o objetivo de aumentar a geração de divisas, difusão de tecnologias e expansão dos níveis de emprego, com vistas ao aumento da competitividade industrial e impulsionando o uso mais eficaz dos recursos naturais.

É notória a existência de desigualdades regionais ao longo do território brasileiro. Lastreadas nas causas mais diversas, vêm sendo combatidas ou agravadas há décadas, dependendo da escolha por políticas com explícito teor desconcentrador do desenvolvimento nacional ou por políticas que trilham caminho inverso.

Após algumas décadas de ausência de políticas industriais explícitas, os governos Lula e Dilma, com a percepção de existência de um movimento de desindustrialização da economia brasileira, retomaram esse processo com a adoção da Política industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e o Plano Brasil Maior (PBM), resumidas a seguir.

A PITCE foi criada em 2004, focando no fortalecimento e na expansão da base industrial brasileira por meio da melhoria da capacidade inovadora das empresas, tendo como objetivo “o aumento da eficiência econômica e do desenvolvimento e difusão de tecnologias com maior potencial de indução do nível de atividade e de competição no comércio internacional”.

Sob o slogan “Inovar e investir para sustentar o crescimento”, a PDP foi criada em 2008, sendo concebida como um aprofundamento da PITCE, objetivando dar continuidade ao crescimento apoiado na então conjuntura favorável. Visava a maior integração dos instrumentos de política, ao fortalecimento da coordenação entre instituições de governo e ao aprofundamento da articulação com o setor privado. Seus formuladores acreditavam que, adicionando a esses marcos diversas medidas de desoneração tributária e de financiamento, seria criado um ambiente favorável ao desencadeamento de um processo de decisões convergentes e sinérgicas por parte dos empresários como das esferas governamentais.

O Plano Brasil Maior, implementado em 2011, no primeiro governo Dilma, teve como foco o estímulo à inovação e à produção nacional, buscando alavancar a competitividade da nossa indústria nos mercados interno e externo. Herdou das duas políticas anteriores o diálogo entre o poder público, o empresariado e a sociedade; a coordenação e articulação institucional governamental; e estruturas de formulação, acompanhamento e avaliação de políticas de estímulo à produção.

Este trabalho não conseguiu identificar nas três últimas políticas industriais lançadas pelo Governo Federal propostas e ações voltadas, substancialmente, para a redução das disparidades regionais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAGOAS – Investa e Avance. Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico de Alagoas. Disponível em: < <http://www.sedetur.al.gov.br/invista-em-alagoas/Guia%20de%20Desenvolvimento%20do%20Estado%20de%20Alagoas.pdf>>. Acesso em: 15 de setembro de 2015.

BRIDI, Rita. 2013: o ano que travou. *A Gazeta*, 13 dez. 2013. Disponível em: <[http://www.es-acao.org.br/midias/pdf/materia\\_a\\_gazeta\\_logistica\\_2013\\_o\\_ano\\_que\\_travou-1759-52aaf8925aae2.pdf](http://www.es-acao.org.br/midias/pdf/materia_a_gazeta_logistica_2013_o_ano_que_travou-1759-52aaf8925aae2.pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2015.

CAMINHOS para o Desenvolvimento Regional: Colatina e Região. *Federação das Indústrias do Espírito Santo*, 2014. Disponível em: < [http://www.sistemafindes.org.br/download/cadernos\\_caminhos\\_para\\_desenvolvimento\\_regional\\_2014/2014\\_cdg\\_colatina.pdf](http://www.sistemafindes.org.br/download/cadernos_caminhos_para_desenvolvimento_regional_2014/2014_cdg_colatina.pdf)>. Acesso em: 01 jul. 2015.

CAMINHOS para o Desenvolvimento Regional: Linhares e Região. *Federação das Indústrias do Espírito Santo*, 2014. Disponível em: <[http://www.sistemafindes.org.br/download/cadernos\\_caminhos\\_para\\_desenvolvimento\\_regional\\_2014/2014\\_cdg\\_linhares.pdf](http://www.sistemafindes.org.br/download/cadernos_caminhos_para_desenvolvimento_regional_2014/2014_cdg_linhares.pdf)>. Acesso em: 01 jul. 2015.

CAMINHOS para o Desenvolvimento Regional: Nova Venécia e Região. *Federação das Indústrias do Espírito Santo*, 2014. Disponível em: < [http://www.sistemafindes.org.br/download/cadernos\\_caminhos\\_para\\_desenvolvimento\\_regional\\_2014/2014\\_cdg\\_nova\\_venecia.pdf](http://www.sistemafindes.org.br/download/cadernos_caminhos_para_desenvolvimento_regional_2014/2014_cdg_nova_venecia.pdf)>. Acesso em: 01 jul. 2015.

CAMINHOS para o Desenvolvimento Regional: São Mateus e Região. *Federação das Indústrias do Espírito Santo*, 2014. Disponível em: < [http://www.sistemafindes.org.br/download/cadernos\\_caminhos\\_para\\_desenvolvimento\\_regional\\_2014/2014\\_cdg\\_sao\\_mateus.pdf](http://www.sistemafindes.org.br/download/cadernos_caminhos_para_desenvolvimento_regional_2014/2014_cdg_sao_mateus.pdf)>. Acesso em: 01 jul. 2015.

CEZAR, Genilson. BNB libera R\$ 1,5 bilhão em crédito no Maranhão. *Valor Econômico*, São Luís, 27 nov. 2012. Disponível em: < <http://www.valor.com.br/especiais/2919522/bnb-libera-r-15-bilhao-em-credito-no-maranhao>>. Acesso em: 15 de setembro de 2015.

CEZAR, Genilson. Produzir com menos recursos é desafio para o crescimento do Maranhão. *Valor Econômico*, São Luís, 27 nov. 2012. Disponível em: < <http://www.valor.com.br/especiais/2919174/produzir-com-menos-recursos-e-desafio-para-o-crescimento-do-maranhao>>. Acesso em: 15 de setembro de 2015.

ESPÍRITO Santo, Brasil. Um excelente lugar para se trabalhar, investir e viver. *Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Espírito Santo*. Disponível em: < [http://www.sedes.es.gov.br/images/arquivos/Folder\\_Sedes\\_Reduzido.pdf](http://www.sedes.es.gov.br/images/arquivos/Folder_Sedes_Reduzido.pdf)>. Acesso em: 09 jul. 2015.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SERGIPE. *Sergipe: Perfil e Perspectivas do Setor Industrial*. Aracaju, 2010.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Política Industrial - Proposta de uma Política Industrial para o Estado de Pernambuco*. Recife, 2013.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ/INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO CEARÁ. *Indústria VIVA – A Realidade e os Desafios da Indústria*. Fortaleza, 2014.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ/INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO CEARÁ. *Indústria VIVA – Setores Portadores de Futuro para o Ceará*. Fortaleza, 2014.

GALVÃO, Olímpio José De Arroxelas. Políticas Regionais na União Europeia desde O Tratado De Roma e Lições para o Brasil. Rev. Econ. NE, Fortaleza, v. 45, n. 2, p. 32-53, abril/jun.,2014. [http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd\\_artigo\\_ren=1431](http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1431). Acesso em 28/09/2015.

GARGALOS atrapalham crescimento. *A Tribuna*, 08 maio 2012. Disponível em: <[http://www.sindiex.org.br/site2008/image\\_upload/09091209052012T%20-%206.pdf](http://www.sindiex.org.br/site2008/image_upload/09091209052012T%20-%206.pdf)>. Acesso em: 21 jul. 2015.

INDÚSTRIA no estado do Piauí. *Governo do Estado do Piauí*, 27 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.piaui.pi.gov.br/noticias/index/categoria/3/id/29>>. Acesso em: 15 de setembro de 2015.

MODAL aeroportuário regional é pauta da reunião do Conder. *Em Ação*, abr. 2015. Disponível em: <[http://www.sistemafindes.org.br/inf\\_acao/ED428\\_15/3rela\\_inst.html](http://www.sistemafindes.org.br/inf_acao/ED428_15/3rela_inst.html)>. Acesso em: 17 jul. 2015.

O Maranhão e a Nova Década: Oportunidades e Desafios. *Secretaria de Comunicação do Governo do Maranhão*, mar. 2012. Disponível em: <<http://investimentos.mdic.gov.br/public/arquivo/arq1338559333.pdf>>. Acesso em: 15 de setembro de 2015.

OPORTUNIDADES de Investimentos. *Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento de Alagoas*. Disponível em: <<http://investimentos.mdic.gov.br/public/arquivo/arq1316528802.pdf>>. Acesso em: 15 de setembro de 2015.

PIAUI é a nova fronteira da Mineração do Brasil. *Governo do Estado do Piauí*, 27 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.piaui.pi.gov.br/noticias/index/categoria/3/id/25>>. Acesso em: 15 de setembro de 2015.

POLÍTICA Industrial da Bahia – Estratégias e Proposições – Volume 1 – Análise Setorial. *Federação das Indústrias do Estado da Bahia*, 2011. Disponível em: <<http://www.fieb.org.br/bancafiieb/detalhe/politica-industrial-da-bahia/100>>. Acesso em: 18 maio 2015.

POLÍTICA Industrial da Bahia – Estratégias e Proposições – Volume 2 – Temas Transversais. *Federação das Indústrias do Estado da Bahia*, 2011. Disponível em: <<http://www.fieb.org.br/bancafiieb/detalhe/politica-industrial-da-bahia/101>>. Acesso em: 29 maio 2015.

SERGIPE: guia de oportunidades para investidores. *Federação das Indústrias do Estado de Sergipe*, 2014. Disponível em: <<http://nie.fies.org.br/nie/assets/guia/#/0>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

SILVA FILHO, Guerino E. da. As Novas Estratégias de Desenvolvimento Econômico Regional. Rev. Econ. NE, Fortaleza, v. 30, n. 2, p. 212-233, abril/jun.,1999. [http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd\\_artigo\\_ren=114](http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=114). Acesso em 28/09/2015.

SOUZA, Genilson. Empresas aceleram investimentos no Maranhão. *Valor Econômico*, São Luís, 27 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/especiais/2919460/empresas-aceleram-investimentos-no-maranhao>>. Acesso em: 15 de setembro de 2015.

SOUZA, Genilson. Vale busca parcerias para ampliar embarque de minério. *Valor Econômico*, São Luís, 27 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/especiais/2919576/vale-busca-parcerias-para-ampliar-embarque-de-minerio>>. Acesso em: 15 de setembro de 2015.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - ABDI. (2010). Disponível em: <<http://www.abdi.com.br/?q=node/3>>. Acesso: 23mar15.

BRASIL. (2010b). Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Comércio exterior. disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/pdp/index.php/sitio/inicial>>. Acesso em 29mar15.

[http://horia.com.br/sites/default/files/documentos/texto181\\_politica\\_industrial.pdf](http://horia.com.br/sites/default/files/documentos/texto181_politica_industrial.pdf) Wilson Cano e Ana L.G. Silva. Política industrial do governo Lula Wilson Cano Ana Lucia Gonçalves da Silva Texto para Discussão. IE/UNICAMP n. 181, julho 2010. ISSN 0103-9466. Acesso em 25mar15

<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/1333/1101> IMPACTOS DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO NA ECONOMIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DE EQUILÍBRIO GERAL COMPUTÁVEL Daniel Arruda Coronel\* Antônio Carvalho Campos, André Filipe Zago de Azevedo, Fátima Marília Andrade de Carvalho

[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro\\_bd\\_voll.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_bd_voll.pdf), acesso em 25mar15

<http://www.pdp.gov.br/paginas/objetivo.aspx?path=Objetivo>, acesso em 25mar15.

<http://www.mdic.gov.br/pdp/index.php/sitio/conteudo/index/3>, acesso em 25mar15.

[http://www.pdp.gov.br/Paginas/resumo\\_programa.aspx?tp=Consolidar%20e%20Expandir%20a%20lideran%C3%A7a&path=Programas-Consolidar%20e%20Expandir%20a%20Lideran%C3%A7a](http://www.pdp.gov.br/Paginas/resumo_programa.aspx?tp=Consolidar%20e%20Expandir%20a%20lideran%C3%A7a&path=Programas-Consolidar%20e%20Expandir%20a%20Lideran%C3%A7a), acesso em 25mar15.

[http://www.pdp.gov.br/Paginas/resumo\\_programa.aspx?tp=Destaques%20Estrat%C3%A9gicos&path=Programas-Destaques%20Estrat%C3%A9gicos](http://www.pdp.gov.br/Paginas/resumo_programa.aspx?tp=Destaques%20Estrat%C3%A9gicos&path=Programas-Destaques%20Estrat%C3%A9gicos)

[http://www.pdp.gov.br/Paginas/resumo\\_programa.aspx?tp=Mobilizadores%20em%20C3%A1reas%20Estrat%C3%A9gicas&path=Programas-Mobilizadores%20em%20C3%A1reas%20Estrat%C3%A9gicas](http://www.pdp.gov.br/Paginas/resumo_programa.aspx?tp=Mobilizadores%20em%20C3%A1reas%20Estrat%C3%A9gicas&path=Programas-Mobilizadores%20em%20C3%A1reas%20Estrat%C3%A9gicas)

[http://www.pdp.gov.br/Paginas/resumo\\_programa.aspx?tp=Fortalecimento%20para%20a%20Competitividade&path=Programas-Fortalecimento%20para%20a%20Competitividade](http://www.pdp.gov.br/Paginas/resumo_programa.aspx?tp=Fortalecimento%20para%20a%20Competitividade&path=Programas-Fortalecimento%20para%20a%20Competitividade)

<http://www.mdic.gov.br/pdp/index.php/sitio/conteudo/conteudo/2/0/163>

<http://www.pdp.gov.br/paginas/macrometas.aspx?path=Macrometas>

[http://www.abdi.com.br/Paginas/politica\\_industrial.aspx](http://www.abdi.com.br/Paginas/politica_industrial.aspx)

Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, de 26 de novembro de 2003

Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior do Governo Federal (PITCE), de 23 de setembro de 2006

Retomando o Debate: A Nova Política Industrial do Governo Lula, de Max Benjaino Ferraz

<http://www.abdi.com.br/?q=node/127>

Política de Desenvolvimento Produtivo em <http://www.mdic.gov.br/pdp/index.php/sitio/conteudo/conteudo/1/0/19>

[http://www.pdp.gov.br/Paginas/acoes\\_programa.aspx?tp=A%C3%A7%C3%B5es%20Sist%C3%AAmicas&path=Programas-A%C3%A7%C3%B5es%20Sist%C3%AAmicas](http://www.pdp.gov.br/Paginas/acoes_programa.aspx?tp=A%C3%A7%C3%B5es%20Sist%C3%AAmicas&path=Programas-A%C3%A7%C3%B5es%20Sist%C3%AAmicas)

<http://www.mdic.gov.br/pdp/index.php/sitio/conteudo/index/5>

<http://www.mdic.gov.br/pdp/index.php/sitio/conteudo/index/6>

[http://www.pdp.gov.br/paginas/estrutura\\_governanca.aspx?path=Estrutura%20de%20Governan%C3%A7a](http://www.pdp.gov.br/paginas/estrutura_governanca.aspx?path=Estrutura%20de%20Governan%C3%A7a)

<http://www.desenvolvimento.gov.br/conferencia-apl/modulos/arquivos/IsmaFerreira.pdf>

[http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/wp-content/uploads/cartilha\\_brasilmaior.pdf](http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/wp-content/uploads/cartilha_brasilmaior.pdf)

<http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/conteudo/153>

<http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/conteudo/154>

<http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/conteudo/158>

<http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/conteudo/155>

[http://www.fundap.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/boletim\\_economia\\_8\\_conjuntura\\_nova\\_politica\\_industrial.pdf](http://www.fundap.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/boletim_economia_8_conjuntura_nova_politica_industrial.pdf)

<https://mansueto.files.wordpress.com/2011/08/artigo-mansueto-e-jcc1.pdf>

<https://mansueto.wordpress.com/2011/08/03/sobre-a-nova-politica-industrial-plano-brasil-maior/>

[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1856.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1856.pdf)

[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2059\\_.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2059_.pdf)

[http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema10/2013\\_7665\\_versao%20para%20publicacao.pdf](http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema10/2013_7665_versao%20para%20publicacao.pdf)

Carta IEDI n° 639 – A Reorientação do Desenvolvimento Industrial, de 29/08/2014

[http://www.fundap.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/boletim\\_economia\\_8\\_conjuntura\\_nova\\_politica\\_industrial.pdf](http://www.fundap.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/boletim_economia_8_conjuntura_nova_politica_industrial.pdf)

## ANEXOS

### A – Matriz do Estado do Maranhão

Quadro A1 – Potencialidades econômicas para indústria no Estado do Maranhão

Agronegócio	Metalurgia	Siderurgia	Mineração	Petróleo e gás natural	Energia	Papel e celulose	Construção civil
<p>1. Cultivo de grãos e oleaginosas e cadeias produtivas: soja, arroz, milho, feijão, algodão; beneficiamento de soja e outras oleaginosas; produção de óleo bruto e refinado, além de outros subprodutos da soja;</p> <p>2. Pecuária (2º maior rebanho bovino do Nordeste com 7.194,459 milhões de cabeças): corte e beneficiamento de carnes para exportação e mercado interno; beneficiamento de couro; implantação de indústria de calçados e demais artefatos de couro; avicultura (produção de ovos, criação, abate e processamento de aves).</p> <p>3. Álcool e açúcar (disponibilidade de área, e clima favorável para o cultivo de cana-de-açúcar, altos índices de produtividade): implantação de usinas de álcool e açúcar; geração de energia renovável; produção de cachaça artesanal.</p>	<p>1. Grande oferta de alumínio, alumina, minério de ferro e ferro gusa.</p>	<p>1. Proximidade ao Complexo de Carajás (uma das maiores reservas minerais do mundo)</p> <p>2. Investimentos previstos de R\$6,7 bi para implantação de novos empreendimentos</p>	<p>1. Extração: ouro, gipsita, pedra brita e areia, calcário marinho.</p> <p>2. Beneficiamento: ouro, gipsita, alumínio, minério de ferro, calcinação, cadeia da cerâmica vermelha.</p> <p>3. Investimentos previstos de R\$990 mi para implantação de novos empreendimentos</p>	<p>1. Exploração e produção: plataformas, dutos, equipamentos para refino e processamento. • Refino, transporte, distribuição e petroquímico.</p> <p>2. Investimentos previstos de R\$2 bi para implantação de novos empreendimentos</p>	<p>1. A capacidade instalada de energia no Maranhão é de 1.588 MW, suprida pelas hidrelétricas de Tucuruí, de Boa Esperança e pela CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco). Cerca de dois terços da população é atendida com energia elétrica distribuída pela Companhia Energética do Maranhão (CEMAR).</p>	<p>1. Investimento previsto de R\$4 bi para implantação de novos empreendimentos</p>	<p>1. Investimentos previstos de R\$190 mi para implantação de novos empreendimentos</p>

Fonte: SUDENE/DPLAN. Elaboração própria.

Quadro A2 – Gargalos à indústria no Estado do Maranhão

Agronegócio	Siderurgia	Mineração	Papel e Celulose
<p>1. Alta carga tributária</p> <p>2. Falta de estrutura para o escoamento da produção, com estradas ruins e portos obsoletos e caros.</p>	<p>1. A deficiência da infraestrutura logística brasileira é apontada pelos executivos do setor como um dos principais fatores a reduzir a competitividade das siderúrgicas, com impactos tanto no custo da produção quanto do escoamento.</p>	<p>1. Tendo em vista a extensão territorial do Brasil e a predominância de cargas volumosas e pesadas, como minérios e grãos, o uso do modal rodoviário em detrimento dos modais ferroviário e hidroviário torna ainda mais patente a inadequação da atual matriz de transportes brasileira.</p> <p>2. Além de pequena comparativamente à extensão do território nacional, a malha ferroviária é também mal distribuída; quase que a totalidade das ferrovias encontra-se na região Sul e Sudeste do país.</p>	<p>1. O desbalanceamento da matriz de transportes brasileira constitui um dos principais focos de ineficiência do sistema de logística e transporte brasileiro.</p>

Fonte: SUDENE/DPLAN. Elaboração própria.

## B – Matriz do Estado da Piauí

Quadro B1 – Potencialidades econômicas para indústria no Estado do Piauí

Localidade	Potencialidades Econômicas	Ações em Andamento
Planície Litorânea	Agricultura irrigada (arroz e frutas), agricultura tradicional (milho, feijão, mandioca), extração da castanha de caju, carnaúba e coco babaçu; criação de gado bovino de leite, carcinicultura, artesanato, turismo e pesca artesanal, ovinocaprinocultura e a avinocultura.	Em relação aos cursos oferecidos, a relação a seguir expressa os principais: atendimento ao cliente, conservação da forragem, capacitação para ADRs, higiene e ordenha, planejando nosso empreendimento coletivo, despertando/praticando o associativismo, estruturando e legalizando nosso empreendimento coletivo, manejo reprodutivo de bovino de leite, gerenciamento de pequenos negócios, técnicas de vendas, crédito e cobranças, gestão de pessoal, licitação e contrato administrativo, aprendendo a empreender para meio de hospedagem, inglês e italiano básico para o turismo, marketing para conquistar e manter cliente, garçom e garçonete, atendimento ao turista, pequenos negócios, motivação, determinação de preços, embalagem, consultoria tecnológica, turismo para pessoal de recepção, artesanato, agroecologia, informática, montagem de computador, pinturas, cooperativismo, cajucultura, cajuína, doces, remédio caseiro, transformação da mandioca em farinha, horticultura, manejo de irrigação para fruticultura, alimentação alternativa, vagonite, panificação, confeitiro, customização, corte e costura, artes cênicas, reciclagem de papel/jornal, pintura, cabeleireiro, recepcionista de hotel, contabilidade básica, eletricidade de automóveis, refrigeração, acabamento de móveis, direção defensiva, apicultura, ovinocaprinocultura, saúde produtiva da mulher e gestão sindical.
Território dos Cocais	Pecuária (caprino, ovino, apicultura, suíno, aves e bovino), piscicultura, agricultura (arroz, feijão, milho e mandioca, horticultura), turismo, cana-de-açúcar, extrativismo da carnaúba (cera e pó), do buriti, tucum e coco babaçu, fruticultura (cajucultura, melancia e plantação de banana irrigada) indústria, confecções, comércio atacadista e varejista.	Cursos oferecidos: flores de tecido; empreendedorismo; padeiro; confeitiro; refrigeração; manutenção e reparo de microcomputador; reparo, desmontagem e montagem em eletrodomésticos; panificação; carpintaria; bordados: ponto de cruz, vagonite e outros; fabricação de cajuína; remédios caseiros; alimentação alternativa; fabricação de farinha; políticas públicas; gestão sindical; caldeireiro; atendimento ao público; técnicas de vendas; relações interpessoais; apicultura; computação; reparo de motor a diesel; reparo de motor MWM e DWM; arranjo em EVA; crochê; vitrificação; artesanato de jornal; embalador; técnicas de administração empresarial; eletricista; mecânica; manejo de criação de caprinos; associativismo e liderança; horticultura orgânica caseira; minicursos: preservação do meio ambiente, organização espacial, manejo sanitário e nutricional de rebanhos bovinos/caprinos/ovinos, manejo alimentar para animais e roça orgânica familiar; cajucultura; piscicultura; ovinocaprinocultura; oratória; operação de máquinas de costura; informática; gerenciamento de pequenos negócios; cooperativismo; manicura; depilação; dança e corporeidade; mecânica de máquina de costura; garçom; cabeleireiro; enxoval de bebê; arranjos florais; pintura em tela; pintura artesanal em tecido; pré-moldados; aplicação em pedrarias em roupas; docinhos e bolos confeitados; gestão básica de crédito e cobrança; desenvolvimento de equipes; supervisor de produção; iniciando um pequeno grande negócio; serigrafia aplicada à moda; modelagem industrial; básico de secretariado executivo; manejo de colméias; boas práticas de fabricação de mel; produção de rainhas. As entidades que ministraram os cursos acima citados foram: Prefeituras, SEBRAE, Centro de Educação Popular Esperantinense – CEPES, SENAI, EMATER, CHRISFAPI e FETAG.
Vale do Sambito	Pecuária de caprinos, agricultura tradicional (milho, arroz, feijão e mandioca), comércio, turismo de lazer e turismo religioso, avicultura, apicultura, cajucultura, horticultura, prestação de serviços, pesca tradicional, construção civil e potencial hídrico.	Os cursos de capacitação mais oferecidos foram: cabeleireiro, digitação, biscuit, manicure, bordado, macramê, culinária, bombons, decopagem (pintura em madeira), tecelagem (confecção de redes em tecido e nylon), informática, atendimento ao cliente, vendas, associativismo, aperfeiçoamento para garçom, manejo de animais e aves (caprinos, ovinos e bovinos), bijuterias, alimentação alternativa, eletricista, mecânica de automóveis, bombeiro hidráulico, panificação, fabricação de farinha, relações humanas, hortaliças, cooperativismo, piscicultura e oleicultura, tratamento de água e construção de cisternas.

Território dos Carnaubais	Agricultura de subsistência (feijão, milho, mandioca e produção da farinha de mandioca); fruticultura, pecuária (ovinocaprinocultura, apicultura, suinocultura e bovinocultura); extração do pó, cera e palha da carnaúba, do tucum; artesanato ( produtos à base de fibras como redes, vassouras, cestos etc.; artigos de bordados como crochê), indústria de confecções; comércio; turismo (turismo urbano, ecoturismo, de aventura, turismo religioso e rural); gastronomia; indústria ceramista e piscicultura.	Quanto aos cursos de capacitação oferecidos foram os seguintes: criação de galinha caipira, agente financeiro, arte em bijuterias, doces e salgados, cajuína, aproveitamento do pendúnculo do caju, biscuit, cultivo de hortas, corte e costura, bordado, e cursos nas áreas de saúde, educação e comércio.
Território Entre Rios	Comércio, agricultura familiar e irrigada (arroz, feijão, milho e mandioca), pecuária, avicultura, pesca artesanal, cajucultura, indústria de cerâmica e extrativismo do coco babaçu.	Cursos: relações humanas, corte e costura, bordados, crochê, eletricista, cabeleireiro, manicure, artesanato (bucha vegetal, flores do campo e de palha de milho), reciclagem (garrafas pet), pintura em tecido, informática, bijuterias, cajucultura, associativismo, horticultura, ética profissional, manejo de caprinos, ovinos, suínos e galinha caipira, turismo, piscicultura, culinária, secretariado, atendimento ao público, panificação, fabricação de sorvetes, biscuit, garçom/garçonete, biojóias, medicamento caseiro, gerenciamento de negócios, etiqueta, bolos confeitados, bordados em pedrarias, doces e salgados, fabricação de imagens em gesso e tecelagem.
Vale do Rio Guaribas	Pecuária (grande e pequeno porte), agricultura tradicional (milho, feijão e mandioca), agricultura irrigada, comércio, avicultura, apicultura, cajucultura, piscicultura, hortaliças, artesanato, extrativismo, prestação de serviços (saúde e educação), construção civil, indústria de confecções e derivados do leite.	Cursos: mecânica em geral, corte e costura, ajudante de pedreiro, artesanato, informática, música, piscicultura, apicultura, cooperativismo, organização da produção, técnica de vendas, panificação, biscuit, vagonite, crochê, tricô, reciclagem de papel, enxoval para bebê, salgados, bombons de chocolate, bijuterias, manicure, multimistura, alimentação alternativa, doces, bolos confeitados, cajucultura, ovinocaprinocultura, produção de cajuína, atendimento ao cliente, produção de abelha rainha, colheita, gestão e custo apícola, cooperativismo, empreendedorismo, exportação, manejo e conservação do solo, conservação de peles, produtos de higiene e beleza, gestão de recursos hídricos, horticultura, depilação, técnicas de churrasco, embalagem do mel, pintura em tecido, biscoito caseiro, confecções de bolsa, serigrafia, culinária em ovino caprinos e bombeiro
Vale do Rio Canindé	Agricultura familiar (milho, feijão, mandioca), fruticultura, pecuária (bovino, ovinocaprinocultura, criação de galinha caipira), apicultura, comércio e serviços.	Os seguintes cursos foram oferecidos: Cajucultura, técnicas agrícolas, agroecologia, tecnologia de conservação do solo e captação de água, experiência do Consórcio Intermunicipal e dos Agentes de Desenvolvimento Rural, (ADRs), elaboração de projetos (teoria e prática), discussão sobre desenvolvimento territorial, exercício para elaboração do projeto da Unidade Familiar e de projetos de créditos em assentamentos, uso e manejo do solo, abordagem comunitária, processos hídricos da região e os ciclos econômicos, avicultura, caprinocultura, prática de manejo, reprodução, alimentação (silagem) e sanidade animal, apicultura (produção de rainhas), panificação, doces e salgados, bordados, vagonite, biscuit, macramê, reciclagem, pintura em tecidos e crochê, cabeleireiro, manicure, computação (operadores de micro e internet), programação, eletricista predial, eletrônica, corte e costura, material de higiene e limpeza, atendimento ao público e laboratório, cooperativismo, associativismo, gestão empresarial e sindical, políticas públicas, legislação trabalhista. Produção textual, oratória e técnicas de falar em público.
Vales dos Rios Piauí e Itaueiras	Comércio, agricultura familiar e irrigada (milho, arroz, feijão, mamona, algodão), apicultura, pecuária (grande e pequeno porte), fruticultura (banana, castanha de caju, coco-da-baía), extrativismo (babaçu, tucum, mel de abelha), hortifrutigranjeiros, artesanato, turismo, serviços (saúde e educação); produção de mamona.	A arte cerâmica (utensílios domésticos e decoração), palha de milho (flores, arranjos, bolsas e baús, porta-joias, embalagem para presentes); caroá (redes, tapetes, cortinas); biojóias – sementes regionais (colares, brincos e pulseiras), palha de carnaúba (chapéus, bolsas, tapetes etc.); bolsas de couro, bordados (vagonite, ponto de cruz e taboa); arranjos florais; confecção de tapetes com retalho, reaproveitamento de material, embalagem pet; bordado em pedrarias; biscuit, bijuterias, crochê, entrelaçado em fitas, fuxico, embalagem para presentes, remédio caseiro e pintura em tecidos; doces e salgados, arte culinária e biscoito caseiro; geleia e bombons recheados, aproveitamento do caju (sucos e cajuína), manicure e garçom, pedreiro, construção de cisternas; atendimento ao público; cabeleireiro; secretariado; montagem e manutenção de microcomputador, informática; identificação, conservação e recuperação dos sítios arqueológicos, guias turísticos, atendente ao público visitante/turista; gestão dos recursos do PRONAF e gestão sindical; ovinocaprinocultura, piscicultura, horticultura, cajucultura e apicultura.

Serra da Capivara	Ovinocaprinocultura, apicultura, agricultura de sequeiro, cajucultura, turismo, artesanato, pecuária, bovinocultura, piscicultura, comércio e agricultura irrigada.	Os seguintes cursos de capacitação já foram ofertados no território: relações humanas, atendimento ao público, promotor de vendas, mecânica de automóveis, reparador de eletrodomésticos, cabeleireiro, depilação, bolos confeitados, português, redação, informática, manutenção de computadores, panificação, cooperativismo, associativismo, gestão empresarial, apicultura, artesanato, culinária, manicure e pedicure, secretariado, empreendedorismo para pessoas deficientes, ovinocaprinocultura, biscoit, corte e costura, teatro, dança, folclore, cajucultura, aproveitamento da polpa do caju, manejo do algodão, gestão sindical, criação de galinha caipira, piscicultura, aproveitamento da mandioca (farinha e goma), horticultura, eletricitista, técnico em refrigeração, informática, resgate da cultura popular (festas juninas e folclore), primeiros socorros, noções sobre higiene, bombons de chocolate, bordados, reciclagem (palha de carnaúba, jornal e de garrafas pet), proletramento, ensino Infantil, curso de subsolo, tratamento de água e construção de cisternas.
Tabuleiros do Alto Parnaíba	De acordo com o resultado obtido junto aos representantes dos setores da economia local, concluiu-se que as principais potencialidades econômicas deste Território são: agricultura tradicional e irrigada (soja, milho, arroz, feijão, mandioca), comércio, apicultura, pecuária (grande e pequeno porte), fruticultura (banana no Platô de Guadalupe), extrativismo (babaçu, carnaúba, buriti, pequi e cagaita), turismo, pastagem, pesca artesanal e piscicultura e um grande potencial hídrico (rio Parnaíba e lago de Boa Esperança).	Cursos: relações humanas, gerência administrativa, atendimento comercial, mecânica automotiva, culinária, informática, associativismo, artesanato (em barro, palha de babaçu), secretariado, piscicultura, corte de carcaça (ovino-caprinocultura), criação de galinha caipira, biscoit, bijuterias, corte e costura, pintura em tecido, reciclagem de papel, fabricação de sabão e sabonetes, garçom, recepcionista, turismo, aproveitamento do babaçu (mesocarpo), aproveitamento do caju (cajuína), educação ambiental, manuseio e uso de agrotóxicos, manuseio e uso de GPS, operador de máquinas agrícolas, eletricitista, identificação de doenças e trato com o animal.
Chapada das Mangabeiras	Na agricultura de subsistência (arroz, mandioca, feijão e capim); agricultura dos Cerrados (soja e arroz); pecuária (carne, leite e animais vivos); comércio (varejista de gêneros alimentícios, confecções, móveis, eletrodomésticos, material de construção, maquinários agrícolas, produtos e acessórios para informática); hotelaria; construção civil e o turismo de prestação de serviços e mercado da educação.	Nos últimos quatro anos esses foram os cursos de capacitação mais oferecidos: artesanato (artes manuais), beneficiamento do leite (derivados), atendimento ao público, vendas, manejo alimentar, manejo sanitário, material reciclado, horticultura, caprinocultura, cajucultura, apicultura, piscicultura, informática básica, inseminação artificial, associativismo, cooperativismo, balconista, operador de máquinas, educação ambiental e planejamento estratégico.

Fonte: SUDENE/DPLAN. Elaboração própria.

#### Quadro B2 – Gargalos à indústria no Estado do Piauí

Agronegócio	Siderurgia	Papel e Celulose	Têxtil
1. Poucos investimentos em vigilância sanitária para atestar a qualidade e a salubridade dos produtos; 2. Os custos logísticos fora da fazenda equivalem, em média, a quatro vezes os custos argentinos e norte-americanos, por causa da falta de infraestrutura; 3. Em vez de os produtos serem exportados pelos portos do Norte e do Nordeste, a produção viaja mais de 2 mil quilômetros para os portos de Santos (SP) e de Paranaguá (PR), com custos crescentes.	1. As deficiências logísticas do país também levam as siderúrgicas a investir capital próprio em infraestrutura, recursos que poderiam estar empregados no negócio principal, a produção de aço.	1. Falta de investimento em infraestrutura de transporte em todos os modais, mas particularmente nos setores portuário, ferroviário e hidroviário.	1. Alto custo de transporte para aquisição de insumos e distribuição do produto final para as empresas nordestinas; 2. Alta dependência de incentivos fiscais para permanências de empresas; a tendência de maior consumo de produtos derivados de fibras sintéticas, insumos atualmente importados pelo estado; a baixa competitividade nos segmentos derivados de fibras sintéticas e o alto custo de transporte para aquisição de insumos e distribuição do produto final. 3. A precária logística de transporte constitui um gargalo relevante que possui impacto na competitividade da indústria têxtil do estado.

Fonte: SUDENE/DPLAN. Elaboração própria.

## C – Matriz do Estado do Ceará

Quadro C1 – Potencialidades econômicas para indústria no Estado do Ceará

Alimentos	Têxtil, Vestuário e Calçados	Construção Civil
1. 13,0% dos empregos formais gerados na indústria de produtos Alimentícios	1. Os empregos formais gerados na indústria cearense eram compostos 26,3% na Indústria de Calçados e Couro, 21,3% em Confecções, 13,0% em produtos Alimentícios e 6,8% em Têxteis)	1. A Construção Civil representava 27,5% da economia do Estado, com 88 mil empregados.

Fonte: SUDENE/DPLAN. Elaboração própria.

Quadro C2 – Gargalos à indústria no Estado do Ceará

Alimentos	Energia	C,T&I	Química e Petroquímica
1. Problema generalizado na armazenagem de cereais, especialmente milho, para os produtores de ração e para os avicultores. 2. Fragilidade do estoque de recursos hídricos do Estado.	1. Rede de transmissão e subestações insuficientes para transmitir a energia e conectá-la ao SIN - Sistema Integrado Nacional 2. Diversos parques eólicos prontos para gerar energia, porém à espera de linhas conectoras; 3. Distorções nas tarifas praticadas pela COELCE, comparativamente àquelas administradas por outras concessionárias do Nordeste.	1. Necessidade de direcionar a atuação das Universidades Estaduais para estudos científicos voltados ao Ceará 2. Necessidade de formação de profissionais de elevado nível, comprometidos com a inovação. 3. Falta de meios de cooperação entre a Academia e as empresas 4. Bitributação sobre as atividades de TIC	1. O Porto do Mucuripe apresenta um elevado fator de risco, passível de explosões que poderão se propagar por toda a área, que é densamente povoada e próxima às instalações portuárias.

Fonte: SUDENE/DPLAN. Elaboração própria.

## D – Matriz do Estado do Rio Grande do Norte

Quadro D1 – Potencialidades econômicas para indústria no Estado do Rio Grande do Norte

Agroindústria	Geração de Energia	Construção Civil	C,T&I	Mineração e Transformação Mineral	Petróleo e Gás	Química e Petroquímica
<p>1. A transposição do rio São Francisco tem o potencial para modificar esse cenário, mais que dobrando a oferta de água nas regiões mais secas estimulando assim sua capacidade produtiva;</p> <p>2. A existência Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN – é uma Empresa Pública vinculada à Secretaria de Agricultura, da Pecuária e da Pesca – SAPE, constituída de uma sociedade entre o Estado do Rio Grande do Norte e o Governo Federal, através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, sua missão é "Gerar, adaptar e transferir conhecimento e tecnologias para o agronegócio;</p> <p>3. A atuação do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER – é uma autarquia que tem o objetivo de planejar e executar os serviços de assistência técnica e extensão rural no Estado do Rio Grande do Norte, por meio de atividades voltadas para a agricultura, pecuária, agroindústria e atividades não agrícolas, bem como na orientação, acompanhamento e avaliação dos projetos de crédito rural, preservação e recuperação do meio ambiente,</p>	<p>1. O Estado do Rio Grande do Norte é o estado com maior potencial de geração de energia por fonte eólica do país, detendo, em 2014, 1.163,5 MW de capacidade instalada em 41 parques em operação sendo responsável por mais de 40% da capacidade instalada de geração do balanço energético com potencialidade de transformar-se num exportador de energia;</p> <p>2. A previsão é que até 2018 deverão ser construídos outros 49 parques, o Projeto das usinas de Alegria I e II contarão com um total de 116 aerogeradores e uma capacidade de geração de 151,6 MW, sendo o maior parque eólico da América Latina está entre os 24 maiores geradores do mundo;</p> <p>3. O Rio Grande do Norte ainda conta com a usina Rio do Fogo, que opera desde 2006 com 58 aerogeradores, além das usinas de Macau e Mangue Seco já operação.</p> <p>4. Os investimentos</p>	<p>1. Aumento da demanda devido aos grandes investimentos em obras de infraestrutura.</p>	<p>1. A Base Tecnológica atual do Rio Grande do Norte conta com o projeto Metrópole Digital uma parceria entre Ministério da Ciência e Tecnologia o Governo do Rio Grande do Norte e com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte que atua nas áreas de ensino, pesquisa, inovação tecnológica, inclusão digital e social, além de incubar empreendimentos de base tecnológica na área de Tecnologia da Informação (TI);</p> <p>2. A criação do Centro de Tecnologias do Gás e Energia Renovável – CTGAS-ER – é um centro de pesquisas criado pela Petrobrás em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI para atuar diretamente na capacitação profissional para o setor de energias renováveis, diagnosticando suas principais necessidades e orientando suas atividades de capacitação e suporte técnico e tecnológico.</p>	<p>1. Segundo dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), o estado possui cerca de 2.000 jazimentos minerais;</p> <p>2. Segundo a SEDEC, até 2014 eram explorados economicamente cerca de 60 recursos minerais no Estado e com áreas requeridas para exploração aproximadamente em 150 dos 167 municípios do Rio Grande do Norte;</p> <p>3. Nos três últimos os empreendimentos nos municípios do interior foram no valor aproximado de R\$ 1,5 bilhão, os municípios do interior são inseridos no cenário nacional de exploração mineral na produção de cimento, cal siderúrgico, ferro, rochas ornamentais, ouro, scheelita, feldspato, caulim cerâmica branca, cerâmica vermelha, sal marinho, etc;</p> <p>4. Exploração do minério de ferro na região Seridó com exportação da produção para China. Na região também foram reativados as minas de scheelita.</p> <p>5. Maior produtor de sal do país abastece todo o mercado nacional. A produção de 5,786 milhões de toneladas,</p>	<p>1. Para dados de 2012 da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o Rio Grande do Norte destaca-se na quarta posição entre os estados do Nordeste com maior número de poços exploratórios em atividade, bem como, com o 4º maior número de poços concluídos;</p> <p>2. Para o ano de 2013, dentre os estados produtores de óleo e gás do Nordeste, o Rio Grande do Norte é o que possui o maior número de Unidades Estacionárias de Produção, as UEP. Ao todo são 29 UEP;</p> <p>3. A Refinaria de Petróleo Clara Camarão, em Guamaré, já tem capacidade para processar 50.000 barris de petróleo/dia, enquanto o gás natural é processado, e distribuído através de gasoduto para abastecer o RN, CE, PB e PE.</p>	<p>1. O Estado conta com a pesquisa da UFRN, que, em parceria com o CENPES (Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello) da UFRJ, mantém pesquisas sobre petróleo e gás em seu Departamento de Engenharia do Petróleo, em áreas complementares como Geologia, Química, Física, entre outras</p>

e capacitação técnica dos agricultores familiares.	privados são de cerca de R\$ 14 bilhões no setor eólico, a prospecção do Governo é que o setor energético continue a crescer nos investimentos privados, emprego e renda; 5. O Rio Grande do Norte além do imenso potencial eólico é dotado de um alto índice de radiação solar – incidência de radiação solar entre 5.000 e 6.500 Wh/m <sup>2</sup> dia – proporcionado ao estado o status de um dos maiores potenciais de geração de energia solar fotovoltaica com um dos maiores números de dias com sol no país .			em 2012, garante um faturamento medido de R\$ 1,2 bilhões de reais/ano; 6. O RN é um tradicional fornecedor de matérias-primas da Cerâmica Branca, a existência de matéria-prima de qualidade e grandes fornecedores somados aos incentivos concedidos pelo Governo do Estado e a localização estratégica do RN na região Nordeste garantem competitividade e atração de grupos empresariais.		
--	---	--	--	--	--	--

Fonte: SUDENE/DPLAN. Elaboração própria.

Quadro D2 – Gargalos à indústria no Estado do Rio Grande do Norte

Agroindústria	Geração de Energia	Construção Civil	C, T&I	Mineração e Transformação Mineral
1. A dependência do modal rodoviário para o escoamento da produção limita a eficiência da logística no Estado; 2. Rio Grande do Norte conta com uma baixa disponibilidade hídrica, restringindo o consumo de água para uso humano e produtivo.	1. Falta de linhas de transmissão e de estações para receber a energia gerada pelos parques eólicos; 2. Existência de obstáculos nos processos de licenciamento ambiental e no transporte – exclusivamente rodoviário – dos componentes até os locais de implantação das usinas eólicas.	1. O grau de inovação do setor é baixo e a quantidade de mão de obra qualificada não é suficiente	1. Destaca-se que a rede de fibra ótica do estado é bem pequena, restringindo-se a Natal. 2. Segundo a Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação da Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos do Governo do Rio Grande do Norte, a infraestrutura de TI do Estado possui sistemas e redes precárias e equipamentos obsoletos; 3. Capital humano de alto nível, voltado para pesquisa e desenvolvimento tecnológico, o Rio Grande do Norte se posiciona num nível intermediário no Nordeste, quando medido pelo número de pesquisadores ativos. Com efeito, em 2010 o Rio Grande do Norte tinha 2.860 pesquisadores ativos, abaixo dos três grandes Estados do Nordeste, mas também abaixo da Paraíba.	1. A malha de transporte carece de um sistema ferroviário adequado ao transporte de carga pesada e, especialmente, de produtos de baixo valor agregado, como sal ou minério.

Fonte: SUDENE/DPLAN. Elaboração própria.

## E – Matriz do Estado da Paraíba

Quadro E1 – Potencialidades econômicas para indústria no Estado da Paraíba

Indústrias Estratégicas	Agropecuária	Setor mineral	C,T&I	Educação	Energia	Transporte
<p>1. Indústria de Pré-Moldados</p> <p>2. Indústria de louças brancas, de pisos e de revestimentos</p> <p>3. Indústria de tecidos e revestimentos para automóveis</p> <p>4. Indústria de softwares.</p> <p>5. Polos industriais na capital e no entorno de Campina Grande.</p> <p>6. Polo coureiro-calçadista.</p>	<p>1. A transposição do Rio São Francisco deverá aumentar a produção agropecuária, gerando demanda para o ramal ferroviário da Ferrovia Transnordestina no Estado.</p> <p>2. Fruticultura</p>	<p>1. O Estado é um dos maiores produtores de cimento no Nordeste.</p> <p>2. Metades das reservas nacionais de bentonita se encontram no Estado e a produção representa 90% da nacional.</p> <p>3. 20% das reservas nacionais de Ilmenita (minério do titânio) se encontram na Paraíba.</p>	<p>1. Universidades Federais na capital e em Campina Grande</p> <p>2. CITTA - Centro de Inovação e Tecnologia Telmo de Araújo, em Campina Grande, com área para 52 empreendimentos de base tecnológica</p> <p>3. Projeto Infovia – REPAD (Rede Paraibana de Alto Desempenho) vai permitir a conexão em alta velocidade entre os órgãos de governo e instituições de pesquisa e ensino em todo o Estado</p> <p>4. Inserção e desenvolvimento de Tecnologia da Informação e Comunicação no Setor Público paraibano</p>	<p>1. Expectativa de crescimento da economia paraibana gerará demanda de cerca de 500 mil empregos entre 2013 e 2023</p> <p>2. Há prospecção de funcionamento de 15 novas escolas técnicas estaduais, que acrescentarão aproximadamente 3,5 mil novas vagas (2% das matrículas do Ensino Médio)</p> <p>3. Escolas técnicas privadas oferecem uma opção de aumento e diversificação da oferta mais rápida do que a ampliação da rede própria</p>	<p>1. Sistema energético atual apto para suportar o desenvolvimento econômico do Estado nos próximos 10 anos</p> <p>2. Potencial de geração de energia eólica:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A Paraíba apresenta duas regiões principais com alto potencial eólico. A primeira situa-se no litoral, principalmente norte, e a segunda na região de Santa Luzia.</li> <li>• A região de Santa Luiza (PB) se encontra em um “corredor” de vento situado no agreste paraibano. Possui velocidade média anual de vento em torno de 7,7 m/s, situação favorável para implantação de parques eólicos.</li> </ul> <p>3. Potencial de geração de energia fotovoltaica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A Paraíba em conjunto com outros Estados do Nordeste situa-se num cinturão que tem um dos maiores potenciais para usinas solares do mundo</li> </ul> <p>4. Rede de distribuição madura e balanceada, com os investimentos de atualização necessários em curso.</p>	<p>1. Ampliação do Porto de Cabedelo, com implantação de área para movimentação de contêineres, dragagem do canal para receber navios de maior porte e construção de dois novos berços de atracção.</p> <p>2. Vocação do Porto de Cabedelo para navega�o de cabotagem � um diferencial frente ao desinteresse de Suape em adotar essa prática</p>

Fonte: SUDENE/DPLAN. Elabora o própria.

Quadro E2 – Gargalos à indústria no Estado da Paraíba

Educação	Fomento	C,T&I	Energia	Infraestrutura: Gargalos em Logística e Transporte			
<p>1. Em 11 das 23 microrregiões do Estado está instalada apenas uma ou nenhuma instituição de educação profissional</p> <p>2. A Paraíba possui um baixo índice de reprovação no Ensino Médio, contudo elevada taxa de abandono</p> <p>3. Insuficiência de centros de capacitação profissional</p> <p>4. Mão de obra sem capacitação ou com capacitação insuficiente.</p> <p>5. Para o cenário de 2013 a 2023, projeta-se para de 2017 para 2023, um gargalo de mão de obra no Estado. Especificamente, estima-se um déficit 92 mil profissionais.</p> <p>6. Projeta-se um aumento de cerca de 80% da oferta de educação técnica de nível médio e em Formação Inicial Continuada (FIC) entre 2013 e 2023 para atendimento da demanda futura por mão de obra qualificada</p> <p>7. Os maiores gargalos de formação estarão no Litoral Sul, João Pessoa e Campina Grande, com concluintes da educação básica insuficientes para a demanda projetada de mão de obra.</p>	<p>1. Incentivos fiscais e financeiros insuficientes ou inadequados.</p>	<p>1. A velocidade da rede de comunicação (links de Internet) nas escolas da Paraíba é ainda muito baixa. E, mesmo com o PBLE (Projeto Banda Larga nas Escolas) nas regiões urbanas, a velocidade é de até 1 Mbps, com exceção de Campina Grande e João Pessoa, onde a conexão vai de 2 a 5 Mbps</p> <p>2. A penetração de telefone móvel na Paraíba é baixa em relação a outros Estados em função do seu baixo PIB per capita, segundo dados de 2010.</p> <p>3. Para dados de 2013, a Paraíba mostra-se atrasada no tocante ao número de operadoras de telefonia móvel, evidenciando que há pouca competição na oferta de SMP (celular) para a população da maior parte dos municípios. Isto é, em 69% dos municípios da Paraíba, há apenas uma por prestadora de telefonia móvel. Enquanto, no Brasil o percentual correspondente foi de 37%.</p>	<p>1. Há certos vazios no tocante à cobertura de linhas de transmissão no território do Estado. Por ele, não perpassam linhas de alta tensão (520 KV)</p> <p>2. Grau de robustez e confiabilidade quanto à duração interrupção de energia abaixo da média do Nordeste</p> <p>3. Vulnerabilidade à falhas e interrupções na transmissão de energia do ponto de controle</p> <p>4. A Paraíba não tem unidades de extração e produção de gás e nem terminais de regaseificação, assim como atualmente não recebe por gasoduto quantidade suficiente para suprir potenciais usinas termoelétricas</p> <p>5. A região de maior potencial eólico no Estado, a Santa Luzia, encontra-se distante da rede básica dificultado na conexão de usinas eólicas à rede.</p> <p>6. Os atrasos no processo de licitação de linhas de transmissão constituem uma ameaça para expansão energética no Estado</p>	<p><b>Rodoviário</b></p> <p>1. Dos 1681 km de extensão de rodovias federais apenas 51% encontram-se com boa qualidade para o tráfego.</p> <p>2. Dos 5.038 km de extensão das rodovias estaduais, apenas 29% encontram-se com boa qualidade.</p>	<p><b>Marítimo</b></p> <p>1. Necessidade de obras de dragagem, de melhorias na sinalização e nos acessos marítimos ao Porto de Vitória</p> <p>2. As dificuldades institucionais existentes para o crescimento da navegação de cabotagem no país podem impedir a disseminação desta atividade.</p> <p>3. O Porto de Cabedelo se localiza em área urbana já conurbada, dificultando projetos de ampliação</p>	<p><b>Ferroviário</b></p> <p>1. O transporte ferroviário interno de cargas só seria viável nas ligações Leste/Oeste/Leste do Estado, dadas as curtas distância Norte/Sul/Norte na Paraíba.</p> <p>2. Necessidade de ligação da malha ferroviária estadual com a nacional, através de uma ligação com a Nova Ferrovia Transnordestina</p> <p>3. A Nova Transnordestina não inclui ramal ferroviário até o P. de Cabedelo.</p> <p>4. A bitola da malha ferroviária estadual é diferente da nacional</p>	<p><b>Aéreo</b></p> <p>1. Ausência de investimentos em reforma e ampliação nos aeroportos de João Pessoa e de Campina Grande.</p>

Fonte: SUDENE/DPLAN. Elaboração própria.

## F – Matriz do Estado de Pernambuco

Quadro F1 – Potencialidades econômicas para indústria no Estado de Pernambuco

Macroeconômicos	Produtividade/Competitividade	C, T&I	Fomento
1. Ambiente econômico favorável (expansão dos investimentos)	1. Estrutura diversificada da indústria estadual possibilita uma maior capacidade de adensar cadeias produtivas 2. Parte relevante da indústria localizada próxima ao Complexo de Suape 3. Integração às novas cadeias produtivas que surgirão com os grandes projetos estruturantes	1. Iniciativas de inovação em alguns empreendimentos; 2. Mudanças na cultura do empreendedor local, ocasionadas pelo fortalecimento do Sistema S e pelo ambiente econômico.	1. Realização de investimentos na indústria estadual para modernização

Fonte: SUDENE/DPLAN. Elaboração própria.

Quadro F2 – Gargalos à indústria no Estado de Pernambuco

Macroeconômicos	Infraestrutura	Produtividade/Competitividade	C, T&I	Capital Humano/Capacitação	Fomento
Efeitos da crise de 2008	1. Gargalos na infraestrutura em geral: logística, disponibilidade de água, energia, serviços e telecomunicações; 2. Atrasos em importantes investimentos em infraestrutura, especialmente hídrica e de transporte; 3. Ausência de políticas de convivência com a seca.	1. Baixo nível de produtividade; 2. Competitividade baixa; 3. Obsolescência de máquinas e equipamentos; 4. Necessidade de uma política de adensamento das cadeias produtivas; 5. Necessidade de ampliar o acesso ao mercado externo.	1. Reduzida capacidade de inovação; 2. Quase inexistência de integração entre universidades, instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e empresas industriais; 3. Necessidade de novos processos de gestão; 4. Necessidade de melhoria e disseminação da qualificação de dirigentes, gestores e colaboradores das empresas.	1. Baixa qualidade da educação; 2. Baixa qualidade da qualificação da mão de obra; 3. Conservadorismo dos empresários industriais e desinteresse em atuar por meio de iniciativas de associativismo e cooperação; 4. Necessidade de qualificação dos fornecedores locais.	1. Dificuldade de acesso a financiamentos atribuída à burocracia e às exigências de garantia difíceis de serem atendidas; 2. Necessidade de redefinição do sistema de benefícios fiscais; 3. Necessidade de fortalecimento das MPEs; 4. Baixa capacidade de investimento; 5. Agências governamentais com marcos regulatórios complexos, com morosidade no atendimento e burocracia; 6. Necessidade de atração de novas empresas para o interior; 7. Necessidade de adequação das empresas locais à Lei Nacional de Resíduos Sólidos

Fonte: SUDENE/DPLAN. Elaboração própria.

## G – Matriz do Estado de Alagoas

Quadro G1 – Potencialidades econômicas para indústria no Estado de Alagoas

Cadeia Produtiva da Química e do Plástico (Cpqp)	Metal Mecânico	Energia	Leite e Derivados	Alimentos e Bebidas	Têxtil e Confeções
<p>1. Ações do Governo para melhoria das atividades do setor nos Polos Industriais da capital, Maceió, e no município de Marechal Deodoro, os polos Multissetorial Governador Luiz Cavalcante e Multifábrica José Aprígio Vilela são totalmente abastecidos de água, gás natural e rede de energia elétrica com tarifas diferenciadas;</p> <p>2. Baixos custos com a utilização do gás natural, a posição geográfica do Estado, situado no centro do país;</p> <p>3. Concessão de tratamento diferenciado na legislação fiscal;</p> <p>4. Grande integração entre o setor produtivo e o governo.</p>	<p>1. A localização central de seu território possibilita a formação de centros de distribuição, ou de polos de produção. Esse quesito é visto como um ponto estratégico para empresas que desejam investir no Estado, por levar em conta fatores como: redução de custos, otimização do tempo, tanto para receber como para enviar mercadorias, menores despesas com frete, entre outros.</p> <p>2. Suporte dos bancos desenvolvimento para ter acesso a créditos mais baratos. Entre esses se destacam: Banco do Nordeste, BNDES e SUDENE. Elas também podem usufruir de benefícios governamentais federais e estaduais</p>	<p>1. Capacidade instalada na geração de 4035 MW, sendo 3721 MW nas hidrelétricas da CHESF instaladas no Rio São Francisco e 314 MW nas indústrias do Setor Sucroalcooleiro, hoje denominado Setor Sucoenergético.</p> <p>2. Com relação à energia eólica, o potencial de capacidade instalada para ventos com velocidade superiores a 7 m/s é de 649 MW que resultaria numa produção de 1340 GWh, o que representa 30% da energia elétrica total consumida no Estado</p>	<p>1. É formada por 3.500 produtores rurais e gera 40.000 empregos, sua produção diária está estimada em pouco mais de 350.000 litros de leite por dia, e conta com indústrias processadoras e beneficentes do leite, com pasteurização e engarrafamento do produto, e produção de derivados como manteiga, queijos, iogurtes e bebidas lácteas, entre outras</p>	<p>1. Atualmente está em curso o processo de indicação geográfica da própolis vermelha junto ao INPI, este registro é de suma importância para reconhecimento do produto, agregando valor ao uso da própolis para pomadas cicatrizantes, cremes, além do uso alimentício.</p>	<p>1. As empresas do setor têxtil se encontram pulverizadas por todo o Estado, sendo divididas por várias regiões. Os municípios de Delmiro Gouveia, Arapiraca, São Miguel dos Campos, Marechal Deodoro e Maceió, mais precisamente no bairro de Fernão Velho são os locais de maior destaque nesse segmento.</p> <p>2. O governo do Estado de Alagoas vai implantar a Cadeia Produtiva do Algodão, Têxtil e Confeções (CPA), no Sertão alagoano, incentivando a cotonicultura na região, garantindo a cadeia do algodão, cultivando, produzindo e processando o algodão em Delmiro Gouveia.</p>

Fonte: SUDENE/DPLAN. Elaboração própria.

Quadro G2 – Gargalos à indústria no Estado de Alagoas

Agronegócio
<p>1. Escoamento da produção é um dos grandes problemas do agronegócio</p> <p>2. Burocracia: A grande quantidade de documentos, as diversas exigências legais das agências reguladoras, somado ao tempo de liberação de embarque/desembarque de cargas, devido à verificação da documentação pertinente aos produtos nos portos fazem com que essa burocracia seja o principal gargalo identificado pelos usuários.</p>

Fonte: SUDENE/DPLAN. Elaboração própria.

## H – Matriz do Estado de Sergipe

Quadro H1 – Potencialidades econômicas para indústria no Estado de Sergipe

Alimentos	Sucroalcooleiro	Têxtil, Vestuário e Calçados	Metal Mecânico	Fertilizantes e Insumos Agrícolas	Construção Civil	C,T&I	Mineração, Cimento e Cerâmica	Naval e Offshore	Petróleo e Gás	Química e Petroquímica
1. Impactado pelo desenvolvimento agroindustrial, com ênfase na produção de derivados de milho, de leite e de carne e na produção de fertilizantes e de produtos nitrogenados.	1. Impactado pelo desenvolvimento agroindustrial, com ênfase na produção de derivados de milho, de leite e de carne e na produção de fertilizantes e de produtos nitrogenados.	1. Consolidação dos APLs, com fomento às pequenas e médias produções industriais e artesanais. Conclusão e expansão de CVTs; 2. Fomento à indústria do turismo, consolidando Sergipe como destino nacional e internacional, tendo como pano de fundo o turismo de lazer e cultural.	1. Ampliação dos investimentos da Petrobrás e dos serviços <i>offshore</i> ; 2. Ampliação da ZPE de Barra dos Coqueiros e das estruturas portuárias e aeroportuárias.	1. Impactado pelo desenvolvimento agroindustrial, com ênfase na produção de derivados de milho, de leite e de carne e na produção de fertilizantes e de produtos nitrogenados; 2. Produção de cloreto de potássio, de insumos para fertilizantes nitrogenados, barrilha, soda-cloro.	1. Projetos governamentais de infraestrutura e de habitação; 2. Ampliação da ZPE de Barra dos Coqueiros e das estruturas portuárias e aeroportuárias; 3. Fomento à indústria do turismo, consolidando Sergipe como destino nacional e internacional, tendo como pano de fundo o turismo de lazer e cultural.	1. Implantação e consolidação do parque tecnológico, concentrando investimentos em ações com perfil inovador, principalmente na produção de energias renováveis, em <i>hardware</i> e <i>software</i> , em biotecnologia e em ciência e tecnologia.	1. Ampliação da produção extrativo-mineral, notadamente pela elevação da produção de jazidas experimentais, bem como pela expansão das unidades projetadas; 2. Projetos governamentais de infraestrutura e de habitação; 3. Ampliação da ZPE de Barra dos Coqueiros e das estruturas portuárias e aeroportuárias; 4. Fomento à indústria do turismo, consolidando Sergipe como destino nacional e internacional, tendo como pano de fundo o turismo de lazer e cultural.	1. Ampliação dos investimentos da Petrobrás e dos serviços <i>offshore</i>	1. Ampliação dos investimentos da Petrobrás e dos serviços <i>offshore</i> ; 2. Adensamento da indústria gás-química; 3. Produção de metanol e derivados (para fabricação de tintas, solventes, combustíveis), de eteno e derivados (insumos para fabricação de polietileno, PVC e EVA).	1. Ampliação dos investimentos da Petrobrás e dos serviços <i>offshore</i> ; 2. Adensamento da indústria gás-química; 3. Produção de cloreto de potássio, de insumos para fertilizantes nitrogenados, barrilha, soda-cloro; 4. Produção de metanol e derivados (para fabricação de tintas, solventes, combustíveis), de eteno e derivados (insumos para fabricação de polietileno, PVC e EVA).

Fonte: SUDENE/DPLAN. Elaboração própria.

Quadro H2 – Gargalos à indústria no Estado de Sergipe

Infraestrutura de Transporte	Educação/ Capacitação	Energia	Fomento
<p>1. Infraestrutura ferroviária fora de operação com necessidade de modernização e equipagem para interligação à malha nordestina e brasileira, com trilhos adequados ao padrão, estações de carga/descarga, vagões, locomotivas;</p> <p>2. Infraestrutura portuária pequena e restrita a operações graneleiras, limitando possíveis expansões de indústrias que necessitariam de operações com containers;</p> <p>3. Infraestrutura rodoviária: malhas estadual e federal em bom estado de conservação, porém, há problemas nas estradas secundárias e vicinais;</p> <p>4. Inexistência de interligação entre as modalidades de transporte para aproveitar as vantagens de cada uma.</p>	<p>1. Dificuldade na obtenção de mão de obra qualificada, seja para postos de trabalho mais simples, seja para postos que exigem maior formação profissional.</p>	<p>1. Energia elétrica: falta de incentivo ao consumo industrial nos horários de pico, que possui tarifas altas;</p> <p>2. Gás natural: limites de oferta por causa da rede de distribuição.</p>	<p>1. Custo das operações (juros altos), elevando o custo de produção. Os segmentos que concorrem com os produtos importados de países com forte incentivo à exportação sofrem com altas taxas de juros.</p>

Fonte: SUDENE/DPLAN. Elaboração própria.

## I – Matriz do Estado da Bahia

Quadro II – Potencialidades econômicas para indústria no Estado da Bahia

Agroindústria	Automotivo	Calçados <sup>1</sup>	Celulose e Cadeia da Madeira	Construção Civil	C, T&I	Mineração e Transformação Mineral	Naval e Offshore	Petróleo e Gás	Química e Petroquímica
<p><b>1.</b> Potencial de conversão do perfil predominante de beneficiamento de produtos (soja, algodão, cacau, frutas) para exportação e beneficiamento de trigo para consumo regional, para uma de ampla diversificação, que incorpore as cadeias de carnes, laticínios e alimentos de maior valor agregado</p>	<p><b>1.</b> Indústria automotiva já instalada na RMS</p> <p><b>2.</b> Aproveitamento dos investimentos logísticos para dinamizar e expandir o setor automotivo na região</p> <p><b>3.</b> A expansão do parque automotivo instalado propiciaria aumento de ganhos de escala e de aglomeração, o que, por sua vez, atrairia novas plantas industriais</p>	<p><b>1.</b> Indústrias de calçados, de madeira e têxtil já instaladas na base da Bahia</p> <p><b>2.</b> Potencial de crescimento uma vez promovido a articulação e integração de cadeias produtivas de demais segmentos industriais do estado</p>	<p><b>1.</b> Existência de um potencial inexplorado para indústria madeireira na Bahia e este será viabilizado pela implantação da Ferrovia Oeste-leste e do Porto Sul</p> <p><b>2.</b> Os seus produtos finais têm ampla e relevante aplicação desde a indústria editorial e gráfica às embalagens, aos materiais de construção, à geração de energia e à movelaria</p>	<p><b>1.</b> O estado da Bahia possui condições favoráveis para o desenvolvimento do polo de construção, principalmente à interiorização do desenvolvimento econômico, aos grandes investimentos em curso, na época, à maturidade das empresas líderes do setor no estado</p>	<p><b>1.</b> Existência do Polo de Informática de Ilhéus</p> <p><b>2.</b> Reconhecimento, da parte do Governo do Estado da Bahia, do setor de TI como estratégico para o desenvolvimento econômico do estado</p> <p><b>3.</b> Reabertura da Bahiafarma</p>	<p><b>1.</b> A Bahia era o quinto maior produtor mineral do país</p> <p><b>2.</b> Grande diversidade de minérios</p> <p><b>3.</b> Distribuição espacial, com parcela expressiva proveniente do semiárido</p> <p><b>4.</b> Projeto Pedra de Ferro, um projeto estruturante, que compreenderá investimentos em instalações portuárias, composições ferroviárias e uma adutora (previsto)</p> <p><b>5.</b> Empreendimento da Companhia Brasileira de Bentonita em Vitória da Conquista (em operação)</p> <p><b>6.</b> Projeto Santa Rita, da Mirabela Nickel, em Itagibá (em operação)</p> <p><b>7.</b> Projeto C1 Santa Luz, da Yamana Gold, em Santa Luz (em implantação)</p> <p><b>8.</b> Projeto da Empresa Baiana de Tecnologia Mineral, em Belmonte (em implantação)</p> <p><b>9.</b> Projeto da Vanádio de Maracás Limitada, em Maracás (em</p>	<p><b>1.</b> Longa tradição histórica do estado na construção de embarcações de pequeno porte em madeira</p> <p><b>2.</b> Existência da Base Naval de Aratu, dispondo de dique seco, e do Estaleiro Corema</p> <p><b>3.</b> Contrato do consórcio Odebrecht-Queiroz Galvão-UTC para a construção de duas plataformas autoelevatórias, que incluiu um significativo investimento na recuperação da área e instalação de infraestrutura industrial</p> <p><b>4.</b> Proposta governamental para a construção de um polo náutico no estado da Bahia, incluindo construção de marinas, centros de formação</p>	<p><b>1.</b> Contrato firmado em 2000 entre Petrobras e Petroreôncavo para operação de 12 campos marginais na Bacia do Recôncavo</p> <p><b>2.</b> Treze campos arrematados por empresas nacionais no leilão de campos maduros e marginais realizado pela ANP em 2001</p> <p><b>3.</b> Outras áreas, incluindo campos maduros e marginais, foram licitadas pela ANP</p> <p><b>4.</b> Grande campo de gás descoberto pela Petrobras na bacia marítima de Camamu-Almada (Manati), próximo a terra, com pouca profundidade e a pouca distância da RMS</p> <p><b>5.</b> Indícios da existência de reservas na bacia marítima de Cumuruxatiba</p> <p><b>6.</b> Gasene e outro</p>	<p><b>1.</b> Proximidade com uma estrutura portuária de porte e com uma refinaria</p> <p><b>2.</b> Amortização de boa parte do capital investido</p> <p><b>3.</b> Sistema coletivo-integrado de segurança industrial (atendimento emergencial) e cuidados ambientais (anel florestal e tratamento de efluentes e resíduos industriais gerenciados pela Cetrel) referência no país e no exterior</p>

					<p>implantação)</p> <p><b>10.</b> Projeto Amargosa, do Rio Tinto Alcan, em Jabaquara (previsto)</p> <p><b>11.</b> Projeto da Sul Americana de Metais, em Ilhéus (previsto)</p> <p><b>12.</b> Projeto Jiboia, da Mineração Minas Bahia</p> <p><b>13.</b> Projeto da <i>Ferrous Resources</i>, em Coração de Maria</p> <p><b>14.</b> Projeto da ArcelorMittal no norte do estado</p> <p><b>15.</b> Projeto da Gerdau em Jussiape</p> <p><b>16.</b> Projeto Salinas, da Sul Americana de Metais, em Minas Gerais, mas com parte dos depósitos nas proximidades de Guanambi e escoamento pelo Porto Sul</p> <p><b>17.</b> Depósitos de cerâmica e disponibilidade de gás natural no sul da Bahia</p> <p><b>18.</b> O estado era o terceiro maior produtor de rochas ornamentais do país</p>	<p>profissional e mecanismos de incubação de empresas</p> <p><b>5.</b> Projeto do Estaleiro Enseada de Paraguaçu, para implantar uma planta dedicada à construção <i>offshore</i></p> <p><b>6.</b> Projeto da Corema de construir um novo estaleiro na Baía de Aratu, voltado para o grande mercado de embarcações de apoio <i>offshore</i></p> <p><b>7.</b> Previsão de implantação de estaleiro do grupo TWB para produção de embarcações especiais e módulos de acomodações.</p>	<p>gasoduto marítimo/terrestre, com 125 km de extensão, para transportar o gás de Manati, passando pelos municípios de Cairu, Valença, Jaguaripe, Maragogipe, Salinas da Margarida e São Francisco do Conde</p> <p><b>7.</b> Descoberta de novo campo comercialmente viável na Bacia do Recôncavo, pela empresa brasileira Marítima</p> <p><b>8.</b> Boas perspectivas quanto à existência de gás na Bacia de Tucano e na Bacia de Jequitinhonha</p> <p><b>9.</b> Crescimento do número de operadoras petrolíferas atuando na Bahia nas atividades de exploração e produção</p>	
--	--	--	--	--	---	---	---	--

Fonte: SUDENE/DPLAN. Elaboração própria. Nota: 1-Calçados e segmentos intensivos em marca e design

Quadro I2 – Gargalos à indústria no Estado da Bahia

Agroindústria	Automotivo	Celulose e Cadeia da Madeira	Construção Civil	C, T&I	Mineração e Transformação Mineral	Naval e Offshore	Petróleo e Gás	Química e Petroquímica
<p>1. Deficiente disponibilidade hídrica, de transporte, de logística, de energia para atividades agrícolas; acrescente-se modal de transporte para o produto final</p> <p>2. Carência de fomento de cadeias acadísticas multiproduto e especializadas, com capacidade de penetração em mercados de alto valor e padrão de exigência</p> <p>3. Baixa articulação entre a grande e a pequena produção, a industrialização e a comercialização na diferenciação de produtos, rastreamento de produtos, denominação de origem (o pequeno produtor tende à baixa competitividade)</p> <p>4. Baixo vínculo</p>	<p>1. Equacionamento logístico que envolve o Porto de Aratu e dos terminais circunvizinhos, entre eles o automotivos;</p> <p>2. Expansão de toda a pirâmide do parque produtivo, atraindo novos investimentos e aumento dos existentes, conjugado com uma maior articulação intercomplexos, em especial o petroquímico, eletrônico, têxtil, de design e de biocombustíveis;</p> <p>3. Incorporar na atração de novos investimentos a rota dos novos polos logísticos industriais que se formarão a partir do Porto Sul e da Ferrovia Oeste-leste;</p> <p>4. Viabilizar a dinamização de um programa de atração de investimentos no modelo CKD,</p>	<p>1. Estabelecer uma oferta elástica de terras para o plantio de florestas em bases sustentáveis</p> <p>2. Atração da logística de exportação da celulose produzida no extremo sul para o Porto de Ilhéus, estabelecendo um sistema de cabotagem entre esses e os terminais das fábricas.</p>	<p>1. A disponibilidade de mão de obra qualificada para a indústria da construção é um grande desafio.</p> <p>2. Desvantagem técnico-produtiva pela persistência de técnicas de produção artesanais suportada por mão de obra de baixa qualificação.</p>	<p>1. Inexistência de área alfandegada no Polo de Informática de Ilhéus (PII)</p> <p>2. Necessidade de recuperação da infraestrutura do PII, bem como de um reforço das suas atividades de P&amp;D e de uma reorientação para a agregação de valor e diversificação de estoques</p> <p>3. Desenhos institucionais limitados dos atores no sentido de engajá-los em esquemas de cooperação mútua ou processo de aprendizado interativo para o desenvolvimento do polo</p> <p>4. Pequeno tamanho relativo (produção de software)</p> <p>5. Alta dependência do mercado local, que é pequeno (produção de software)</p> <p>6. Pouca articulação com os segmentos locais mais dinâmicos, cujas empresas possuem seus centros decisórios fora do estado (produção de software)</p> <p>7. Forte presença de serviços commodities com baixo valor agregado (produção de software)</p> <p>8. Alta concentração no mercado de serviços corporativos de sistemas de informação para gestão administrativa, no qual a competição é muito intensa</p>	<p>1. Necessidade de área técnica específica para monitoramento, planejamento e fomento de negócios do setor</p> <p>2. Necessidade de fortalecimento da base de dados da cadeia mineral pela CBPM</p> <p>3. Necessidade de uma rede de qualificação de recursos humanos</p> <p>4. Necessidade de um programa de apoio aos municípios e às empresas na estruturação de planos de diversificação econômica e geração de renda local nos polos de mineração</p> <p>5. Necessidade de elaboração e implantação do Plano do Sistema de Infraestrutura de Suporte aos Empreendimentos de base Mineral (pequenos aeroportos, estradas, vias fluviais e complementares aos projetos estruturais de logística em curso)</p> <p>6. Necessidade de modelos operacionais dos Portos de Aratu e Sul com foco na ampliação da indústria mineral</p>	<p>1. Necessidade de pré-qualificação de sítios para a indústria naval</p> <p>2. Necessidade de programa de incentivos e investimentos em infraestrutura</p> <p>3. Necessidade de investimento em qualificação dos recursos humanos</p> <p>4. Necessidade de consolidação de canteiros para produção de módulos de plataformas e de navios em Aratu</p> <p>5. Necessidade de programa de qualificação, formação e atração de fornecedores da indústria naval</p> <p>6. Necessidade de expansão do estaleiro da Marinha, em Aratu, focando em reparos de embarcações de médio porte</p> <p>7. Necessidade de plano estratégico de desenvolvimento</p>	<p>1. Inexistência e inadequação de estradas, portos e ferrovias, comprometendo o escoamento de matérias-primas e equipamentos</p> <p>2. Eventual incapacidade dos fornecedores brasileiros para atender à demanda crescente pode comprometer as metas produtivas das petrolíferas ou provocar problemas nas constas externas do país</p> <p>3. Necessidade de mão de obra especializada para que as metas produtivas não sejam comprometidas e os custos de produção não se elevem</p> <p>4. Órgãos ambientais têm sido cada vez mais rígidos e, em alguns casos, extremamente lentos no licenciamento de empreendimentos petrolíferos, provocando impactos no planejamento e na realização de investimentos</p> <p>5. Necessidade de instituições que supram a demanda por</p>	<p>1. Baixa disponibilidade e preços elevados de derivados de petróleo e gás natural</p> <p>2. Distância dos principais mercados consumidores internos</p> <p>3. Pequena transformação local das resinas produzidas no estado</p> <p>4. Infraestrutura logística deteriorada, especialmente nos modais marítimo, ferroviária e dutoviário</p> <p>5. Insegurança no suprimento de energia elétrica</p> <p>6. Falta de segurança patrimonial e pessoal</p> <p>7. Dificuldades com a qualificação de mão de obra</p> <p>8. Relacionamento pouco intensivo entre empresas e universidades na construção de demandas</p>

<p>entre o segmento produtivo e o de comercialização e serviços desperdiça possíveis ganhos com a sinergia</p>	<p>especialmente nos segmentos de duas rodas e de veículos especiais, pautado na instrumentalização dos fluxos importador e exportador como elementos dinâmicos e estruturantes da indústria automotiva.</p>			<p>(produção de software)  9. Incipiência dos centros de geração de conhecimento locais e baixo nível de investimentos em P&amp;D (produção de software)  10. Mão de obra pouco qualidade, especialmente em inglês (produção de software)  11. Os gestores possuem mais competências técnicas do que empresariais (produção de software)  12. Indústria produtora de bens médico-hospitalares local incipiente (Complexo industrial da Saúde)  13. Pequeno conjunto de grandes atacadistas dominando o mercado (Complexo industrial da Saúde)  14. Inexistência de vinculação entre pesquisa acadêmica na área de saúde e a indústria (Complexo industrial da Saúde)  15. Pesquisa em biotecnologia incipiente (Complexo industrial da Saúde)  16. Gestão dos serviços de saúde pouco profissionalizada (Complexo industrial da Saúde)</p>	<p>7. Necessidade de espacialização de aglomerações de base mineral focada na agregação de valor  8. Necessidade de um Plano para a indústria de cerâmica do eixo oeste-leste (disponibilidade de matéria-prima, suprimento de gás natural com incentivos, financiamento, assessoria técnica e de mercado)  9. Necessidade de um programa de fomento a P, D&amp;I e de capacitação de mão de obra e de serviços tecnológicos  10. Necessidade de um levantamento de demanda regionalizado por insumos minerais da construção civil, de um mapa de identificação e caracterização de sítios e regularização de jazidas, bem como de uma agenda de intervenções de infraestrutura e de melhorias urbanas para qualificar os sítios identificados.</p>	<p>e programa de atração de investimento do polo náutico</p>	<p>capacitação tecnológica para a produção de petróleo em pequena escala em campos maduros ou marginais, o que é dificultado pela acanhada interação com instituições de pesquisa, pelo elevado montante inicial do investimento, pela falta de incentivos fiscais e garantias exigidas pelos bancos nos financiamentos  6. Necessidade de adequada estrutura de financiamento e pessoal técnico especializado para julgar os financiamentos solicitados, a fim de não encarecer ou inviabilizar projetos  7. Custos de origem regulatória, tais quais bônus de assinatura, royalties, participações especiais, taxa de ocupação ou retenção de área e pagamento aos proprietários de terras de participações equivalentes.</p>	<p>consolidadas para formação e capacitação  9. Defasagem tecnológica de alguns processos produtivos e algumas plantas com escala de produção fora do padrão internacional</p>
--	--	--	--	--	---	--	---	--

Fonte: SUDENE/DPLAN. Elaboração própria.

## J – Matriz do Estado de Minas Gerais

Quadro J1 – Potencialidades econômicas para indústria no Estado de Minas Gerais

Agroindústria	Sucroalcooleiro e Bebidas	Metal Mecânico	Fertilizantes e Insumos Agrícolas	C,T&I	Mineração, Cimento e Cerâmica	Geração de Energia	Petróleo e Gás	Química e Petroquímica
<p>1. O Alto Jequitinhonha é especializado na produção florestal, mais especificamente na produção de eucalipto, e na agricultura, na pecuária e serviços relacionados.</p> <p>2. No Vale do Mucuri predominam agricultura, pecuária e serviços relacionados bem como no Alto Jequitinhonha e outras regiões</p> <p>3. Possui aeródromos públicos e linha férrea para escoamento da produção</p>	<p>1. A cidade de Salina aparece como o polo nacional de cachaça de alambique com mais de 50 marcas e produção anual que gira em torno de 5 milhões de litros. Além disso, possui também jazidas minerais e artesanato expressivos, consolidando-se como APL de Bebidas Artesanais.</p>	<p>1. A região norte destaca-se na produção ferro-liga, metalurgia, e minerais não metálicos.</p>	<p>1. No norte encontram-se, os Arranjos Produtivos Locais de Madeira e Móveis.</p>	<p>1. A região é alimentada hoje por 58 instituições de ensino superior (IE's), sendo: 33 privadas, 12 IE's estaduais, 13 IE's federais. Destaque é dado para a previsão de expansão do Instituto Federa de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG) – criado em 2008.</p> <p>2. A rede de Ciência, Tecnologia e Inovação está diretamente ligada ao Ensino Superior da região.</p>	<p>1. No Médio Jequitinhonha avança a especialização na produção de minerais não metálicos, principalmente, na extração de grafite, granito, pedras preciosas e semipreciosas.</p> <p>2. Potencial mineral, granítico e gemológico</p> <p>3. Morfologia favorável a turismo radical com formação espeleológica na região norte</p> <p>4. Pirapora é o segundo maior polo Industrial do norte de Minas Gerais e um dos vinte maiores municípios exportadores do estado. Destaca-se por suas indústrias de ferro silício, silício metálico, ferro-ligas, ligas de alumínio e tecidos que são os principais produtos exportados pelo município.</p>	<p>1. Radiação solar favorável ao desenvolvimento de energia com alto potencial para receber investimentos da indústria de geração de energia eólica e solar</p> <p>2. Oferta de energia elétrica possibilitada pela Usina de Irapé (Vale de Jequitinhonha) com capacidade de geração de 360.000 MW</p>	<p>1. Na região de Montes Claros encontra-se uma Usina de Biodiesel da Petrobrás.</p>	<p>1. No Vale do Mucuri tem a presença importante do setor de fabricação de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis.</p>

Fonte: SUDENE/DPLAN. Elaboração própria.

Quadro J2 – Gargalos à indústria no Estado de Minas Gerais

Alimentos	Sucroalcooleiro	Metal Mecânico	Fertilizantes e Insumos Agrícolas	Mineração, Cimento e Cerâmica	Petróleo e Gás
<p>1. Especificamente, os maiores problemas, quanto ao abastecimento de água, serviços relacionados ao lixo, ou esgotamento sanitário, estão concentrados na porção regional do Médio Jequitinhonha, incluindo-se o município de Araçuaí, mas, principalmente, nos municípios em seus arredores</p> <p>2. Baixo crescimento populacional e baixa densidade demográfica na região NNE de Minas Gerais.</p>	<p>No Norte de Minas Gerais a infraestrutura de transporte é deficiente, reduzindo as possibilidades de maiores ganhos em função da maior integração econômica e limitando-a as condições do mercado interno.</p>	<p>Baixa escolaridade nas regiões do Vale do Jequitinhonha e no Vale do Mucuri – população adulta não possui educação formal que permita a sua inserção em atividades produtivas de maior complexidade. Essa baixa qualificação formal desta população está relacionada com um alto índice de analfabetismo (os maiores do estado de Minas Gerais) e, mesmo dentre a população alfabetizada, com uma baixa escolaridade.</p>	<p>Vale do Mucuri apresenta condições de fragilidade. Destaque-se que o problema de abastecimento e falta de tratamento de água são obstáculos sérios para o desenvolvimento produtivo da região.</p>	<p>Em termos de infraestrutura, a questão mais problemática nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri é, destacadamente, o acesso rodoviário, isto é a ausência de trechos asfaltados que dificulta os serviços de logística nas regiões.</p>	<p>Oferta quase exclusiva de postos de trabalho de baixa qualificação nas regiões de Jequitinhonha e Mucuri</p>

Fonte: SUDENE/DPLAN. Elaboração própria.

## K – Matriz do Estado do Espírito Santo

Quadro K1 – Potencialidades econômicas para indústria no Estado do Espírito Santo

Desenvolvimento Industrial	Infraestrutura Logística	Mineração e Transformação Mineral	Energia	Capital Humano/Capacitação	Fomento
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Agroindústria</li> <li>2. Existência de Polos Industriais/ Empresariais em diversas cidades</li> <li>3. CN Auto/Município de Linhares</li> <li>4. Indústria de vestuário e acessórios</li> <li>5. Marcopolo/Volare/Município de São Mateus</li> <li>6. Polo moveleiro especializado em móveis seriados</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Previsão de construção do Porto Leste, em São Mateus, pelo Grupo Queiroz Galvão</li> <li>2. Ferrovia Vitória-Minas</li> <li>3. Previsão de construção do Porto Norte Capixaba, em Linhares, pelo Grupo Manabi.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Referência mundial no setor de granito e mármore.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Expansão da rede de distribuição de gás natural para Colatina, Sooretama, São Mateus e Linhares.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Existência de unidades de ensino do Instituto Federal do Espírito Santo em diversas cidades</li> <li>2. Centro Universitário Norte do Espírito Santo, em São Mateus.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Lei da Inovação (LC N° 642 DE 15/10/2012)</li> <li>2. Fundepar-ES (Fundo de Investimento e Participações do Espírito Santo)</li> <li>3. Invest-ES (Programa de Incentivo ao Investimento no Espírito Santo)</li> <li>4. Compete-ES (Programa para Incremento da Competitividade Sistêmica do Espírito Santo)</li> <li>5. Suppin (Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial)</li> <li>6. Aderes (Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo).</li> </ol>

Fonte: SUDENE/DPLAN. Elaboração própria.

Quadro K2 – Gargalos à indústria no Estado do Espírito Santo

Infraestrutura: Gargalos em Transportes e Logística			
Rodoviário	Ferroviário	Marítimo	Aéreo
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Necessidade de duplicação da BR 101, que foi concedida ao Grupo Ecorodovias em 2013, devendo ser totalmente duplicada até o fim da concessão</li> <li>2. Necessidade de duplicação da BR 262</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Necessidade de ligação da malha ferroviária estadual com a nacional, através de uma ligação ao Rio de Janeiro e outra à região Nordeste</li> <li>2. A bitola da malha ferroviária estadual é diferente da nacional</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Necessidade de retomada do projeto de ampliação do terminal de cargas do aeroporto de Vitória</li> <li>2. Necessidade da construção de um superporto para atender navios grandes para que o Espírito Santo não tenha apenas terminais de cabotagem</li> <li>3. Necessidade de obras de dragagem, de melhorias na sinalização e nos acessos marítimos ao Porto de Vitória.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ausência de investimentos em reforma e ampliação nos aeroportos de Colatina, Linhares e São Mateus</li> </ol>

Fonte: SUDENE/DPLAN. Elaboração própria.